

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

GERUZA FERREIRA MARTINS

**Consciência política e participação cidadã de estudantes
de Administração em uma universidade pública federal no
Sudeste do Brasil**

VITÓRIA

2014

GERUZA FERREIRA MARTINS

**Consciência política e participação cidadã de estudantes
de Administração em uma universidade pública federal no
Sudeste do Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof.(a). Dr.(a) Márcia Prezotti Palassi.

VITÓRIA

2014

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes quase três anos para a finalização do mestrado em Administração, tenho e muito a agradecer a várias pessoas que contribuíram de alguma forma no percurso deste processo de ensino e aprendizagem.

À Professora Doutora Márcia Prezotti Palassi, pela sabedoria e paciência com que conduziu minha trajetória na realização deste trabalho.

Aos professores da banca, pelas orientações e dicas para tornar o trabalho mais relevante à sociedade e academia.

Às colegas de trabalho da Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Campus Serra, pelo apoio que me possibilitou a participar do Programa de Mestrado de Administração da UFES.

Ao Diretor Geral do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Campus Serra, por ter autorizado licença capacitação para realização da pesquisa de campo e redação desta dissertação.

Às minhas filhas, Camila e Luiza, por me apresentar o amor materno.

À minha família – pai, mãe, irmãos, sogra, marido e tios – pelo apoio dispensado, permitindo a conclusão de mais uma etapa nos estudos, que vem a se constituir numa necessidade contínua na sociedade atual.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Eduardo Galeano

RESUMO

Em um contexto de ampliação dos lugares públicos participativos no Brasil há de se considerar expectativas de despertar valores sociopolíticos nos estudantes universitários em seu processo de qualificação cidadã e profissional, diante das críticas à formação dos administradores. Portanto, este trabalho visa compreender a dinâmica da consciência política dos estudantes da graduação em administração de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil em sua relação com a participação cidadã nos lugares públicos participativos no estado e municípios. Adota-se o modelo analítico de consciência política para a compreensão da participação em ações coletivas de Sandoval (2001) como marco teórico, associado à literatura sobre participação cidadã. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram coletados através de documentos, aplicação de 30 questionários e 17 entrevistas semiestruturadas, com 30 estudantes universitários da graduação em administração matriculados em 2014/1. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2004). Os resultados revelam 12 estudantes que não participam nos lugares públicos participativos e 18 estudantes que participam em pelo menos um destes lugares. O interesse em exercer a cidadania, melhorar as políticas públicas, gostar de implicar-se com os assuntos públicos e defender seus interesses em circunstâncias de conflito são as justificativas citadas pelos que participam. Evidenciam-se nos estudantes com participação mais ativa, *crenças, valores e expectativas sociais*, articuladas à *eficácia política, identidade coletiva, interesses antagônicos, sentimentos de justiça e injustiça*, favorecendo a *vontade de agir coletivamente*, devido à percepção de conexão de seus interesses com as *metas e ações coletivas dos movimentos que se envolvem*. Os estudantes que não participam desconfiam dos lugares públicos participativos e demonstram desinteresse pelos assuntos públicos, embora apontem um desconforto em não participar. Suas *crenças, valores e expectativas sociais*, associadas aos sentimentos de *ineficácia política* dificultam o desenvolvimento da consciência política. Conclui-se que estes estudantes possuem uma *consciência política de senso comum*, demonstrando valores sociais e políticos inerentes aos modismos presentes na vida cotidiana das pessoas. Já os estudantes com participação mais ativa apresentam uma *consciência política de conflito*, motivando-os à participação nos lugares avaliados como eficazes às suas proposições. Entretanto, o Centro

Acadêmico Livre de Administração Honestino Guimarães (CALAD), principal lugar de representação e participação dos interesses dos estudantes no curso, encontra-se sem direção e participação nas instâncias institucionalizadas na universidade.

Palavras-chave: Consciência Política, Participação Cidadã, Mecanismos Participativos, Ações Coletivas, Formação Profissional, Estudos Organizacionais.

ABSTRACT

In a setting where public participatory spaces are broadened in Brazil, one has to consider the expectations about raising socio-political values among university students in their process of professional and citizen qualification, in face of criticism to business administrator's formation. Therefore, this study aims at understanding the dynamics of business undergraduate students' political awareness at a public federal university in the southeast of Brazil, and their relationship with citizen participation in participatory public spaces in the state and municipalities. It adopts Sandoval's (2001) analytical model of political awareness, combined with the literature on citizen participation, so as to understand participation in collective actions. It is a qualitative study in which data were gathered through documents, 30 questionnaires and 17 semistructured interviews with 30 business undergraduate students in 2014/1. Then the data underwent content analysis approach (BARDIN, 2004). The results show that 12 students do not participate in these public participatory spaces and that 18 of them participate in at least one of these spaces. Interest in exercising citizenship, improving public policies, getting involving in political issues and defending their interest in conflict circumstances are justifications listed by those who participate. Students with more active participation show *beliefs, social values and expectations* connected to *political efficacy, collective identity, antagonistic interests, feelings of justice and injustice*, which favor the will of acting collectively because they see their interests match the goals of collective actions in the movements they are involved. The students who do not participate suspect these participatory public spaces and show to be uninterested in public issues, even though they seem to be uncomfortable with not participating. Their beliefs, social values and expectations, associated to feelings of political inefficacy hinder their development of political awareness. We concluded that these students have *common sense political awareness*. They show social and political values that are inherent to current fads of people's everyday life. On the other hand, students with more active participation display *conflict political awareness*, which motivates them to participate in places deemed as effective to their propositions. However, *Centro Acadêmico Livre de Administração Honestino Guimarães – CALAD* (Honestino Guimarães Free Business Administration Academic Center) — main space for

representing students' interests and participation shows to have no direction and participation in institutionalized bodies of the university.

Keywords: Political awareness; Citizen Participation; Participatory mechanisms; Collective actions; Professional Formation; Organizational Studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas.....	31
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Posicionamentos Sobre o Decreto Presidencial nº 8.243/2014.....	52
Quadro 2 – Motivos da (Não) Participação nos Lugares Públicos Participativos.....	62
Quadro 3 – Indicadores de Configuração da Consciência Política.....	78
Quadro 4 – Critérios de Seleção dos Sujeitos de Pesquisa.....	82
Quadro 5 – Entrevistados que Participam nos Mecanismos Participativos.....	94
Quadro 6 – Entrevistados que Não Participam nos Mecanismos Participativos.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM – Administração

CALAD – Centro Acadêmico Livre de Administração Honestino Guimarães

DEM – Democratas

EJ – Empresa Júnior

EJCAD – Empresa Júnior de Consultoria em Administração

EST. e TRAB. – Estudam e Trabalham

MAT – Matutino

NOT – Noturno

PDS – Partido Democrático Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPA – Planejamento Plurianual

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

SOM. EST. – Somente estudam

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Tema e problema de pesquisa	16
1.2 Objetivos	22
1.2.1 Objetivo geral	22
1.2.2 Objetivos específicos	22
1.3 Justificativa	23
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
2.1 O modelo analítico de consciência política para a compreensão da participação em ações coletivas	27
2.2 Participação do cidadão: uma revisão de literatura	35
2.2.1 – A democracia representativa e participativa no contexto da terceira onda de democratização das sociedades e dos processos de globalização	37
2.2.2 – O Brasil no cenário das transições democráticas do final do século XX	43
2.2.3 – Reforma do Estado no Brasil e participação	46
2.2.4 – Política Nacional de Participação Social	50
2.2.5 – Tipos de mecanismos participativos	53
2.2.6 – Desenho institucional e participação	54
2.2.7 – Fundamentos explicativos da participação	56
2.2.8 – Contexto brasileiro: estrangulamentos à participação cidadã	57
2.3 Consciência política e participação cidadã: um confronto do marco teórico adotado com a literatura	63
2.3.1 – A relação entre a Consciência Política e a Participação	64
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	80
3.1 Delineamento da pesquisa	80
3.2 Métodos e instrumentos de pesquisa	80
3.3 Unidade de análise	86
3.4 Coleta de dados	89
3.5 Tratamento e análise dos dados coletados	98
4 RESULTADOS DE PESQUISA	103
4.1 Motivos da (não) participação dos estudantes adm. nos mecanismos institucionalizados ofertados pelo governo do estado e municípios	110
4.1.1 Motivos dos estudantes de graduação em administração da universidade analisada para participar nos mecanismos institucionalizados pelo governo do estado e municípios	114
4.1.2 Motivos dos estudantes de graduação em administração da universidade analisada para não participar nos mecanismos institucionalizados pelo governo do estado e municípios	132

4.2 Motivos dos estudantes de graduação em administração da universidade analisada para (não) participar nos mecanismos não institucionalizados.....	136
4.2.1 Motivos dos estudantes de graduação em administração da universidade analisada para participar nos mecanismos não institucionalizados.....	137
4.2.2 Motivos dos estudantes de graduação em administração da universidade analisada para não participar nos mecanismos não institucionalizados	141
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
6 REFERÊNCIAS.....	162
APÊNDICES.....	173

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo é composto pela descrição do tema e da problemática, bem como dos objetivos deste trabalho e da justificativa, para que se possa conhecer de forma breve o trabalho realizado.

Adota-se nesta pesquisa o modelo analítico de estudo da consciência política proposto por Sandoval (2001) para compreensão dos motivos que levam às pessoas a optar por uma ação individual ou coletiva em um determinado contexto político ou situações específicas. Nesta perspectiva não se fragmentam aspectos psicológicos e sociológicos. Ao contrário, tende-se a um enfoque integrado, analisando fatores e processos influenciadores das formas e motivos que levam as pessoas a agir individualmente ou coletivamente.

Para efeito desta pesquisa, lugares públicos de participação se referem aos mecanismos participativos institucionalizados e aos não institucionalizados (STRECK, ADAMS; 2006). Os mecanismos participativos institucionalizados são os meios com os quais o poder público se relaciona com os cidadãos, a fim de se efetivar a participação dos mesmos nos processos de decisão da administração pública, demandando ações de mobilização. São exemplos destes mecanismos os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, o Orçamento Participativo, os Fóruns, dentre outros. Verificando na literatura (CASTRO, 2013; COSTA, 2010; MILANI, 2008; AVRITZER, 2008, 2007; STRECK, ADAMS, 2006; PAES DE PAULA, 2005; AVRITZER; NAVARRO, 2003; DAGNINO, 2002; SANTOS, 2002), outras denominações podem ser utilizadas para estes lugares, como: instituições participativas, arranjos participativos, canais de participação, espaços públicos, instâncias, etc., que, embora tenham denominações diferentes, possuem caracterizações semelhantes no que se referem à incorporação de cidadãos na deliberação sobre políticas públicas. Neste sentido, neste trabalho será usado o termo mecanismos participativos institucionalizados, a fim de uniformizar a utilização do mesmo.

Por mecanismos participativos não institucionalizados entendem-se os canais de participação não convencionais que expressam a mobilização social, de forma que a iniciativa não está articulada com os poderes ou instituições públicas (BAQUERO; BORBA, 2008), podendo ocorrer por vias presenciais ou por recursos

telecomunicacionais (CASTELLS, 2008). Dessa forma, são exemplos de mecanismos participativos não institucionalizados as manifestações e protestos, movimentos sociais de temáticas diversas – feministas, ambientalistas, de defesa dos direitos humanos, dentre outros, assim como petições encaminhadas a órgãos públicos (BAQUERO; BORBA, 2008).

Neste trabalho, a participação cidadã é entendida como a participação de cidadãos em mecanismos participativos institucionalizados ou não, ou seja, nos lugares públicos participativos, visando intervir nos processos de tomada de decisão pública. Tal concepção se baseia nos conceitos expostos por Navarro, Cuesta e Font (2009), uma vez que estes autores delimitaram o conceito de participação cidadã como sendo aquela gerada pelos mecanismos propostos pelos governos municipais, a fim de compatibilizá-lo com os objetivos da pesquisa que se propuseram a realizar. Baseia-se também na concepção de Bergantiños (2011) por considerar a participação cidadã como sendo aquela ocorrida em diversos instrumentos/procedimentos de participação, geralmente municipais ou de cidadãos organizados, para deliberar e propor soluções coletivas para conflitos específicos ou projetos políticos. Na medida em que se considera a capacidade de intervenção nos processos de decisão há de se destacar que a concepção de participação cidadã adotada neste trabalho possui elementos de participação política, visto que a participação política se refere a ações que buscam influência na tomada de decisões (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 1998; OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996; SABUCEDO, 1996).

Em relação à metodologia, utiliza-se nesta pesquisa a abordagem qualitativa (GASKELL, 2002) por considerá-la a mais adequada para se compreender a consciência política, sendo sujeitos de pesquisa os estudantes dos cursos de Administração analisados com matrículas ativas em 2014/1. Para coleta dos dados utiliza-se a aplicação de questionário semifechado e entrevistas semiestruturadas, sendo submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2004). Os tópicos do questionário e entrevista são analisados por meio de categorias definidas *a priori*, sendo as dimensões do modelo de consciência política de Sandoval (2001) utilizadas como macro categorias de análise.

1.1 – Tema e problema de pesquisa

No século XX, na América Latina assim como no Brasil, períodos democráticos se alternavam com regimes autoritários, de forma que a partir da década de 1980 movimentos sociais tiveram grande contribuição para o processo de democratização em muitos países desta região, especialmente no Brasil (SANTOS; AVRITZER, 2002). Isso porque, coexistindo à ditadura militar, movimentos sociais reivindicavam por mudanças estruturais socioculturais e/ou econômicas por meio da participação na década de 1980 (TATAGIBA, 2009; SILVA; BRITO JUNIOR, 2009), na busca por uma nova relação Estado-Sociedade Civil (DAGNINO, 2002).

A democratização no Brasil, iniciada em meados da década de 1980, ocorreu num processo de substituição ao regime militar (1964-1983) por meio de pacto entre o partido opositor, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), e uma facção do partido de apoio ao regime autoritário, o PDS (Partido Democrático Social) (AVRITZER, 2002). Neste processo promulgou-se uma nova constituição em 1988 – com características mais democráticas, da qual é inegável o reconhecimento das prerrogativas e exigências de participação como uma conquista, principalmente para a sociedade civil organizada (STRECK; ADAMS, 2006). Desta forma, a inserção de novos atores sociais no cenário político brasileiro neste período propiciou um debate sobre a relação entre participação social e procedimentos da gestão pública nas tomadas de decisão em políticas públicas (SANTOS; AVRITZER, 2002). Isso sob uma nova ordem relacional entre Estado e Sociedade Civil, numa perspectiva por uma nova institucionalidade democrática e participativa (SILVA et al, 2009; DAGNINO, 2002).

A obrigação constitucional dos entes federados criarem mecanismos participativos fez com que houvesse uma ampliação das oportunidades de participação da sociedade civil de veicular seus interesses, observando-se uma demanda crescente por direitos relacionados à cidadania (CASTRO, 2013; SILVA, 2012; AZEVEDO, 2010; COSTA, 2010; DAGNINO, 2009; MILANI, 2008; ABRUCIO, 2007; PAES DE PAULA, 2005). A partir da Constituição Federal de 1988, os municípios foram fortalecidos na medida em que as competências das esferas de governo foram redefinidas, apontando à municipalidade maiores responsabilidades e desafios no que se refere ao trato de questões locais, como a política de desenvolvimento urbano. Com este fortalecimento e a ampliação da autonomia, passa-se a exigir das

gestões públicas locais na década de 1980 uma atuação conforme pressupostos de democratização, numa expectativa por uma nova institucionalidade (SILVA et al, 2009), em que a articulação entre o Estado e a Sociedade Civil se daria num viés participativo, no intuito de elevar o nível de governança e responsabilidade dos gestores.

Neste sentido, alguns mecanismos de participação foram institucionalizados no Brasil por exigências legais, enquanto outros ocorreram por iniciativas da própria sociedade civil. Assim, tem-se o surgimento das câmaras setoriais, fóruns, conferências, conselhos e demais mecanismos de gestão participativa, conforme exposto na literatura (CASTRO, 2013; COSTA, 2010; SILVA; BRITO JUNIOR, 2009; MILANI, 2008; AVRITZER, 2008, 2007; ABRUCIO, 2007; STRECK, ADAMS, 2006; PAES DE PAULA, 2005; DAGNINO, 2002; AVRITZER; NAVARRO, 2003; SANTOS, 2002).

Apesar de já estabelecidos alguns lugares de participação (STRECK; ADAMS, 2006), o processo de institucionalização de mecanismos participativos na gestão pública brasileira não se encontra finalizado, pelo contrário, ainda encontra-se em curso (FARAH, 2001). No contexto atual, por exemplo, podem-se observar tentativas de consolidar e ampliar a participação como método de governo na gestão pública brasileira, conforme observado no esboço de uma “Política Nacional de Participação Social” e do “Compromisso Nacional pela Participação Social” (PORTAL BRASIL, 2013; PIRES; VAZ, 2012). No caso, a *Política Nacional de Participação Social* se constitui num instrumento normativo com pretensão de fortalecimento da participação da sociedade enquanto método de governo, sendo um marco legal de iniciativa do governo federal sob o mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Paralelo a esta iniciativa, tem-se o *Compromisso Nacional pela Participação Social* que se constitui num instrumento para reconhecer a participação como método de governo em todos os níveis da federação, entendendo a participação como um direito humano indispensável (PORTAL BRASIL, 2013).

De iniciativa do governo federal, foram elaboradas minutas desta política e compromisso nacional de participação social, ficando dispostas à consulta pública aos cidadãos por meio do Portal da Participação Social no período de 18/07/2013 a 06/09/2013 via rede mundial de computadores (*Internet*). Tais textos não somente estavam sob consulta pública, como também permitiram a possibilidade de o

cidadão descrever sua opinião sobre o assunto tratado, podendo inserir seus comentários. Para viabilizar as contribuições e comentários dos usuários do portal a respeito dos textos sob consulta, os usuários podiam recorrer a uma variedade de recursos online, incluindo ferramentas interativas de comunicação, como salas de bate papo, fóruns de debate, mecanismos de consulta, dentre outros (PORTAL BRASIL, 2013). As contribuições realizadas foram avaliadas por equipes da Secretaria Geral da Presidência da República para incorporação à minuta apresentada, visando resultar em normas para participação da sociedade na agenda pública brasileira, via decreto presidencial (PORTAL PARTICIPAÇÃO SOCIAL, 2013).

Assim, deste processo, instituem-se no Brasil a *Política Nacional de Participação Social* e o *Sistema Nacional de Participação Social* por meio do decreto presidencial nº 8.243, de 23 de maio de 2014, o que foi motivo de crítica para alguns segmentos da sociedade e, para outros, de comemoração. Criticam este decreto segmentos mais conservadores e tradicionais da sociedade brasileira, representados, por exemplo, por partidos políticos como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Democratas, dentre outros. Tais partidos consideram tal iniciativa um afronte ao sistema de governo do Brasil, visto que o mesmo se apoia na democracia representativa, temendo um enfraquecimento do Congresso Nacional, mediante a participação popular (AGÊNCIA SENADO, 2014; LOURENÇO, 2014). Assim, tais partidos chegaram a propor Projeto de Decreto Legislativo (PDC), como o PDC 1491/2014, visando anular o efeito do decreto presidencial referido. Até a finalização desta dissertação, o PDC 1491/2014 foi aprovado na Câmara dos Deputados, sendo encaminhado ao Senado para apreciação e votação, conforme boletim eletrônico da Câmara dos Deputados.

Contrário a esta perspectiva, segmentos organizados da sociedade civil, como os de movimentos sociais, acadêmicos, e juristas consideram a instituição da *Política Nacional de Participação Social* e o *Sistema Nacional de Participação Social* um avanço ao fortalecimento da democracia, visto o compartilhamento das decisões do poder público à sociedade (AQUINO, 2014). No entanto, vislumbram a ampliação deste compartilhamento a áreas como a de economia e infraestrutura, visto que ainda se encontram distantes à participação social (AQUINO, 2014).

Em outro contexto, o estadual, onde se encontra a universidade objeto da pesquisa que gerou esta dissertação, a participação também é valorizada, porém com outro sentido, desta vez relacionada ao desenvolvimento, conforme se pode observar no planejamento estratégico do governo estadual (2011-2014). Verifica-se neste planejamento que o eixo *Empregabilidade, Participação e Promoção Social* tem como objetivo estimular a participação social e consolidar a cidadania, apontando ainda, a importância da qualificação da mão-de-obra para melhorar o desempenho do mercado de trabalho no estado.

Neste cenário, destaca-se a universidade pública federal devido à expectativa que ela contribua tanto para a formação profissional do indivíduo, como para o desenvolvimento de práticas que promovam a cidadania (BRASIL, 1996). Isto porque o desenvolvimento de ações que promovam a qualificação profissional é uma atividade inerente à formação dos estudantes nas universidades. Além disso, o preparo para o exercício da cidadania se constitui em um dos princípios e fim da educação brasileira em nível nacional; assim como o desenvolvimento reflexivo se constitui em uma das finalidades do ensino superior brasileiro (BRASIL, 1996). Neste sentido, há uma expectativa de que as universidades cumpram com seu papel de formação cidadã, ressaltando-se a necessidade de se fazer despertar valores sociopolíticos nos estudantes universitários em prol do desenvolvimento dos mesmos e da sociedade (SIFUENTES; SULMA; REINOZO, 2011; MARANHÃO; PAES DE PAULA, 2011; LOZANO; ALVARADO, 2011; MORTADA, 2009; STRELOW, 2009; VIEIRA; BARROS, 2008).

No que diz respeito aos cursos de Administração, os currículos de ensino para formação de administradores, assim como as concepções e paradigmas adotados nos estudos organizacionais são reflexos das práticas sociais (FISCHER; SILVA; WAIANDT, 2008). Segundo Fischer (1993), inclusive, as concepções de desenvolvimento do país têm norteador o ensino da administração, como observado na década de 1990, em que novos desafios à formação dos administradores surgiram em função da necessidade de se gerenciar a crise econômica e fiscal. Além disso, necessitava-se garantir a democracia que se reestruturava na gestão pública brasileira (FISCHER, 1993). Isso por conta do paradigma de desenvolvimento ao Estado brasileiro que se encontrava à época (FISCHER, 1993).

Sobre a formação dos profissionais de cursos superiores, desponta-se na literatura de estudos organizacionais uma concepção a reconsiderar a formação dos administradores. Estudos recentes reforçam uma atuação do administrador mais ampla na sociedade, não se restringindo somente a ambientes empresariais (OLIVEIRA; SANT'ANNA; DINIZ, 2014), o que já era considerado por Guerreiro Ramos e Tractenberg em seus apontamentos críticos à gestão (PAES DE PAULA, 2008).

A percepção até então comum sobre a formação dos profissionais de administração estaria voltada às perspectivas favorecedoras do desenvolvimento de práticas capitalistas, ou seja, utilitaristas (FARIA, 2012; PAES DE PAULA, 2012). No entanto, a administração, talvez a mais interdisciplinar das formações, não se restringe necessariamente às atividades exclusivas do capital (FARIA, 2012; PAES DE PAULA, 2012). As perspectivas de desenvolvimento do administrador vão além das clássicas funções de planejar, organizar, dirigir e controlar, havendo uma preocupação na literatura em desenvolver perfis de lideranças éticas e socialmente responsáveis entre os graduandos em administração (OLIVEIRA; SANT'ANNA; DINIZ, 2014).

Em consonância a este pensamento, e na defesa pela formação de administradores e pesquisadores em administração que atuem na sociedade como agentes de mudança, Aktouf (2005) indica pontos que devem ser revistos no conteúdo de ensino do curso que têm permeado o processo de ensino nesta área. No caso, segundo o autor, devem ser revistos as considerações sobre administração centrada na predominância do fator capital e da preocupação com o enriquecimento individual; a valorização e prevalência dos aspectos quantitativos, bem como a falta de cultura geral na formação.

Considera-se neste trabalho que a gestão é um potencial recurso transformador da sociedade, sendo necessário, para isso, um processo de ressignificação da mesma, compreendendo, no caso, a “gestão como uma construção social e cotidiana” (PAES DE PAULA, 2012, p.102). Isso em sua concepção mais ampla, ou seja, incluindo a gestão privada, pública, dentre outras formas possíveis. Assim, a ressignificação da gestão se apresenta como instrumento de transformação social na busca por um novo tipo de sociedade (PAES DE PAULA, 2012).

No que se refere ao processo de formação de administradores em nível de graduação na instituição em análise, observa-se o objetivo de formar egressos que possam atuar tanto em organizações privadas quanto públicas, assim como naquelas denominadas de terceiro setor (PETINELLI-SOUZA, 2011). Embora o viés de ensino esteja mais voltado às grandes empresas nos cursos em estudo, verifica-se uma postura por parte de alguns professores em transmitir o conteúdo de forma a tentar provocar nos alunos uma reflexão sobre os saberes transmitidos (PETINELLI-SOUZA; MENDES, 2013; PETINELLI-SOUZA, 2013, 2011).

Num contexto em que a participação cidadã se apresenta como um fator central na reconfiguração das relações entre Estado e a sociedade, vindo a possibilitar uma maior atuação dos cidadãos na vida política do país (CAYRES, 2009), e na aposta por uma formação dos estudantes universitários em administração mais reflexiva e humanitária, para além das relações do capital, (PAES DE PAULA, 2012; FARIA, 2012; PETINELLI-SOUZA, 2013, 2011), caberia uma reflexão a respeito da configuração da consciência política dos mesmos. Isto porque a participação ou não dos sujeitos em ações coletivas ou individuais é determinada pela consciência política dos mesmos (SANDOVAL, 1994, 2001), sendo que os lugares públicos de participação se constituem em oportunidades onde estas ações possam se evidenciar.

Sabe-se que a consciência política é formada no percurso da vida dos sujeitos, num processo psico-sócio-histórico, de acordo com a complexidade da realidade de cada indivíduo vindo a constituir sentimentos, que articulados, conformam a configuração da consciência política (SANDOVAL, 1994, 2001; SILVA, 2002). Tais sentimentos são passíveis de análise sistemática e se constituem em dimensões psicossociais, conforme especificado a seguir: i) *identidade coletiva*; ii) *crenças, valores e expectativas sociais*; iii) *interesses antagônicos e adversários*; iv) *eficácia política*; v) *sentimentos de justiça e injustiça*; vi) *vontade de agir coletivamente*; e vii) *metas e ações do movimento social* (SANDOVAL, 2001).

De acordo com Silva (2007), destaca-se que tais categorias podem se articular de formas diversas, não sendo necessária a presença de todas elas para se configurar a consciência política do sujeito. Assim, as formas de ação individual ou coletiva em um determinado contexto político ou situações específicas, como em mecanismos públicos institucionalizados ou não, podem ser compreendidas a partir da

configuração de dimensões psicossociais dos sujeitos, conforme o modelo analítico de estudo da consciência política proposto por Sandoval (2001).

Deste modo, diante da perspectiva de uma formação de administradores voltada a uma ressignificação da gestão e da tendência de ampliação dos lugares públicos participativos por parte do poder público brasileiro, esta pesquisa tem como tema a consciência política de estudantes universitários de administração. Assim, a seguinte questão se apresenta como problema: Como se configura a relação entre a consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil com a participação cidadã em lugares públicos de participação no estado e municípios?

1.2 – Objetivos

Visando responder o problema de pesquisa apresentado, definiu-se um objetivo geral para atender a proposta deste trabalho. Assim, objetivos específicos foram estipulados para se chegar ao objetivo geral esperado. Deste modo, segue abaixo a descrição dos objetivos desta pesquisa.

1.2.1 – Objetivo geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender a consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração da instituição analisada em sua relação com a participação cidadã nos lugares públicos participativos no estado e municípios.

1.2.2 – Objetivos específicos

- a) Analisar os motivos dos estudantes de graduação em administração da instituição em estudo para (não) participar nos mecanismos participativos institucionalizados pelo governo do estado e municípios.
- b) Analisar os motivos dos estudantes de graduação em administração da instituição em estudo para (não) participar nos mecanismos não institucionalizados, ou seja, em ações coletivas ou movimentos coletivos não convencionais;

c) Compreender as dimensões da consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração da instituição analisada em sua relação com a participação cidadã nos lugares públicos participativos no estado e municípios.

1.3 – Justificativa

A participação na vida política permite não somente a proteção dos interesses individuais, como também a criação de uma cidadania informada e comprometida. Neste sentido, por entender que a democracia é um processo social e que os lugares públicos participativos se constituem em espaços de aprendizagem da cidadania (AVRITZER, 2008, 2007), esta pesquisa considera a participação cidadã um elemento de potencial contribuição para o desenvolvimento das políticas públicas, bem como para o desenvolvimento da cidadania, num processo em que a aprendizagem se faz no transcorrer da participação (AVRITZER, 2008, 2007; SANTOS, 2002).

Apesar dos mecanismos participativos institucionalizados se tratarem de experiências em diferentes esferas e possuir especificidades locais, a repetição dos problemas para efetivação da participação instiga análises em escala global (LUCHMANN, 2006). Sabe-se, por exemplo, que a capacidade de entender as informações políticas influencia na participação do cidadão (FONT, 2007), e que a efetividade da participação pelos cidadãos, na maioria das vezes é dificultada, conforme apontado pela literatura, por motivos diversos: pelo envolvimento dos cidadãos em processos fatigantes; pela inconstância da frequência com que participam; pela falta de disponibilidade de tempo livre; pela não compreensão dos processos de participação, entre outros (FUENTE, 2010; FONT, 2007), assim como a vontade de participar somente em situações que possuam caráter de conflito de interesse (FONT, 2007). Por outro lado, motivos diversos podem estar relacionados à participação dos sujeitos nestes mecanismos, como a possibilidade de exercer a cidadania; a busca por melhorias nas políticas públicas ou mesmo a possibilidade de conhecer pessoas (CAYRES, 2009).

Entende-se que diversas configurações da consciência política dos estudantes dos cursos analisados possam se apresentar, vindo a se relacionar em sua maioria a não participação tanto de mecanismos participativos institucionalizados quanto nos

não convencionais. Acredita-se que a valorização das premissas da administração clássica por parte de alguns sujeitos de pesquisa pode fazer com que considerem a participação em mecanismos não institucionalizados como algo radical, estando mais próximo à indisposição em participar. Por outro lado, acredita-se que seja possível uma predisposição à participação nos mecanismos participativos institucionalizados pelos sujeitos que percebem a gestão como instrumento de mudança social; como proposto pela democracia participativa (AVRITZER, 2008, 2007; PAES DE PAULA, 2005; SANTOS; AVRITZER, 2002; SANTOS, 2002). Entretanto, parte-se da proposição que a falta de conhecimento dos mecanismos participativos institucionalizados pode estar presente justificando parcialmente a indisposição à participação desses estudantes, ainda que Navarro, Cuesta e Font (2009) tenham verificado em suas pesquisas que o conhecimento destes mecanismos não é fator explicativo para a participação, uma vez que há pessoas que os conhecem e não participam.

A relevância social desta pesquisa encontra-se em fornecer subsídios aos gestores públicos no desenvolvimento de ações estratégicas de conscientização e mobilização de estudantes universitários à participação nos mecanismos institucionalizados, visto que cabe ao poder público a articulação, coordenação e mobilização dos processos participativos de gestão (OLIVEIRA, 2011). Sabe-se que na formulação de estratégias organizacionais para o alcance de objetivos específicos há de se considerar variáveis tanto internas à organização quanto externas (VOLBERDA, 2004; FREDRICKSON, 1983). Internamente analisam-se os pontos fortes e fracos, enquanto que do ambiente externo são considerados fatores diversos para identificar as oportunidades e ameaças, dentre eles os aspectos, políticos, tecnológicos, sociais. Da articulação da percepção entre estes fatores e variáveis, decisões estratégicas poderão ser tomadas, buscando mudanças ou mesmo manutenção de ações realizadas, dentre outras possibilidades. Os resultados deste trabalho podem apresentar a predisposição ou indisposição à participação cidadã dos sujeitos de pesquisa, articulando, dentre os possíveis motivos apontados pela revisão de literatura para participar ou não, os motivos para o posicionamento dos estudantes pesquisados. Isso considerando as percepções construídas ao longo do processo psicossocial dos mesmos. Assim, os gestores públicos poderão articular estratégias organizacionais de promoção da participação

de um segmento da sociedade, permitindo um diferencial na condução de ações de conscientização e mobilização, considerando fatores ambientais externos, como os aspectos psicossociais a serem apresentados neste trabalho.

Os resultados apurados podem ainda servir de apoio ao(s) responsável (eis) pelas coordenações de cursos da graduação em Administração da instituição analisada e/ou mesmo aos próprios professores e alunos para reflexão a respeito da formação cidadã ofertada aos alunos dos cursos. Poderão servir também na reflexão a respeito da oferta de atividades complementares neste sentido.

A relevância acadêmica se dá pela contribuição com a literatura ao tratar de uma lacuna nas publicações sobre o tema. Na revisão de literatura sobre participação, observa-se um foco das pesquisas em analisar os mecanismos participativos, seus desenhos e arranjos, assim como o caráter da efetividade da participação dos cidadãos no que se refere a real partilha de poder por parte do poder público (SILVA; BRITO JUNIOR, 2009; TATAGIBA, 2009; AVRITZER, 2008, 2007; STRECK; ADAMS, 2006; LUCHMANN, 2006; DAGNINO, 2002). Observam-se ainda, pesquisas que visam analisar a consciência política de participantes de movimentos sociais, assim como de cidadãos em condições consideradas à margem da sociedade que participam de mecanismos participativos institucionalizados (COSTA; 2007; SILVA, 2002, 2001).

Nas pesquisas sobre participação envolvendo estudantes universitários, grande parte delas tem foco na participação em movimentos sociais. Neste sentido, poucas fazem menção à participação ou predisposição de estudantes universitários em participar de mecanismos participativos atualmente ofertados pela administração pública brasileira, que estão em processo de consolidação e ampliação (PORTAL BRASIL, 2013; PORTAL PARTICIPAÇÃO SOCIAL, 2013). Apresenta-se, deste modo, a relevância desta pesquisa para academia, na medida em que se constitui num conhecimento complementar para a compreensão da consciência política dos estudantes universitários de um curso de graduação em Administração em sua relação com a participação cidadã nos lugares públicos de participação, dentre eles, os mecanismos participativos institucionalizados. Além disso, a partir das considerações a respeito de uma formação de sujeitos *adm.* para além das relações convencionais de lucros financeiros (FARIA, 2012; PAES DE PAULA, 2012; PETINELLI-SOUZA, 2011), este trabalho colabora com reflexões sobre a

consciência política dos estudantes universitários em administração em sua relação com a participação cidadã. Dessa forma, esta pesquisa se constitui num estudo complementar aos estudos organizacionais, podendo ainda colaborar indiretamente nas reflexões relacionadas à formação de sujeitos *adm.*

2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresenta-se nesta parte o marco teórico adotado nesta pesquisa para análise da consciência política, a fim de se compreender as formas de ação individuais ou coletivas em circunstâncias políticas específicas (SANDOVAL, 2001). Em seguida, descreve-se uma revisão de literatura sobre a participação do cidadão para em sequência se articular e contrapor as considerações sobre a consciência política e a literatura visitada.

2.1 – O modelo analítico de consciência política para a compreensão da participação em ações coletivas

Válido resgatar que o objetivo desta pesquisa é compreender a consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração de universidade pública federal no sudeste do Brasil em sua relação com a participação cidadã em lugares públicos participativos no estado e municípios. Para isso, adota-se o “Modelo de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas” de Sandoval (2001, p. 186) como marco teórico, para que junto à revisão de literatura sobre os fundamentos explicativos da (não) participação dos cidadãos se constituam em fundamentação teórica deste trabalho.

A ação coletiva se refere à ação de indivíduos num contexto de coletividade, visando o alcance de objetivos específicos (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996), que são compartilhados por meio de uma identificação coletiva, de forma a impulsionar as pessoas à ação em grupo para alcance do objetivo pretendido (SANDOVAL, 2001). Constituem-se, assim, as ações coletivas em oportunidades de mobilização coletiva. No entanto, a ação das pessoas não ocorre de forma igualitária frente a estas oportunidades, pois as ações dos sujeitos ocorrem em conformidade à composição da consciência política dos mesmos (SANDOVAL, 2001). Isto porque a consciência política corresponde à percepção de si em sua relação com o mundo enquanto seu potencial de ação na sociedade para transformar a realidade na qual está inserida (SANDOVAL, 2001, 1994).

No modelo proposto por Sandoval (2001) para análise da consciência política, tem-se que a mesma “ocorre na interseção entre os fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo com seus preconceitos de fundo cultural e as

reflexões conscientes de custos e benefícios de participar” (SANDOVAL, 1989, p. 68). Deste modo, sua formação ocorre em um processo psico-sócio-histórico da vida dos sujeitos, atuando de modo diversificado, de acordo com a complexidade da realidade de cada um (SILVA, 2002).

A partir da internalização das instituições, crenças, cultura e valores construídos socialmente e mediante o diálogo interno vivido por cada sujeito é que se dá a individuação do mesmo. Com base no diálogo que o sujeito faz consigo mesmo, é que se responde à dinâmica social na qual está inserido, construindo seus conhecimentos, simbolizando o conhecido, o vivenciado (SILVA, 2002, 2001). Neste processo, entrelaçam-se aspectos psicossociais numa relação a construir o indivíduo, sua visão de mundo e sua consciência, de forma que “a consciência política não pode ser compreendida a partir de si mesma, mas a partir dos significados que os indivíduos atribuem à realidade social” (COSTA, 2007, p. 82).

Assim, tem-se que a consciência política é resultante do processo relacional entre o indivíduo e o meio no qual está inserido, lidando com aspectos psicossociais no decorrer de sua história de vida e da sociedade. Neste processo, os sujeitos constroem seus símbolos e significados, bem como os parâmetros de vida social, construindo suas concepções a respeito do seu modo de vida e de como se viver em sociedade, de forma que tais concepções moldam sua consciência política e seu potencial de ação enquanto agente histórico de transformação social (SANDOVAL, 2001, 1994).

Ressalta-se que a construção da consciência política é um processo contínuo, de forma que a ressocialização, que se efetiva nas práticas da vida cotidiana, pode propiciar oportunidades psicopolíticas na vida de cada sujeito (SILVA, 2007). As oportunidades psicopolíticas são circunstâncias que podem apontar na vida das pessoas como um dispositivo para o desenvolvimento de uma reflexão mais apurada de sua condição de vida, podendo fazer despertar sua consciência política. Dentre estas oportunidades, encontram-se as práticas de diálogo e escuta promovidas por sociedades democráticas (SILVA, 2007).

Como elemento de potencial desenvolvimento da consciência política, Ansara (2008) cita a memória coletiva de uma sociedade. A autora defende que a memória coletiva tem implicações no comportamento político das pessoas, assim como os

comportamentos e posturas políticas influenciam na construção de uma memória política. Segundo Ansara (2008) a memória contribui na estimulação da consciência política, proporcionando formas de ação coletiva, da mesma maneira em que a consciência política pode determinar a construção de uma memória política.

No que se refere aos obstáculos para a formação da consciência política, ou seja, aos elementos que dificultam o desenvolvimento da consciência política, Sandoval (1994, 1989) destaca os mecanismos de controle social. Tais mecanismos desenvolvem formas de pensar de caráter pouco reflexivo em nível abstrato e de pouco senso crítico no que se refere às relações sociais. Assim, prejudicam o processo de construção da consciência política, limitando as ações dos sujeitos a uma postura voltada à submissão e omissão (SANDOVAL, 1994, 1989). Dentre estes mecanismos de controle social encontram-se as noções culturais e as restrições da vida cotidiana.

As noções culturais são resultantes de uma construção histórica de valores e crenças sob um marco a enquadrar as visões de mundo em pressupostos que tendem a naturalizar as relações sociais e a própria natureza da sociedade (SANDOVAL, 1989). Pressupostos da naturalidade da estabilidade social, estratificação social, hierarquia social, desigualdade, legitimidade de autoridade e reciprocidade entre as camadas sociais, podem influenciar no processo de conscientização política e atuar como mecanismo de controle social, limitando o potencial de ação dos sujeitos (SANDOVAL, 1989). Neste sentido, a aceitação espontânea destes pressupostos por parte do indivíduo pode acarretar numa postura conformista do mesmo por lhe faltar “instrumentação intelectual para um raciocínio sistemático e crítico” (SILVA, 2002, p. 108).

As restrições da vida cotidiana impostas aos indivíduos funcionam como mecanismo de controle na medida em que reduzem a capacidade de análise abstrata, tendo em vista que a consciência social se dá no envolvimento dos indivíduos nas relações sociais do dia a dia. Assim sendo, a estrutura e a dinâmica da vida cotidiana são elementos importantes na compreensão dos obstáculos à consciência política (SILVA, 2002; SANDOVAL, 1989).

Aspectos do cotidiano como fragmentação e heterogeneidade, hierarquia de valores e critérios sociais, espontaneidade e imediatismo das decisões, economicismo e

pragmatismo, são características da estrutura da vida cotidiana que limitam a ação dos indivíduos por reduzirem sua capacidade de reflexão. Além destes, a explicação dos fatos desconhecidos pela fé, a confiança e a sorte, a definição do comportamento em situações inusitadas pelo uso de imitação ou analogias, a predominância de papéis sociais para interpretar e interagir nas diversas circunstâncias também se constituem em elementos de obstáculo à consciência política, por igual motivo (SILVA, 2002; SANDOVAL, 1994, 1989). Neste sentido, a autonomia e as condições de pensamento condicionam a construção da consciência política e a autonomia de ação por parte do sujeito (COSTA, 2007).

Analisando a sociedade brasileira, mais especificamente a população urbana, Sandoval (1994) tipifica quatro modalidades de consciência política: consciência do senso comum; consciência populista; consciência de conflito e consciência revolucionária. A consciência do senso comum é aquela constituída a partir da percepção social limitada pela vida cotidiana.

A consciência populista é construída pelos processos políticos que predominaram na sociedade brasileira sob o marco dos regimes populistas, entre 1945 e 1963. Ao tipificar esta consciência, Sandoval (1994) ressalta que tais processos políticos ainda permanecem significativos até o período em que realizou a pesquisa. Este tipo de consciência teria a capacidade de reduzir os interesses antagônicos de classes a interesses antagônicos na esfera individual ou grupal, por meio de mecanismos de relações paternalistas “entre empregadores-empregados, trabalhadores-sindicatos e cidadãos-Estado” (SANDOVAL, 1994, p.70).

A consciência de conflito surge no reconhecimento da estratificação da sociedade e dos diferentes interesses de classes sociais. Tal processo de identificação se dá de forma geral por meio de “grupos organizados e orientados por uma agenda de temas e que principalmente mantêm ligações formais com mecanismos institucionais de mediação de conflito em um estado democrático” (SANDOVAL, 1994, p.71).

A consciência revolucionária reconhece a estratificação da sociedade e dos diferentes interesses de classe, assim como a consciência do conflito. No entanto, o autor considera que os interesses de classes são inconciliáveis de forma que uma classe assume o poder político e econômico mediante a exploração das demais.

Esta concepção de organização social, esta consciência considera ser possível e necessária uma “reorganização macroestrutural profunda do poder, e carrega a crença de que tal reorganização só pode ser realizada através de ações coletivas de classe” (SANDOVAL, 1994, p.72).

Por outro lado, Reck (2005) expõe que, no contexto atual, fazer o indivíduo participar não é uma tarefa fácil, visto que o sistema social vigente produz interpretações segmentadas de visões do mundo que fragmentam a consciência individual, impedindo a construção da consciência política. Os valores sociais e políticos se apresentam como modismos presentes na vida cotidiana das pessoas e são expressos de maneira não racional e espontânea, o que faz prevalecer uma consciência do senso comum (RECK, 2005).

Para a análise da consciência política, Sandoval (1994) considera que a mesma é organizada em categorias de percepção da realidade social, passíveis de análise sistemática. Nestes termos ele desenvolve um Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas (SANDOVAL, 2001) que apresenta dimensões analíticas distintas, conceituadas em termos de sentimentos (PALASSI, 2011).

No modelo, as dimensões são definidas da seguinte maneira: *identidade coletiva; crenças, valores e expectativas sociais; interesses antagônicos e adversários; eficácia política; sentimentos de justiça e injustiça; vontade de agir coletivamente e; metas e ações do movimento social*, conforme exposto na Figura 1, a seguir:

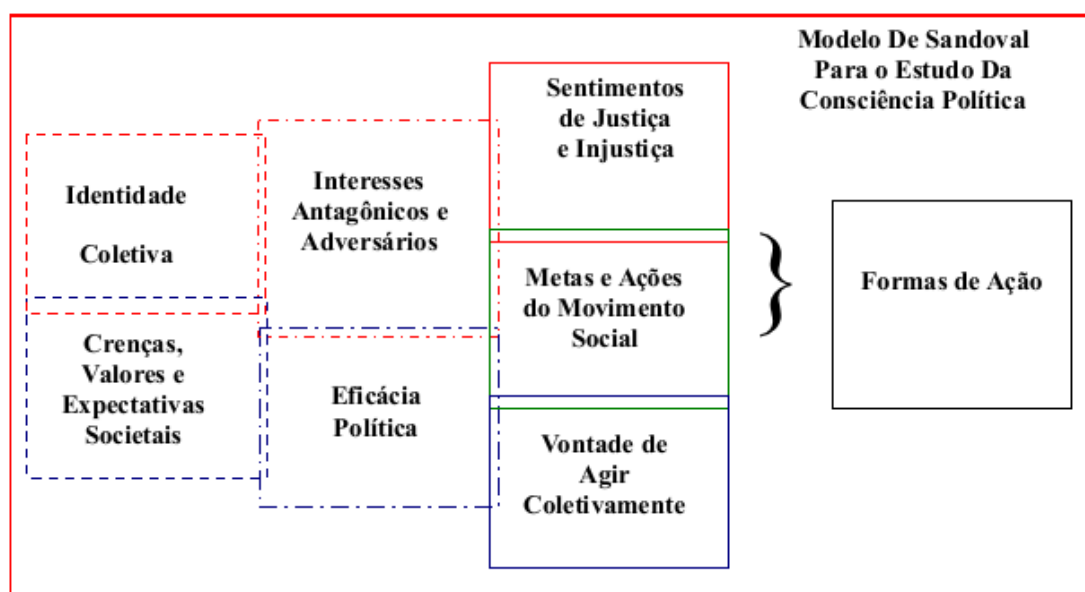


Figura 1 – Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas.

Estas dimensões em conjunto constroem o ator político na sociedade (SANDOVAL, 2001) e se articulam de forma dinâmica, possibilitando diversas relações, não estando sujeitas a um padrão sequencial, nem necessariamente a uma articulação entre todas elas (SILVA, 2007; SANDOVAL, 2001). Deste modo, para melhor compreensão do modelo vale descrever o que significa cada dimensão.

A *identidade coletiva* se refere ao sentimento de solidariedade, desenvolvido pelos vínculos interpessoais estabelecidos e vivenciados pelos indivíduos, de forma que as pessoas valorizam os laços de pertença na medida em que se identificam com as categorias sociais (COSTA, 2007; SANDOVAL, 2001). Neste processo são compartilhados interesses comuns entre as pessoas, fazendo despertar sentimentos de coesão social e de pertencimento a um grupo, mobilizando-as a reivindicar coletivamente (ANSARA, 2008; SANDOVAL, 2001). Para isso, conforme colocado por Costa (2007, p. 87) “é preciso ter espírito de grupo, é preciso se perceber como coletivo”. Neste sentido, aponta-se a comunicação como fator preponderante para se efetivar a integração entre as pessoas no movimento social e se estabelecer uma identidade coletiva (COSTA, 2007).

Em função do fortalecimento das relações interpessoais e dos interesses em comum, a *identidade coletiva* representa para os indivíduos uma possibilidade de ação, tendo uma percepção de pertencimento de um ator coletivo. Os indivíduos atribuem valor às metas coletivas como benefício pessoal e coletivo, procurando se instrumentalizar para alcançar a mudança desejada, mobilizando-os para ação (COSTA, 2007).

A dimensão *crenças, valores e expectativas* do modelo de Sandoval (2001), expressa a visão de mundo que é desenvolvida pelo indivíduo em sua relação com a sociedade. Esta dimensão se relaciona à representação social construída pelo sujeito sobre a estrutura social, práticas e finalidades sociais. Ou seja, se relaciona aos significados que os indivíduos atribuem à estrutura social, práticas e finalidades sociais, sendo tais significados produtos das interações sociais e experiências vividas pelos sujeitos (COSTA, 2007).

Ansara (2008) destaca esta dimensão por se relacionar com a construção da memória política, visto que as *crenças, valores e expectativas* expressam a ideologia política do indivíduo. A autora considera que a memória pode influenciar na

espontaneidade da vida cotidiana, cristalizando as crenças e valores sociais, que podem gerar a alienação e o comodismo dos indivíduos, assim como, tem o potencial de promover rupturas na estabilidade do cotidiano na medida em que possibilita a reinterpretação da estrutura da vida cotidiana, utilizando-se de parâmetros de valores e crenças que impeçam o favorecimento de comodismo.

A dimensão dos *interesses antagônicos e identificação de adversários* se refere aos sentimentos do indivíduo quanto ao modo como os interesses materiais e simbólicos se opõem aos interesses de outros, e como, neste processo, se percebe a existência de rivais, no caso, adversários. Para Sandoval (2001) esta dimensão é relevante para a ação coletiva, pois, na medida em que se percebe e identifica os adversários, a ação coletiva é possibilitada. No processo de participação de um movimento social, a fragmentação do cotidiano e o comodismo utilitarista e pragmático cedem espaço à reflexibilidade constante, por causa dos possíveis perigos que os interesses antagônicos e os adversários representam (SILVA, 2007).

Neste sentido, a visibilidade e identificação dos adversários facilitam a mobilização dos indivíduos à ação e à coordenação de ações frente a um objetivo comum (SILVA, 2007; SANDOVAL, 2001). No entanto, esta identificação nem sempre é tarefa fácil ou possível, sendo apontados, por vezes, como adversários, atores que mais ganham visibilidade numa circunstância de conflito (SILVA, 2007).

O modelo de Sandoval (2001) se baseia no esquema de consciência operária de Touraine (1966), que contém três dimensões básicas: Identidade, Oposição e Totalidade. No entanto, Sandoval (1994) aponta críticas ao esquema na medida em que a percepção do indivíduo quanto a sua capacidade de intervenção não é considerada (SILVA, 2007). Neste sentido, insere ao seu modelo a dimensão *eficácia política*, que se refere justamente aos sentimentos que os indivíduos possuem sobre a sua capacidade de intervenção numa dada situação política.

Em relação às formas de intervenção das pessoas, considera-se que pode ser de formas diversas, em função das causas dos acontecimentos e das interpretações destas causas. Apoiando-se na teoria de atribuição de Hewstone (1989), Sandoval (2001) menciona que os sujeitos podem: adotar uma postura conformista, em função dos sentimentos de baixa eficácia política; buscar soluções individualizadas para

situações sociais ou, adotar ações individualizadas ou coletivas que permitem o sujeito tornar-se um ator social (SILVA, 2007).

Sujeitos que atribuem como causa dos eventos sociais forças transcendentais, como desastres naturais, tendências históricas, intervenções divinas, tendem a ter sentimentos de baixa eficácia política. Tendo sentimento de baixa eficácia política, os indivíduos pouco se envolvem em ações individuais ou coletivas na busca para empreender soluções aos problemas que os afligem (SILVA, 2007; SANDOVAL, 2001). Num processo pouco reflexivo e de inclinação à aceitação dos fatos da angústia social, os indivíduos com sentimento de baixa eficácia política adotam posturas de conformismo e submissão, limitando sua ação (SILVA, 2007; SANDOVAL, 1989).

Em conflitos sociais, os sujeitos que atribuem como causa da situação social as ações ou capacidades individuais, acabam buscando soluções individualizadas, sem obtenção de sucesso. Neste processo, ao não conseguir lidar com a angústia social, os indivíduos podem atribuir culpa a si mesmos, não conseguindo perceber o problema como sendo social (SILVA, 2007).

Os sujeitos que interpretam os eventos sociais como resultantes da ação de outros grupos ou indivíduos acreditam no potencial da ação individual ou coletiva contra os responsáveis pela geração da angústia social. Nestes casos, tais ações são consideradas eficazes para mudança social e superação da situação problemática. Neste processo, os sujeitos tornam-se atores sociais possibilitando mudança em suas vidas (SILVA, 2007).

Demais fatores, por outro lado, podem influenciar na participação dos indivíduos em ações coletivas devido ao sentimento de *eficácia política*. A percepção de ações e estratégias contra o adversário, identificadas como sendo ineficazes, pode desmobilizar a ação do sujeito, bem como os sentimentos de eficácia os fazem perseverar (SILVA, 2007).

A dimensão *justiça e injustiça* referem-se aos sentimentos pessoais de justiça e injustiça que são construídos socioculturalmente. A percepção de ruptura dos vínculos de reciprocidade gera no indivíduo o sentimento de injustiça, estabelecendo o descontentamento político, mobilizando as pessoas para ação (ANSARA, 2008;

SANDOVAL, 2001). De modo geral, os sentimentos de injustiça são utilizados por integrantes de um movimento social para legitimar suas ações.

A dimensão *vontade de agir coletivamente* refere-se à predisposição do indivíduo para participar de ações coletivas e intervir na sociedade, engajando-se nas ações. Nesta dimensão, assim como em outras do modelo, Sandoval (2001) ressalta a capacidade de análise e decisão do indivíduo, mediante fatores diversos, que podem motivá-lo a participar de ações coletivas e nos movimentos sociais. Neste sentido, tendo como parâmetro os estudos de Klandermans (1992), Sandoval considera que da análise por parte do indivíduo a respeito dos custos e benefícios, ganhos/perdas percebidos e dos riscos físicos provenientes de sua participação, resultará a vontade de agir coletivamente. Para esta dimensão, além destes aspectos, o indivíduo analisa ainda, a capacidade de suas proposições se fazerem presentes no decorrer da ação coletiva.

A dimensão de *metas e ações do movimento social* se refere ao grau de percepção do indivíduo em relação à conexão entre os objetivos do processo em que se encontra envolvido, as estratégias de atuação desenhadas por ele, somadas aos seus sentimentos de injustiça, interesses e sentimentos de eficácia política (COSTA, 2012; SANDOVAL, 2001).

Das duas últimas dimensões, ou seja, da *vontade de agir coletivamente* e *metas e ações do movimento social*, há de se considerar que as decisões dos indivíduos se relacionam com as informações e significados conferidos às demais dimensões do modelo. Costa (2012), por exemplo, identifica forte ligação entre a dimensão *metas e ações do movimento social* com a *identidade coletiva* e *sentimentos de justiça*.

Considera-se neste trabalho que o modelo abordado é pertinente a pesquisas sobre a participação cidadã em mecanismos participativos (não) institucionalizados, uma vez que o jogo de reflexões realizado pelos indivíduos nos permite compreender os motivos que os levam a agir individualmente ou coletivamente.

2.2 – Participação do cidadão: uma revisão de literatura

Apresenta-se neste tópico uma contextualização do processo de inclusão e ampliação das possibilidades de participação cidadã na sociedade brasileira. Além disso, por estar contemplada a análise da participação cidadã dos estudantes

universitários de administração em mecanismos participativos institucionalizados ou não no objetivo deste trabalho, faz-se necessário verificar a literatura sobre a participação dos cidadãos. Isto por considerar que o entendimento dos aspectos que envolvem a participação dos cidadãos contribui para uma melhor compreensão dos elementos relacionados à participação dos sujeitos da pesquisa em lugares públicos participativos.

Vale esclarecer que nem todos os indivíduos participam, mas podem estar predispostos a participar. Tem-se que a predisposição se refere a uma inclinação à participação, enquanto que a indisposição se refere a uma rejeição, ou seja, uma maior inclinação a não participar. Ambas, porém, são formas de não participação cidadã por não se concretizar efetivamente. Deste modo, os motivos apresentados na literatura para participação ou não dos cidadãos em mecanismos participativos podem se constituir em possíveis indicadores de compreensão também à (não) participação cidadã em lugares públicos participativos.

Assim, expõem-se neste capítulo considerações da literatura sobre a participação cidadã no contexto da redemocratização brasileira a partir da década de 1980, bem como alguns motivos apresentados para participação ou não dos cidadãos em mecanismos participativos. Desta forma, apresenta-se uma revisão de literatura sobre a participação dos cidadãos para que em conjunto com o modelo adotado sobre consciência política possam se constituir a fundamentação teórica deste trabalho.

A participação cidadã, conforme observado na literatura e para fins desta pesquisa, é aquela proveniente da participação dos cidadãos nos mecanismos participativos institucionalizados ou não, visando intervir nos processos de tomada de decisão pública (BERGANTIÑOS, 2011; NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009; TEIXEIRA, 1997). A participação, neste aspecto, se relaciona ao potencial de inclusão num processo em que a possibilidade de transformação encontra-se presente, portanto, com potencial de intervenção política (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 1998; OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996). Neste sentido, a participação cidadã se relaciona com o tomar parte, visto que se refere a uma participação ativa, diferente do fazer parte, que se relaciona a uma participação mais passiva (LUCHMANN, 2006; BORDENAVE, 1994).

Deste modo, faz-se necessário retomar que mecanismos participativos institucionalizados são os meios pelos quais o poder público se relaciona com os cidadãos, a fim de se efetivar a participação dos mesmos nos processos de decisão da gestão pública (NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009; PAES DE PAULA, 2005). São exemplos destes mecanismos os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Orçamento Participativo, Fóruns, Planos Estratégicos, dentre outros (COSTA, 2010; MILANI, 2008; AVRITZER, 2008, 2007; ABRUCIO, 2007; STRECK, ADAMS, 2006; PAES DE PAULA, 2005; DAGNINO, 2002; SANTOS, 2002).

Já os mecanismos participativos não institucionalizados referem-se aos meios de participação não convencionais que expressam a mobilização social (BAQUERO; BORBA, 2008). Portanto, sua iniciativa não se vincula aos poderes ou instituições públicas, podendo ocorrer por vias presenciais ou por recursos telecomunicacionais (BAQUERO; BORBA, 2008; CASTELLS, 2008). Como exemplos de mecanismos participativos não institucionalizados têm-se as manifestações e protestos, movimentos sociais de temáticas diversas – feministas, ambientalistas, de defesa dos direitos humanos, etc., assim como petições/abaixo-assinados encaminhados a órgãos públicos, dentre outros (BAQUERO; BORBA, 2008).

Definido os conceitos dos termos que se encontram presentes nesta parte deste trabalho, segue abaixo uma revisão de literatura para compreensão do processo de participação do cidadão na gestão pública nos países de transição democrática recente, especialmente o caso brasileiro.

2.2.1 – A democracia representativa e participativa no contexto da terceira onda de democratização das sociedades e dos processos de globalização

A terceira onda de democratização inicia-se na Europa Meridional a partir de 1974, sendo os governos autoritários de países como Portugal, Grécia e Espanha substituídos por novos governos civis (HUNTINGTON, 1994). Ao final da década de 70, propaga-se a onda democrática na América Latina e na década de 80 no Brasil, América Central e Ásia. No final da década de 80 e início da década de 90, o movimento democrático chega aos países comunistas, como a Hungria, União Soviética, Alemanha Oriental, entre outros (HUNTINGTON, 1994).

Cabe destacar que este processo recente de transição democrática ocorrido a partir da década de 70 se deu num contexto pós-guerra fria em que o capitalismo se consolidava na ordem mundial enquanto sistema econômico, e a democracia representativa enquanto regime de governo entre os Estados (BRAICK; MOTA, 2007; PAES DE PAULA, 2005; SANTOS; AVRITZER, 2002). Neste processo, não bastasse a forte influência ideológica no cenário global, políticas neoliberais de instituições financeiras internacionais vieram a contribuir para a consolidação da democracia representativa entre os países sulistas (COSTA, 2010; MILANI, 2008; ABRUCIO, 2007; MIGLIEVICH; SILVA, 2006; PAES DE PAULA, 2005;).

Na medida em que países em crise econômica recorriam a estas instituições financeiras para obtenção de empréstimos, exigências político-econômicas eram realizadas em contrapartida, dentre elas, a adesão ao regime democrático representativo e a reforma do Estado, de acordo com os parâmetros neoliberais, rumo a um Estado Mínimo (MIGLIEVICH; SILVA, 2006). Desta forma, a democracia representativa expandiu-se em nível global, principalmente entre os países de transição política recente, constituindo-se num modelo hegemônico de regime de governo (SANTOS, 2002).

Santos (2002), em sua pesquisa sobre a reinvenção da emancipação social constata que, contemporaneamente, há uma “crise de confiança epistemológica” em que o conhecimento científico que se pretendia universal, produzido pelos países do centro, da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, provocou um “epistemicídio” e serviu de legitimação para o imperialismo ocidental contra os países da periferia e semiperiferia.

Esse universalismo da ciência eurocêntrica que dominou os séculos XIX e XX ganhou maior amplitude com práticas políticas de organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial que visavam ampliar ou manter sua dominação sobre a periferia. A tensão entre a dominação, que se pretende universal, e as práticas emancipatórias locais é atravessada, portanto, por questões epistemológicas e sociopolíticas (SANTOS, 2002).

É nessa relação entre o que se pretende universal, portador da verdade e parâmetro para as experiências locais, que entra a discussão dos modelos democráticos e a tensão existente entre eles. Neste contexto, destaca-se a relação conflituosa do

liberalismo com a democracia de uma nova gramática social (SANTOS; AVRITZER, 2002). Isto porque a valorização de outros conhecimentos e práticas que não aqueles ditos universais, ou seja, os conhecimentos e práticas locais provoca a crise de confiança epistemológica e abre possibilidades para a reinvenção, possibilitando democratizar a democracia (SANTOS; AVRITZER, 2002).

As discussões sobre democracia e a emergência do fenômeno foram centrais no século XX. Os debates se ampliaram e se diversificaram, girando em torno da concepção hegemônica de *democracia representativa elitista*, que pretende expandir para o mundo o “modelo de democracia liberal-representativa vigente nos países do norte” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 43) e de concepções não hegemônicas de formas procedimentais que abrangessem determinadas experiências construídas historicamente (SANTOS; AVRITZER, 2002). Em síntese, a imitação de modelos eurocêntricos universais por meio de circulação de ideias em contraposição à relação horizontal entre diferentes procedimentos universais alinhados com as diferentes experiências locais (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Outros debates relacionados à democracia em paralelo ganharam ressonância (SANTOS; AVRITZER, 2002), como a proposta de Barrington Moore (1996) e Przeworsky (1985). Na perspectiva de Moore (1996) as características estruturais dos países explicavam o que ele denominou de *democracia de baixa intensidade*, de forma que, em sua concepção, os países com esse tipo de democracia não poderiam se tornar democráticos. A democracia, portanto, era vista como um ideal a ser alcançado, e não uma prática a ser permanentemente construída (SANTOS; AVRITZER, 2002). Em paralelo surgia a possibilidade de “virtualidades redistributivas da democracia” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p.40) e o problema da tensão entre democracia e capitalismo. Na perspectiva de Przeworsky (1985), por exemplo, a redistribuição da democracia se daria nos países pela chegada da social democracia no poder. Assim, a prevalência da democracia sobre o capitalismo, para o autor, traria benefícios distributivos aos segmentos da sociedade marginalizada (SANTOS; AVRITZER, 2002).

A expansão do modelo hegemônico liberal para regiões da Europa e para a América Latina, porém, tornaram obsoletas as análises de Moore e Przeworsky (SANTOS; AVRITZER, 2002). As visões estruturalistas desses estudiosos se veem questionadas com o declínio do Estado de bem estar social e das políticas públicas,

tidas como conquistas irreversíveis da democracia ou um caminho para ela. Alia-se a isso a ascensão da democracia liberal que, por outro lado não consegue resolver os problemas persistentes da qualidade da democracia (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Todo esse debate entre as concepções dominantes da democracia, a liberal e a marxista, visava responder três questões em torno da democracia: a relação entre procedimento e forma, o papel da burocracia e a inevitabilidade da representação nas democracias de “grande escala” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 44). A primeira tratava do estabelecimento de regras como meios para tomadas de decisões políticas e administrativas. Esse procedimentalismo das teorias elitistas se confundia num processo de eleição de elites. No caso da burocracia havia uma tensão entre “soberania crescente e decrescente”: crescente devido ao aumento do controle dos governantes pelos governados e decrescente devido ao controle destes pela burocracia. Quanto a representação, os liberais defendem que é o único meio de realização da democracia. Isto devido à grande escala de relação entre representantes e representados, resolvida com a autorização para a tomada de decisão por representantes e com a *assembleia representativa* que expressa o eleitorado.

A concepção não-hegemônica de democracia defende um procedimentalismo de caráter novo baseado, principalmente, na teoria de Habermas (SANTOS; AVRITZER, 2002). Esse procedimentalismo para participação na esfera pública por meio de um discurso racional, argumentativo, garantiria que os participantes problematisassem em público condições de desigualdade na esfera privada (SANTOS; AVRITZER, 2002). Assim, proporciona-se ao procedimentalismo o pluralismo de experiências trazidas por meio da argumentação livre de violência e enraizada em práticas morais.

Quanto ao predomínio da burocracia, as teorias liberais, hegemônicas, diminuem sua capacidade de lidar criativamente com as informações imputando-as como meros agentes racionais com diminuta possibilidade de criação e invenção (SANTOS; AVRITZER, 2002). Contrário a esta perspectiva, as teorias contra-hegemônicas ressaltam a capacidade das burocracias em transferir informações sociais para o âmbito administrativo, inovando a gestão, aproximando-a das

demandas dos cidadãos e estabelecendo um novo conjunto de ideias e, por conseguinte, de práticas (SANTOS; AVRITZER, 2002).

As correntes contra-hegemônicas criticam as teorias democráticas desenvolvidas no século XIX as indicando como inadequadas às realidades das sociedades atuais (MIGLIEVICH; SILVA, 2006; SANTOS, 2002). A inadequação se relacionaria às diferenças dos contextos sociopolítico e cultural de quando tais teorias foram elaboradas para com os que atualmente imperam nas sociedades pós-modernas, tendo em vista os novos arranjos produtivos e demais desafios impostos pela globalização (SANTOS, 2002; FARAH, 2001).

Neste sentido, de um modo geral, as proposições contra-hegemônicas criticam as características da democracia representativa, como o fato de que a prática da mesma promove uma democracia de baixa intensidade, num processo de pouca cidadania, ficando a participação popular restrita à votação (MIGLIEVICH; SILVA, 2006; STRECK; ADAMS, 2006; SANTOS, 2002).

Critica-se ainda, a concepção burocrática com que a democracia representativa lida no tratamento com os problemas públicos, num processo tendente a homogeneizar as soluções, o que interfere na efetividade das políticas públicas, visto que as especificidades não são consideradas (DASSO JÚNIOR, 2010; DAGNINO, 2009; SANTOS; AVRITZER, 2002; DAGNINO, 2002). Além disso, critica-se também a dificuldade de se fazer representar agendas e identidades específicas, pelo fato de ser o critério de representação o método da maioria, de forma que as minorias possuem poucas possibilidades de se fazerem representar no quadro político (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Ressalta, a contra-hegemônica, a importância do conhecimento dos atores sociais na condução das soluções de problemas públicos que os afetam (SANTOS; AVRITZER, 2002). Isso porque, aos defensores da participação, o não envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão pública faz com que as demandas da sociedade sejam tratadas de forma a se ter a eficiência e eficácia comprometidas, promovendo insatisfação com os efeitos gerados (NUNES, 2011; BRUGUÉ; GALLEGÓ, 2007; SUBIRATS, 2007; FONT, 2007). Acreditam que na medida em que se proporciona a participação cidadã nos processos decisórios da gestão pública, a administração pública se democratiza, beneficiando não somente a

própria democracia como também a eficiência e eficácia administrativa (BARRAGÁN; ROMERO; SANZ, 2011; GELI, 2011; FUENTE, 2010; BRUGUÉ; GALLEGO, 2007; SUBIRATS, 2007). Isto por ter uma melhoria do rendimento institucional através da potencialização do capital social, que representa um sistema de participação que estimula a cooperação (BRUGUÉ; GALLEGO, 2007).

Nesta concepção, participação e eficiência seriam conceitos complementares. Tal complementariedade se daria na medida em que os problemas públicos a serem resolvidos são cada vez mais complexos e interconectados, de forma que a participação dos cidadãos favorece na tomada de decisão por se fazer envolver os interessados nos processos decisórios (DAGNINO, 2002). Desta forma, os espaços participativos contribuem na busca para os meios adequados, a fim de se alcançar os resultados desejados (BARRAGÁN; ROMERO; SANZ, 2011; GELI, 2011; DAGNINO, 2009; SUBIRATS, 2007). Em geral, aponta-se neste novo paradigma de gestão pública que a participação dos cidadãos nos processos decisórios da gestão pública, em sua prática, contribui no atendimento às expectativas dos cidadãos, na melhoria da qualidade das políticas públicas, auxiliando sua implementação, respondendo às necessidades de transparência e, por consequência, aumentando a confiança pública no governo (KLEIN JR; SALM; MENEGASSO, 2012).

Ressalta-se, no entanto, que a busca por uma democracia participativa não implica necessariamente numa oposição à democracia representativa, pois as mesmas podem tanto coexistirem como se complementarem (SANTOS; AVRITZER, 2002). A coexistência, no caso, implicaria na convivência de tipos diversos de organização administrativa com características tanto da democracia representativa como participativa, bem como procedimentos e desenhos institucionais em níveis diferentes. Assim, por exemplo, se teria a democracia representativa em nível nacional, com seus arranjos burocráticos, coexistindo com a democracia participativa em nível local (SANTOS; AVRITZER, 2002). A complementariedade traria uma relação mais articulada entre os procedimentos e desenhos institucionais, de forma que esta articulação, por ser mais profunda, pode possibilitar a supressão de procedimentos de representação e deliberação, conforme práticas do modelo hegemônico de democracia para a aplicação de mecanismos participativos (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Para melhor compreensão da participação no caso brasileiro, além do contexto geral exposto, há de se considerar as particularidades do país neste processo de transição democrática, visto a complexidade desta transição (AVRITZER, 1995). Neste sentido, cabe ressaltar que o Brasil esteve sob o regime da ditadura militar na década de 1960 até meados da década de 1980, num processo de repressão política e social.

As políticas públicas estabelecidas no Brasil até então tinham como característica a centralização decisória e financeira na esfera federal (FARAH, 2001). Tal centralização fazia-se permitir uma espécie de clientelismo nas relações intergovernamentais, de forma a se estabelecer uma articulação de interesses entre os governos locais, estaduais e federal, baseada na troca de favores (FARAH, 2001). Além disso, as políticas públicas eram marcadas pela fragmentação institucional, em virtude do aumento da máquina estatal e do arranjo institucional, tanto no âmbito da mesma esfera quanto em níveis diferentes da federação (FARAH, 2001). Caracterizavam-se ainda pela desintegração em função da setorialização dos serviços públicos promovidos pela especialização da área de atuação estatal (saúde, educação, transporte etc.), não havendo articulação entre as mesmas (FARAH, 2001).

2.2.2 – O Brasil no cenário das transições democráticas do final do século XX

Nos anos 60 e 70 espalharam-se os movimentos sociais no Brasil, sendo impulsionados os movimentos urbanos pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pelas Sociedades Amigos de Bairro (SABs) (CÔRREA; CATETE, 2011). Mesmo diante da forte repressão policial durante o período de ditadura militar no Estado Brasileiro, os movimentos não se extinguem, continuando a reivindicar por temáticas públicas como saúde, educação, reforma agrária. Além disso, pressionam o Governo Federal para a abertura política, por vias da democratização e voto direto. Destaca-se que a década de 70 foi marcada por uma vida política agitada e os movimentos sociais, como os sindicais e estudantis, se mostraram mais fortificados, até mesmo por já se ter uma resistência contra a ditadura (CÔRREA; CATETE, 2011).

Assim, num contexto de insatisfação sócio-político e econômico-social, tem-se no Brasil na década de 70 e 80 uma importante atuação de movimentos sociais na luta contra o autoritarismo característico do regime ditatorial militar por que passava o Estado brasileiro (DAGNINO, 2002). Nessa perspectiva, do processo de democratização brasileiro na década de 80, o governo militar, enfraquecido pelo apoio político e popular, tem-se o reinício de governos civis por vias democráticas.

Visando contemplar as novas perspectivas da sociedade, decide-se no Congresso Nacional pela elaboração de uma nova Constituição. Neste sentido, forma-se a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para a o desenvolvimento desta Constituição, se utilizando de mecanismos de participação institucionalizados por seu regimento interno, além de fóruns de debate e de acompanhamento das atividades da ANC por todo o Brasil (GOMES, 2006). Deste modo, promulga-se a Constituição Federal de 1988, incorporando parte das lutas políticas para descentralização e participação no Estado brasileiro. Tal constituição institucionaliza a participação do cidadão no aparato da gestão pública brasileira, sendo conhecida por este motivo, como a Constituição cidadã.

Há de se considerar, no entanto, que a democratização ocorrida no Brasil na década de 1980 se deu sem uma ruptura brusca das relações Estado-Sociedade Civil (AVRITZER, 1995). Neste contexto, a não ruptura das relações Estado-Sociedade Civil no processo brasileiro de democratização propiciou a existência de disputa entre atores políticos tradicionais de características autoritárias e atores políticos democráticos pela hegemonia da cultura política numa estrutura estatal de mecanismos democráticos (AVRITZER, 1995). Assim, encontram-se coexistindo uma cultura não democrática do Estado autoritário herdado numa institucionalidade democrática (DAGNINO, 2009; AVRITZER, 1995).

Além da institucionalização da participação na gestão pública brasileira, a Constituição Federal de 1988, fortaleceu os municípios na medida em que as competências das esferas de governo foram redefinidas, apontando à municipalidade maiores responsabilidades e desafios no que se refere ao trato de questões locais, como a política de desenvolvimento urbano (COSTA, 2010; MILANI, 2008; ABRUCIO, 2007; PAES DE PAULA, 2005).

Com o fortalecimento e a ampliação da autonomia dos municípios, passa-se a exigir das gestões públicas locais, na década de 1980, uma atuação conforme pressupostos de democratização, numa expectativa por uma nova institucionalidade em que a articulação entre o Estado e a Sociedade civil se daria num viés participativo, elevando-se o nível de governança e responsabilidade dos gestores (SILVA et al, 2009; DAGNINO, 2002). Assim, a perspectiva de participação nos processos de decisão em políticas públicas que perpassou a década de 1980 no Brasil, com debates de cunho emancipatório, vinculava-se, conforme expresso por Silva e Brito Junior (2009, p.18):

... à ideia da possibilidade de compartilhar responsabilidades entre os agentes governamentais e não governamentais, no sentido de ampliar a democracia e fortalecer a responsabilidade pública do Estado.

Neste sentido, a participação nos anos 80 tinha um signo relacionado a mudanças da estrutura de dominação, fossem elas relacionadas à economia ou aos padrões socioculturais da época (TATAGIBA, 2009; FARAH, 2001). O discurso participacionista mobilizava, desta forma, energias transformadoras e emancipatórias, que se legitimava em relação à contestação do “sem-voz” (TATAGIBA, 2009).

A partir de 1990, no Brasil, os debates reformadores da década de 80, com foco na redução dos problemas sociais, foram interrompidos e alterados por outros, agora de caráter de ajuste estrutural nos anos 90 e seguintes (SILVA; BRITO JUNIOR, 2009; FARAH, 2001). No discurso reformista dos anos 90 no Brasil, a participação continua ganhando destaque, mas num sentido de “ferramenta de gestão”, em que se deve ser utilizada nos processos de gestão pública, a fim de garantir a eficiência e eficácia das políticas implementadas, principalmente as políticas sociais. A retórica e justificativa para uso da participação se refere à atualização da administração pública com os novos tempos, em que o dinamismo de uma sociedade globalizada e complexa necessita superar formas burocráticas e hierárquicas de gestão (TATAGIBA, 2009; FARAH, 2001). Observa-se, neste sentido, uma busca pelo aperfeiçoamento da administração pública guiando-se por critérios de eficácia, eficiência, transparência, bem como por critérios de aproximação da gestão pública aos cidadãos, possuindo uma relação com as teorias da Nova Gestão Pública e a Democracia de Proximidade (BARRAGÁN; ROMERO; SANZ, 2011).

Ao discutir a valorização da participação sob a *democracia gerencial*, misto de elementos dos modelos de democracia elitista e participativa, Tatagiba (2009) procura explicar este processo de resignificação da participação no contexto particular do Estado pós-ajuste neoliberal. Nas palavras da autora

... o tom fortemente contestador que compunha a retórica participacionista se dissolve no discurso técnico e supostamente neutro da moderna gerência, num evidente deslocamento do tema do conflito em favor da temática da eficiência e eficácia das políticas (TATAGIBA, 2009, p. 150).

Assim, a participação pleiteada pela sociedade na década de 80 não se refere à mesma amplamente defendida pelos discursos gerencialistas na década de 90, apesar de utilizarem os mesmos termos, como governança, participação, eficiência, eficácia, dentre outros (SILVA; BRITO JUNIOR, 2009; TATAGIBA, 2009). Neste contexto, Silva e Brito Junior (2009) explicam que as reformas neoliberais da década de 90 ocorridas no Brasil, junto à valorização da participação como recurso gerencial, ocasionaram polifonias e dissonâncias no discurso participativo.

Ainda quanto à perspectiva de participação da década de 90, numa análise do contexto histórico sobre os movimentos sociais no Brasil pós-reforma Bresser Pereira, Gohn (2004) cita que a participação se apresenta em um sentido mais propositivo do que reivindicativo. Coloca a autora que “o militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais” (GOHN, 2004, p. 26). O deslocamento de conduta dos cidadãos de um perfil reivindicativo para um mais propositivo é explicado, segundo a autora, em função do arranjo político neoliberal da reforma Bresser Pereira na Administração Pública. Com tal reforma, o Estado brasileiro ganha os contornos de um Estado mínimo, conforme os delineamentos das políticas externas neoliberais (COELHO, 2009; ABRUCIO, 2007; PAES DE PAULA, 2005). Neste sentido, para Gohn (2004), o conceito de cidadania, a partir de 1990, foi resinificado “na direção próxima à ideia de participação civil, de exercício da civilidade, de responsabilidade social dos cidadãos como um todo” (GOHN, 2004, p. 22).

2.2.3 – Reforma do Estado no Brasil e participação

Num contexto (inter) nacional, atribui-se ao Estado Nacional a responsabilidade pelas reduzidas taxas de crescimento econômico, crise de desemprego, elevadas taxas de inflação, a partir da década de 70 (BAGATOLLI, 2014; BRESSER

PEREIRA, 1997). Assim, numa ótica a considerar a reforma do Estado uma importante tarefa política no Brasil na década de 90 (BRESSER PEREIRA, 1997), tem-se uma disputa de modelos de gestão. Embora estivesse em maior evidência a perspectiva gerencialista, há de se destacar que o projeto político de reforma não era consensual. Havia, e ainda há um projeto alternativo, o da administração pública societal (PAES DE PAULA, 2005).

Ocorre que no contexto histórico-cultural por que o Brasil e o mundo passavam, valorizavam-se no universo empresarial ações com características gerenciais, vindo a direcionar tais valores à gestão pública, prevalecendo, desta forma, a perspectiva gerencialista frente à administração pública societal (BAGATOLLI, 2014).

Assim, a reforma do Estado ocorrida no Brasil na década de 90 envolve quatro perspectivas, a saber: a delimitação do tamanho do Estado; a redefinição do papel regulador do Estado; a capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo (governança); e a capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar (governabilidade) (BRESSER PEREIRA, 1997).

A privatização, publicização e terceirização estão contempladas na delimitação do tamanho do Estado, enquanto que a desregulação se relaciona à intervenção do Estado no funcionamento do mercado. Para o aumento da governança propõe-se a superação da crise fiscal e a redefinição das formas de intervenção no plano econômico-social; assim como a superação da forma burocrática de administrar o Estado. Para o aumento da governabilidade, tem-se a legitimidade do governo perante a sociedade e a adequação das instituições políticas para a intermediação dos interesses (BRESSER PEREIRA, 1997).

Neste sentido, observa-se que a reforma do Estado realizada na década de 90, parte de uma lógica de controle econômico e social, de forma a enaltecer o terceiro setor no trato aos problemas sociais. Isso por considerarem a incapacidade do mercado na solução destes problemas, bem como a inflexibilidade e ineficiência do Estado no trato com os mesmos (BRESSER PEREIRA, 1997; BAGATOLLI, 2014). Deste modo, desenvolvem-se na década de 90 as Organizações Não Governamentais (ONG's), sendo que a partir dessa década os movimentos sociais começam a não ficar tão em evidência.

Há de se destacar que, a partir da Reforma do Estado ocorre uma resignificação do sentido da participação: participação como controle do cidadão sobre as políticas públicas, numa função fiscalizatória (BAGATOLLI, 2014). Neste sentido, a lógica da participação se refere à lógica de cidadão cliente, (BAGATOLLI, 2014), se distanciando do sentido de participação no que se refere ao seu potencial transformador das estruturas socioeconômicas ou mesmo culturais da década de 80 (TATAGIBA, 2009).

Na trajetória recente da gestão pública brasileira, observam-se reformas que buscam superar características do modelo considerado ultrapassado, numa interpretação a combater o modelo anterior rumo à incorporação de novos parâmetros (ABRUCIO, 2007). No entanto, esta interpretação de avanço por etapas é errônea, tendo em vista que as características se fundem, se mesclando as do modelo a ser superado com as do novo em proposição num período de transição. Assim ocorreu entre o modelo burocrático de gestão pública brasileira e a reforma gerencialista de Bresser Pereira, assim como se percebe na condução de novas possibilidades de agenda de reformas na gestão pública (ABRUCIO, 2007).

Considerando que a administração pública brasileira encontra-se entre o gerencialismo e a gestão societal, tendo em vista que os dois modelos se constituem em projetos políticos em desenvolvimento e em disputa (ABRUCIO, 2007; PAES DE PAULA, 2005), cabe ressaltar alguns aspectos dos mesmos. Ambos se autodenominam um novo modelo de gestão pública, afirmando buscar a ampliação da democracia no país. No entanto, se fundam em distintas dimensões para construção de uma gestão pública democrática. O gerencialismo se fundamenta nas dimensões *econômico-financeiro* – assuntos de natureza fiscal, tributária e monetária e *institucional-administrativo* – organização e articulação do aparato estatal. Já a vertente societal se fundamenta na dimensão sociopolítica, nas relações entre Sociedade/Estado e na participação dos cidadãos na gestão pública (PAES DE PAULA, 2005).

Por outro lado, Streck e Adams (2006) apontam que os *mecanismos de gestão participativa* se constituem em ferramentas de gestão, no intuito de promover a participação direta dos cidadãos na gestão pública. Os autores mencionam que tais mecanismos possuem como motivação o fato de os cidadãos não se sentirem representados num contexto de rápidas mudanças, aliado ao fato de o poder público

necessitar de mecanismos eficazes de correspondência às necessidades da população. Dentre os mecanismos de participação institucionalizados no Brasil, são ressaltados na literatura nacional o *Orçamento Participativo* e os *Conselhos Gestores de Políticas Públicas*, em virtude da adesão dos mesmos pela administração pública brasileira, principalmente na esfera municipal (SILVA; BRITO JUNIOR, 2009; AVRITZER, 2008, 2007).

Sabe-se que alguns mecanismos de participação foram institucionalizados no Brasil por exigências constitucionais e/ou legais, enquanto outros ocorreram por iniciativas da própria sociedade civil. Neste sentido, Streck e Adams (2006) apresentam alguns lugares de participação, que cabem neste trabalho retomar de forma breve, como o *Plebiscito* e o *Referendo*. Estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, o primeiro se constitui numa consulta prévia ao ato legislativo ou administrativo, deliberando a população a favor ou contrária à matéria, e o segundo uma ratificação ou não da população após o ato legislativo ou administrativo (STRECK; ADAMS, 2006).

Streck e Adams (2006) colocam que as *Manifestações Públicas* também se constituem em lugares de participação e expressam a ausência de mecanismos para apresentação dos anseios da população, de forma que as instâncias responsáveis pelas decisões precisam ser convocadas ao diálogo, quando não trocadas. Quanto aos *Movimentos Sociais*, apontam os autores que os mesmos são importantes elementos para a saúde da democracia, visto que ampliam os limites do instituído e do espaço do jogo político, abrindo novos canais de participação. As *Associações* também são apresentadas como lugares de participação, havendo as de caráter religioso e as civis, conforme apontado por Avritzer (2004) e resgatado por Streck e Adams (2006). Dentre as civis, as associações podem ser: i) de caráter comunitário; ii) relacionadas ao mundo do trabalho; iii) voltadas ao tema de cidadania e direitos humanos e iv) voltadas à filantropia, cultura, grupos de jovens e de autoajuda (STRECK; ADAMS, 2006).

Além destes, ainda citam as *Redes*, que impulsionadas pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação, trazem importantes mudanças na sociabilidade e na espacialidade por ampliar as possibilidades de comunicação virtual (STRECK; ADAMS, 2006). No entanto, apresentam a problemática de não incluir os que não têm acesso aos recursos informatizados. Já os *Fóruns da sociedade civil*

constituem-se em espaços de articulação, de trocas de informação, de discussão, formação e mobilização, que exercem pressão e controle social sobre ações governamentais e não governamentais, podendo tratar temáticas diversas (STRECK; ADAMS, 2006). Já as *Câmaras setoriais*, semelhantes aos *Conselhos setoriais*, são instaladas nas áreas da economia e nas que se relacionam à cultura, meio ambiente e outras. Possuem caráter técnico, reunindo determinados setores como estratégia de gestão (STRECK; ADAMS, 2006).

Explicam Streck e Adams (2006) que as *Conferências* são previstas por leis orgânicas, podendo ocorrer nas esferas municipal, estadual e federal. Nelas se discutem e deliberam, com ampla participação da população, as diretrizes e estratégias das políticas públicas a serem implementadas pelos gestores. Já os *Conselhos* possuem uma forma híbrida de participação, possuindo uma função articuladora. Atualmente a constituição de conselhos é obrigatória nas três esferas de governo, tendo o repasse de recursos do governo federal vinculado à sua instituição aos governos estaduais e municipais. Considerando as características e campos de atuação dos conselhos, existem os: i) *Conselhos Gestores de Programas Governamentais* – que tratam de assuntos relacionados à saúde, à assistência social, à criança e ao adolescente e as políticas urbanas (SILVA et al, 2009); ii) *Conselhos de Políticas Setoriais* – atuam na elaboração, implantação e controle de políticas públicas definidas por leis federais; iii) *Conselhos Temáticos* – acompanham as ações governamentais, com temas relacionados a temas transversais como direitos humanos, violência, discriminação contra mulher, dentre outros; iv) *Conselhos Temáticos mais amplos*, como desenvolvimento regional, urbano, dentre outros (STRECK; ADAMS, 2006). Quanto ao poder decisório, podem os conselhos ser deliberativos, consultivos ou de controle social.

2.2.4 – Política Nacional de Participação Social

Visando o fortalecimento e articulação dos mecanismos e instâncias de participação na administração pública federal, em 2014 foram instituídos no Brasil a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, via decreto presidencial nº 8.243/2014. Em tal política e sistema são contemplados diversos mecanismos, não impedindo, no entanto, a criação ou

mesmo o reconhecimento de outras formas de participação. Assim, são citados o *conselho de políticas públicas* e *comissão de políticas públicas* como instâncias colegiadas de participação, tendo o *fórum interconselhos*, como mecanismo para diálogo entre os representantes dos mesmos. A *conferência nacional*, no caso, é considerada uma instância periódica de debate para formulação e avaliação de temas públicos específicos, cuja participação ocorre através da representação. Já a *mesa de diálogo*, é um mecanismo de debate e negociação, visando à prevenção, mediação e solução de conflitos sociais. E a *ouvidoria pública* federal constitui-se em um mecanismo para controle e participação das políticas e serviços públicos.

São mencionados também, a *audiência pública* e a *consulta pública* como mecanismos consultivos, abertos a quaisquer interessados, em que o primeiro visa subsidiar as decisões governamentais, enquanto o segundo busca captar as contribuições por escrito da sociedade civil sobre um assunto específico. Além destes, considera-se ainda o *ambiente virtual de participação social* um recurso para interação social entre a administração federal e sociedade civil, utilizando as tecnologias de informação e de comunicação, especialmente a *Internet*.

O decreto presidencial que institui a Política e Sistema Nacional de Participação na esfera pública federal brasileira busca ampliá-los aos demais entes da federação e atribui à Secretaria-Geral da República a competência de propor pactos para fortalecimento da participação social (BRASIL, 2014), oferecendo apoio pedagógico (NASSIF, 2014). Válido ressaltar, entretanto, que a instituição de tal política e sistema fez ressoar no Congresso Nacional e na mídia um embate de posicionamentos favoráveis e contrários aos mesmos, bem como críticas à forma como foram instituídos.

Entre os defensores encontram-se representantes eleitos do Partido dos Trabalhadores (PT), partido da presidente da República Dilma Rousseff (2011-2014), que assinou o decreto, representantes de movimentos sociais, assim como alguns acadêmicos e juristas. Estes últimos, ou seja, acadêmicos e juristas, organizaram um *Manifesto de Juristas e Acadêmicos em favor da Política Nacional de Participação Social*, via recursos da *Internet*, visando mobilizar o apoio da população ao decreto via assinaturas em um abaixo assinado *on line* (SÁ e SILVA, 2014). Entre àqueles que são contra o decreto encontram-se alguns juristas e representantes dos partidos, como Democratas (DEM); Partido Popular Socialista

(PPS); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Solidariedade; Partido da República (PR); Partido Verde (PV); Partido Social Democrático (PSD); Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Republicano da Ordem Social (PROS). Estes partidos políticos propuseram, inclusive, a votação de decreto legislativo para anular os efeitos do decreto presidencial (VERDADE GOSPEL, 2014), como o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 1491/2014. Tal projeto, conforme boletim eletrônico da Câmara dos Deputados, foi aprovado na referida casa, sendo encaminhado ao Senado para apreciação e votação. Assim os efeitos do decreto presidencial estão suspensos até a decisão do Senado sobre a matéria.

Para sintetizar o embate destes posicionamentos, encontra-se a seguir o Quadro 1 com algumas considerações apresentadas pelos que são contrários e favoráveis ao decreto presidencial que institui a política e sistema de participação social na esfera pública federal, com pretensão de expansão aos demais entes da federação.

Quadro 1 – Posicionamentos Sobre o Decreto Presidencial nº 8.243/2014

Posicionamentos Contrários	Posicionamentos Favoráveis
Afronte ao sistema de governo do Brasil, visto que o mesmo se apoia na democracia representativa (AGÊNCIA SENADO, 2014; LOURENÇO, 2014).	Avanço do fortalecimento da democracia mediante o compartilhamento das decisões do poder público à sociedade (AQUINO, 2014).
Risco de enfraquecimento do Congresso Nacional mediante a participação popular, pois cria um canal paralelo de poder (LOURENÇO, 2014; MANZANO, 2014).	O Congresso Nacional e os mecanismos de participação social possuem finalidades diferentes, que não se sobrepõem (NASSIF, 2014; SÁ e SILVA, 2014).
Fere a igualdade dos cidadãos, um dos pilares da democracia brasileira, ao privilegiar grupos, como os movimentos sociais, que são controlados pelos partidos esquerdistas, principalmente o PT (MANZANO, 2014).	Falta de informação e excesso de ideologia por parte de quem critica a participação social (NASSIF, 2014).
Dúvidas sobre a representatividade dos que serão responsáveis para discutir políticas públicas (MANZANO, 2014).	A participação qualifica a democracia representativa, que vem sendo fortemente criticada pela sociedade. A participação tem atuado de forma a combinar democracia direta e representativa (WEISSHEIMER, 2014).
Ameaça de estabelecimento de uma ditadura semelhante à de Cuba (VERDADE GOSPEL, 2014).	Os críticos retomam um debate já superado inclusive em organismos como a ONU e Banco Mundial que estimulam a participação, e nem por isso os mesmos são defensores comunistas (WEISSHEIMER, 2014).
Conflito constitucional ao criar órgãos e permitir participação em mecanismos que não são plebiscitos, referendos e iniciativa popular (VERDADE GOSPEL, 2014).	Os organismos criados não se constituem em órgãos públicos, e sim canais de comunicação entre a sociedade civil e a administração pública federal (FIGUEIREDO, 2014).

Fonte: Elaborado pela autora.

Apresentada a síntese dos posicionamentos sobre o Decreto Presidencial nº 8.243/2014, segue no próximo tópico os tipos de mecanismos de participação.

2.2.5 – Tipos de mecanismos participativos

No que diz respeito aos mecanismos de participação institucionalizados, há de se considerar que são de tipos variados, conforme pesquisa realizada por Gomà e Font (2007), num levantamento de mecanismos utilizados na Europa e na América Latina. Assim, há mecanismos participativos com características associativas, que estabelecem uma interlocução entre o ente público e grupos organizados de maior reconhecimento na sociedade. Os Conselhos Gestores são exemplos, tendo, no caso, a participação através da representação.

Há os mecanismos com características de deliberação de forma personalizada, que buscam enfatizar a capacidade de reflexão e de diálogo dos cidadãos. Proporcionam ao cidadão informações a respeito dos assuntos a serem deliberados, situando-os no contexto dos pontos discutidos, respeitando um prazo para que o cidadão possa expor suas necessidades e percepções. Os círculos de estudo, fóruns temáticos, conferências de consenso seriam exemplos destes mecanismos, tendo a participação por meio da representação. Há ainda os mecanismos de participação direta, que buscam fazer com que qualquer cidadão possa participar dos processos de tomada de decisão do poder público, podendo ser: referendos, assembleias e algumas possibilidades com teledemocracia/ redes informáticas (GOMÀ; FONT, 2007).

Tendo em vista a aplicação destes mecanismos de forma não qualificada por parte de algumas administrações públicas, se faz necessário um olhar cuidadoso quanto à forma de condução dos mesmos, pois as próprias experiências participativas e de cidadania podem ficar comprometidas por lidarem por vezes com processos inoperantes, em que a participação dos cidadãos não se converte em contribuição efetiva (BARRAGÁN; ROMERO; SANZ, 2011; FERNANDES; OLIVARI; YÁÑEZ, 2011).

Os mecanismos participativos podem ser organizados de forma a promover a legitimação dos modos hegemônicos de conhecimento e de autoridade política, reafirmando os detentores de conhecimento legítimo como os mais adequados a

participar (BARRAGÁN; ROMERO; SANZ, 2011; FERNANDES, OLIVARI, YÁÑEZ, 2011; NUNES, 2011). Podem também ser organizados de modo a permitir uma participação mais inclusiva, tendo a participação dos cidadãos independente da classificação de conhecimento ou competência, em diferentes etapas dos processos.

Na participação mais inclusiva, o funcionalismo público possui um papel de facilitador com o objetivo claro de se fazer alcançar alternativas conjuntas, cabendo aos participantes à valoração da viabilidade de uma ou outra ideia (BARRAGÁN; ROMERO; SANZ, 2011; FERNANDES; OLIVARI; YÁÑEZ, 2011; NUNES, 2011). Assim, para se caracterizar e se avaliar as experiências relacionadas à participação dos cidadãos se faz necessária à distinção das formas de organização dos mecanismos participativos. Tal procedimento permite a verificação do empoderamento do cidadão e o nível de influência sobre as decisões administrativas e políticas (NUNES, 2011; ARNSTEIN, 1969).

Expostos os tipos de mecanismos de participação, há de se considerar os desenhos institucionais dos mesmos, como se descreve no próximo tópico.

2.2.6 – Desenho institucional e participação

A forma de condução dos mecanismos participativos depende do modo como os mesmos se estruturam, ou seja, dos arranjos participativos, ou conforme exposto por Avritzer (2008, p. 44) em suas pesquisas, os “desenhos institucionais”. Fung e Wright (2003) atribuem o sucesso nos processos participativos ao próprio desenho institucional, independente do contexto. No entanto, em pesquisa realizada no Brasil, tendo como referência os mecanismos ofertados, Avritzer (2008) conclui que o sucesso dos processos participativos depende mais da “maneira como se articulam desenho institucional, organização da sociedade civil e vontade política de implementar desenhos participativos” (AVRITZER, 2008, p. 47).

Na mesma pesquisa, Avritzer (2008) distingue três formas de participação nas instituições participativas brasileiras: Orçamento Participativo, Conselho e Plano Diretor Municipal. A partir da análise destes mecanismos participativos, o autor identifica desenhos institucionais diferenciados, classificando-os como: i) *de baixo para cima*: o arranjo no qual há livre entrada dos cidadãos e as formas participativas

são constituídas pelos mesmos. Constitui-se no desenho mais fortemente democratizante e distributivo, sendo o Orçamento Participativo um exemplo; ii) *de partilha de poder*: arranjo no qual participam simultaneamente os atores estatais e os da sociedade civil. Constitui no desenho de maior potencial democratizador em casos de oposição à participação por parte da sociedade política. Os Conselhos são exemplos neste caso; iii) *de ratificação pública*: arranjo no qual os atores da sociedade civil não participam do processo decisório, mas são chamadas a referendar publicamente, como ocorre nos Planos Diretores Municipais.

Avritzer (2008, 2012) afirma ainda ser possível que nos locais onde o desenho institucional de baixo para cima tem êxito em sua dinâmica, o desenho de partilha também o tem. Porém, o autor ressalta que no desenho de partilha há uma maior independência do sistema político do que no primeiro, apresentando melhor resistência a tentativas governamentais de retirar o poder da instância participativa. Por outro lado, em contextos hostis à participação, o desenho de ratificação pública é o desenho de maior capacidade em anular políticas particularistas (AVRITZER, 2012, 2008).

Na literatura internacional verifica-se que a implantação de mecanismos participativos aproxima o cidadão dos processos decisórios da administração pública em nível local, ou seja, nos bairros, municípios e estados, esta aproximação se dá de forma mais facilitada (FUENTE, 2010; NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009; FONT, 2007). É praticamente consenso na literatura internacional e nacional sobre participação que os espaços locais facilitam a participação cidadã nos assuntos públicos por lidarem com assuntos mais próximos à realidade a que os cidadãos estão afetos. Deste modo, o governo local se apresenta como cenário privilegiado ao desenvolvimento de práticas participativas (NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009; NOGUEIRA, 2009; GOHN, 2004). Quanto à oferta destes mecanismos, há de se considerar que pode variar muito entre uma localidade a outra, até mesmo de gestão a gestão (KLEIN JR; SALM; MENEGASSO, 2012), sendo que esta variação não se restringe somente a oferta dos mesmos, como também ocorre na intensidade da participação, que varia de sociedade a sociedade (MENEGASSO, 2012).

Apesar das particularidades do processo de participação em cada sociedade, alguns problemas se repetem de forma geral, conforme observado na literatura, como a dificuldade da efetividade da participação por parte dos cidadãos (FUENTE, 2010;

FONT, 2007). Deste modo, a partir da revisão de literatura sobre participação dos cidadãos, apresenta-se a seguir os fundamentos explicativos da participação.

2.2.7 – Fundamentos explicativos da participação

Diversas variáveis podem estar associadas à participação do sujeito, influenciando ou mesmo condicionando sua decisão de participar. Assim, buscando na literatura, há basicamente quatro modelos explicativos para participação em mecanismos participativos. São eles: o modelo de centralidade; o identitário; o racionalista e o institucionalista (VAZ, 2013; CAYRES, 2009).

O modelo de centralidade parte do pressuposto de que o nível de engajamento e participação das pessoas estaria relacionado à posição social do indivíduo em termos de recursos, tanto materiais quanto simbólicos (VAZ, 2013). Assim, fatores objetivos como renda e escolaridade implicariam a uma maior propensão em participar, enquanto que os desprovidos destes recursos se sentiriam intimidados perante os que possuem, implicando numa não participação (VAZ, 2013). Neste modelo, quanto mais central a posição do sujeito na estrutura social, maior sua propensão a participar politicamente (CAYRES, 2009).

Para o modelo identitário, os motivos para participar estariam relacionados às redes interativas construídas ao longo da vida dos sujeitos, definindo assim sua identidade. Nesta perspectiva se compartilha a ideia de concepção de formação de identidades (LUCHMANN; BORBA, 2007).

No modelo racionalista enfatiza-se o sujeito dotado de capacidade analítica que avalia os custos e oportunidades do processo de participação, buscando maximizar o seu bem-estar. Nesta ótica, a participação do sujeito se daria a partir da percepção de que seu engajamento é necessário para o alcance de benefícios individuais. Percebendo que seria contemplado com os benefícios mesmo sem seu engajamento, a tendência dos sujeitos é de aproveitar os efeitos surtidos pela ação de outros, ou seja, atuaria na lógica do efeito “carona”, não participando, mas se aproveitando dos benefícios alcançados pela ação alheia. Nesta percepção, “a não participação é racional” (LUCHMANN; BORBA, 2008, p. 60).

No modelo institucionalista os motivos para participação estariam relacionados às oportunidades existentes no âmbito social, tendo instituições e regras que inibam os

comportamentos de “carona” (VAZ, 2013). No caso, as estruturas de oportunidades políticas disponibilizadas condicionariam os sujeitos a participarem (CAYRES, 2009).

Apresentados os fundamentos explicativos da participação, descreve-se a seguir os constrangimentos à participação cidadã, o caso do contexto brasileiro.

2.2.8 – Contexto brasileiro: constrangimentos à participação cidadã

Apesar de avanços na participação social no caso brasileiro, há de se considerar alguns desafios para se consolidar a participação cidadã no Brasil, dentre eles: a) a resistência de setores do poder público em efetivamente compartilhar o poder com organizações da sociedade (LUCHMANN, 2006; TATAGIBA, 2006); b) a distância entre os resultados formais e reais de participação (CICONELLO, 2008). Além destes, c) a intensa e complexa burocracia exigida pela gestão pública às organizações da sociedade civil; d) a resistência em se estender a participação social ao âmbito da política econômica (CICONELLO, 2008). Estes desafios tornam-se constrangimentos à participação cidadã, pois a dificultam em sua efetividade.

A resistência por parte de alguns gestores públicos na condução de mecanismos de participação, por exemplo, pode vir a esvaziar o potencial democratizante da participação nas instituições públicas (TATAGIBA, 2004). Isto porque até então não há uma unanimidade do que seja participação social dentro da gestão pública brasileira (CICONELLO, 2008). Os relatos de pesquisas sobre os Conselhos Gestores de Políticas Públicas bem demonstram este constrangimento, fazendo com que os conselhos se atenham à função de apenas cumprir uma exigência legal (TATAGIBA, 2004). Deste modo, não se exerce a autonomia de ação dos cidadãos frente às oportunidades de participação (CAYRES, 2009).

A distância entre os resultados formais e reais da participação (CICONELLO, 2008) constitui-se num constrangimento à participação, uma vez que desenvolve nos cidadãos sentimentos de ineficácia dos lugares públicos participativos, afastando-os desses lugares. Isto se deve à capacidade reduzida do Estado brasileiro na implementação de políticas públicas e efetivação dos direitos previstos no ordenamento jurídico (CICONELLO, 2008). Relaciona-se à esta capacidade reduzida a reforma estatal brasileira da década de 90, que promove um Estado

neoliberal em que dificilmente incorporará a participação formulada nos termos deliberativos e emancipatórios (CICONELLO, 2008), por conta da concepção do cidadão enquanto cliente do Estado.

Constitui-se num outro constrangimento à participação, a intensa e complexa burocracia exigida pela gestão pública às organizações da sociedade civil para se fazer representar nos lugares institucionalizados (CICONELLO, 2008). Muitos militantes, inclusive, consideram que para se participar nestes lugares seria necessária uma profissionalização do militante, a fim de entender os processos de participação e assim conseguir se fazer representar (CICONELLO, 2008).

A resistência em se estender à participação social ao âmbito da política econômica constitui-se num desafio à participação social (AQUINO, 2014). As justificativas para impedir a participação nesta área geralmente baseiam-se na importância da capacidade técnica dos tomadores de decisão, naturalizando o discurso da necessidade de especialistas, conforme Ciconello (2008). Neste sentido, o autor aponta que a economia *colonizou* a política, de modo que as decisões técnicas interferem completamente nas decisões políticas. Observa-se, assim, que a ideia de participação nos investimentos públicos é vista com preocupação e temor por alguns gestores públicos e especialistas por causa da cultura dos cidadãos, considerando a participação no âmbito da política econômica como prejudicial (CICONELLO, 2008).

Em pesquisa realizada por Navarro, Cuesta e Font (2009) sobre participação política e cidadã em cidades médias espanholas, constatou-se possuir os cidadãos destas cidades características semelhantes ao encontrado em outras pesquisas sobre participação (NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009). As pessoas que participam são de média idade, autoconfiantes, membros de associações, com maior nível de estudos e àqueles que utilizam por vezes o protesto político (NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009). Nesta mesma pesquisa foi constatado que o perfil dos cidadãos menos implicados politicamente, ou seja, de menor engajamento político, teria como preferência a democracia local (eleitoral), de forma a adotar mais os mecanismos de participação na lógica clientelista (cliente/ consumidor). Já cidadãos mais implicados politicamente, ou seja, de atuação mais ativa politicamente, possuem o perfil de preferir modelos deliberativos, enquanto que cidadãos que utilizam todo o repertório

participativo tenderiam a adotar o associativismo (NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009).

Ao analisar a participação da sociedade civil brasileira nos espaços públicos, Dagnino (2002) aponta que o processo de construção democrática no Brasil ocorre de forma contraditória e fragmentada, num processo em que a estrutura estatal ainda se mantém autoritária, mesmo com instrumentos democráticos. Segundo a autora, a contradição estaria relacionada às perspectivas culturais direcionadas ao *autoritarismo social* e as *visões hierárquicas da sociedade e da política* nos espaços públicos de participação. Isto, porque ao mesmo tempo em que os consideram obstáculos para a constituição e funcionamento destes espaços, ambos são considerados colaboradores ao processo de democratização ao serem confrontados nestes espaços (DAGNINO, 2002).

Dagnino (2002) considera que os espaços públicos de participação no Brasil possuem a partilha de poder limitada pelo Estado, constituindo esta limitação no ponto central de conflito entre Estado e Sociedade Civil, numa disputa pela efetividade da participação, o que afeta a efetividade da democracia (DAGNINO, 2002).

Neste sentido, é válido ressaltar que a democracia se constitui numa prática social, de modo que a simples implantação de mecanismos democráticos no aparato estatal não se constitui necessariamente na implantação da democracia (AVRITZER, 1995). Isto porque a replicação das estruturas democráticas estatais ocorre mais rapidamente que o aprendizado dos atores sociais sobre as formas de agir nestes arranjos (AVRITZER, 1995). Deste modo, a democratização ocorre na prática social, de modo que os espaços públicos de participação se constituem em espaços de aprendizagem da cidadania, com potencial de desenvolver a participação na sociedade (STRECK; ADAMS, 2006; FONT, 2007; FUENTE, 2010; NAVARRO; CUESTA; FONT 2009; PAES DE PAULA, 2005).

De acordo com a percepção de que a administração pública brasileira ainda se encontra em passos iniciais no que se refere às articulações com a sociedade civil quanto à participação, Silva (et al, 2009) avalia como os mecanismos de participação impactam as práticas cotidianas de gestão pública. Para isso, os autores utilizam como objetos de estudo os Conselhos Gestores da Prefeitura

Municipal de Vitória no período de 1984 a 2003. Constataram os autores a recorrência e continuidade de características tradicionalistas na vida política local, tanto no âmbito da cultura, como no modelo de gestão. Foi identificada forte prática conselhistas na capital capixaba, tendo enfrentado os conselhos dificuldades para sua legitimação (SILVA et al, 2009).

Os autores mostram que a atuação conselhistas mais possui caráter fiscalizatório do que de proposição e/ou deliberação de políticas públicas, concluindo que não predomina a valorização dos Conselhos como instâncias de partilha de poder entre o poder público e a sociedade civil. Baixa capacitação dos conselheiros no que se refere ao conhecimento da máquina estatal foi constatada, bem como uma tênue interação com as entidades que representam. Constatou ainda pouca publicização dos espaços criados para a ação conselhistas em Vitória-ES, o que segundo a literatura pode prejudicar a efetividade da participação (SILVA; BRITO JUNIOR, 2009).

Com a ampliação da participação na gestão pública de forma um tanto quanto generalizada (FUENTE, 2010; SILVA; D'ARC, 1996), os processos participativos institucionalizados têm sido avaliados na literatura mais recente com olhares mais críticos em relação a suas reais contribuições para os processos de democratização, principalmente no que se refere a real partilha de poder entre os cidadãos (LUCHMANN, 2006). Neste sentido, Silva e D'Arc (1996) e Fuente (2010), citam os aspectos críticos da participação cidadã. Estes autores consideram que em um contexto onde a participação é apresentada como o pilar de um novo paradigma de gestão pública, sua aplicação ocorre de forma mais a se caracterizar como um modismo do que a adoção consciente de um modelo de gestão participativa que gere os resultados prometidos. Nestes casos, ressaltam a necessidade de reflexão se de fato a participação atinge os benefícios citados pelos defensores da participação. A adoção de mecanismos participativos, nesta concepção, se relacionaria mais a uma mera replicação do modelo de gestão do que a aplicação consciente de um modelo que respaldasse a eficiência e eficácia das políticas públicas em função da democratização nos processos de gestão pública (FUENTE, 2010; SILVA; D'ARC, 1996).

Num exame das experiências ocorridas no Brasil, Silva e D'Arc (1996) esclarecem seu posicionamento de questionamento da participação na gestão pública. Os

autores criticam a adoção da participação e de suas prometidas contribuições para a gestão pública, bem como a crença de que a participação é condição para se alcançar os resultados necessários das políticas públicas. Isso devido à supervalorização dispensada ao saber popular, alegando ficar o conhecimento técnico sem o devido prestígio para o desenvolvimento da sociedade (SILVA; D'ARC, 1996).

Apresentou-se, assim, os fundamentos explicativos da participação e os fatores que dificultam sua efetividade. Deste modo, encontra-se a seguir o Quadro 2 sintetizando os motivos da (não) participação nos lugares públicos participativos apontados na literatura.

Quadro 2 – Motivos da (Não) Participação nos Lugares Públicos Participativos

Motivos da Participação	Motivos da Não Participação
Implantação de mecanismos participativos em nível local aproxima o cidadão dos processos decisórios da administração pública (NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009; NOGUEIRA, 2009; FONT, 2007; GOHN, 2004);	Falta de tempo livre por parte dos cidadãos (FUENTE, 2010; FONT, 2007).
Interesse do sujeito em exercer a cidadania (CAYRES, 2009; MILANI, 2008).	Inconstância de oferta de mecanismos participativos (FUENTE, 2010; FONT, 2007).
Interesse do sujeito em melhorar políticas públicas (CAYRES, 2009; MILANI, 2008).	Não compreensão dos processos de participação (FUENTE, 2010; FONT, 2007).
Sentimento de dever ou mesmo de satisfação em estar implicado em assuntos públicos (MILANI, 2008; FONT, 2007).	Posição periférica do sujeito na estrutura social (CAYRES, 2009), pois os sujeitos desprovidos de renda e de escolaridade se sentiriam intimidados perante os que possuem, implicando numa não participação (VAZ, 2013),
Interesse do sujeito em conhecer pessoas (CAYRES, 2009).	Redes interativas construídas ao longo da vida dos sujeitos, definindo assim sua identidade (LUCHMANN; BORBA, 2007).
Interesse do sujeito em defender sua posição em situações que possuam caráter de conflito; (MILANI, 2008; FONT, 2007).	Tendência dos sujeitos de aproveitar os efeitos surtidos pela ação de outros, atuando na lógica do efeito “carona”. Assim, “a não participação é racional” (LUCHMANN; BORBA, 2008, p. 60).
Sujeitos detentores de renda e escolaridade implicariam a uma maior propensão em participar (VAZ, 2013).	Inoperância dos processos participativos, em que a participação dos cidadãos não se converte em contribuição efetiva (BARRAGÁN; ROMERO; SANZ, 2011; FERNANDES, OLIVARI, YÁÑEZ, 2011).
Quanto mais central a posição do sujeito na estrutura social, maior sua propensão a participar politicamente (CAYRES, 2009).	Comportamento político orientado pelo egoísmo, individualismo e recusa à ação coletiva fora do círculo restrito das relações pessoais (RIBEIRO; CORREA, 2012).
Redes interativas construídas ao longo da vida dos sujeitos, definindo assim sua identidade (LUCHMANN; BORBA, 2007).	Descrença nos mecanismos participativos (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012).
Identificação e valorização dos aspectos locais (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012).	Temor da manipulação e cooptação nos mecanismos de participação, principalmente por parte dos setores populares (TEIXEIRA, 1997).
Percepção de demandas locais (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012).	Dificuldade de acesso às instituições participativas (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012; NAVARRO, et al 2009).
Divulgação e acesso às informações (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012; NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009).	Sentimento de insegurança e incerteza em relação às instituições e nas relações interpessoais, gerando um ambiente cultural dominado pela desconfiança, o que eleva os custos da participação sociopolítica (RENNÓ JR, 1999).
Percepção de injustiça social (SILVA, 2007).	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Exposta a revisão de literatura, segue no próximo tópico um confronto das ideias sobre a consciência política, a participação cidadã e a formação de administradores para condução da coleta e análise dos dados.

2.3 – Consciência política e participação cidadã: um confronto do marco teórico com a literatura.

Neste capítulo pretende-se confrontar as concepções da consciência política do Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas de Sandoval (2001) com os fundamentos explicativos da (não) participação cidadã. Assim, procura-se relacionar a consciência política e a articulação de suas dimensões (SANDOVAL, 2001), com os motivos para (não) participar nos lugares públicos participativos, considerando ainda os apontamentos críticos à formação dos administradores nos estudos organizacionais. Deste modo, este confronto tem sua relevância por propiciar o desenvolvimento de indicadores temáticos para condução da coleta e análise de dados. Neste sentido, vale resgatar o objetivo desta pesquisa: compreender a consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil em sua relação com a participação cidadã em lugares públicos participativos no estado e municípios.

Assim, considerando os mecanismos participativos institucionalizados e os mecanismos não institucionalizados como lugares públicos de participação (STRECK; ADAMS, 2006), tem-se que ambos representam circunstâncias políticas específicas de participação, possibilitando a atuação dos sujeitos dentro de um contexto político coletivo. Neste sentido, torna-se possível a análise da participação cidadã dos sujeitos de pesquisa nestes lugares a partir da consciência política, conforme proposto por Sandoval (2001), visto que este modelo reúne elementos-chaves para motivação ou não à participação (PALASSI, 2011).

Cabe destacar que se pretende aqui abordar aspectos que possam contribuir na análise da relação da consciência política dos sujeitos de pesquisa com os motivos para (não) participar em lugares públicos participativos. Deste modo, cabe discutir algumas considerações sobre o desenvolvimento da consciência política conforme marco teórico desta pesquisa e a literatura visitada, procurando despertar pistas para condução da coleta e análise dos dados.

2.3.1 – A relação entre a Consciência Política e a Participação

Tem-se que a consciência política se desenvolve num processo psico-sócio-histórico da vida dos sujeitos, atuando de modo diversificado, de acordo com a complexidade da realidade de cada um (SILVA, 2002; SANDOVAL, 1989). Dessa forma, no diálogo que o sujeito faz consigo mesmo, responde à dinâmica social na qual está inserido, construindo seus conhecimentos, simbolizando o conhecido, o vivenciado (SILVA, 2002, 2001). Os sujeitos constroem seus símbolos e significados, bem como os parâmetros de vida social, concebendo as percepções do seu modo de vida e de como se viver em sociedade, de forma que essas concepções moldam sua consciência política e seu potencial de ação enquanto agente histórico de transformação social (SANDOVAL, 2001; 1994).

Retomando a composição da consciência política de Sandoval (2001), temos que a mesma é composta por categorias percebidas pelos sujeitos em termos de sentimentos (PALASSI, 2011), conforme sua realidade psico-histórico-social, sendo passíveis de análise (SANDOVAL, 2001). As categorias do modelo são: *crenças, valores e expectativas sociais; a identidade coletiva; interesses antagônicos e adversários; eficácia política; sentimentos de justiça e injustiça; vontade de agir coletivamente e; metas e ações do movimento social*. Estas dimensões se articulam de forma dinâmica, possibilitando diversas relações, não estando sujeitas a um padrão sequencial, nem necessariamente a uma articulação entre todas elas para se formar a consciência política (SILVA, 2007; SANDOVAL, 2001).

Portanto, para a configuração da consciência política dos sujeitos não se faz necessária à presença e articulação entre todas elas (SILVA, 2007). Da articulação de algumas se pode desenvolver a consciência política, implicando em formas de ação dos sujeitos em ações coletivas, podendo construir o ator político na sociedade. Isto por que as formas de ação dos sujeitos se constituem a partir da articulação das dimensões do modelo de consciência política (SANDOVAL, 2001).

O vínculo entre a consciência política e a participação se dá na medida em que o sujeito percebe seu potencial de ação transformador num determinado contexto político, como nos disponibilizados pelos mecanismos de participação, sejam institucionalizados ou não. Assim, da construção psicossocial dos sujeitos estudantes universitários em administração se poderá desenvolver a consciência

política dos mesmos, sendo macroindicadores de análise as categorias do modelo de Sandoval (2001).

A não participação está vinculada aos obstáculos para a formação da consciência política (SANDOVAL, 1994; 1989). Dentre estes obstáculos encontram-se mecanismos de controle social que desenvolvem formas de pensar de caráter pouco reflexivo em nível abstrato e de pouco senso crítico no que se refere às relações sociais, repercutindo em pouca ação do indivíduo ou nenhuma. Entre estes mecanismos de controle social encontram-se as noções culturais e as restrições da vida cotidiana.

As noções culturais são resultantes de uma construção histórica de valores e crenças sob um marco a enquadrar as visões de mundo em pressupostos que tendem a naturalizar as relações sociais e a própria natureza da sociedade (SANDOVAL, 1989). Pressupostos da naturalidade da estabilidade social, estratificação social, hierarquia social, desigualdade, legitimidade de autoridade e reciprocidade entre as camadas sociais, podem influenciar no processo de conscientização política e atuar como mecanismo de controle social, limitando o potencial de ação dos sujeitos (SANDOVAL, 1989). A aceitação espontânea destes pressupostos por parte do indivíduo pode acarretar numa postura conformista do mesmo por lhe faltar “instrumentação intelectual para um raciocínio sistemático e crítico” (SILVA, 2002, p. 108). Daí a importância levantada pela literatura para uma formação crítica entre estudantes universitários (SIFUENTES; SULMA; REINOZO, 2011; LOZANO; ALVARADO, 2011; MORTADA, 2009; STRELOW, 2009; VIEIRA; BARROS, 2008). Em especial na formação de graduação em administração, conforme apontado nos estudos organizacionais, para que os sujeitos em formação adm. possam perceber seu potencial de ação na sociedade (PETINELLI-SOUZA, 2013; PAES DE PAULA, 2012; MARANHÃO; PAES DE PAULA, 2011).

Restrições da vida cotidiana impostas aos indivíduos também funcionam como mecanismo de controle na medida em que reduzem a capacidade de análise abstrata, tendo em vista que a consciência social se dá no envolvimento dos indivíduos nas relações sociais do dia a dia (SILVA, 2002; SANDOVAL, 1989). Aspectos do cotidiano como fragmentação e heterogeneidade, hierarquia de valores e critérios sociais, espontaneidade e imediatismo das decisões, economicismo e pragmatismo, são características da estrutura da vida cotidiana que limitam a ação

dos indivíduos por reduzirem sua capacidade de reflexão. Da análise das condições limitantes percebe-se que a autonomia e as condições de pensamento condicionam a construção da consciência política e a autonomia de ação (COSTA, 2007).

Parte-se do pressuposto de que o cotidiano na universidade vivenciado pelos estudantes nos cursos analisados mais possibilita uma restrição da construção da consciência política e da autonomia de ação, tendo em vista que a formação universitária dos cursos em análise possui aspectos mais voltados ao mercado de trabalho, portanto, mais pragmático e utilitarista (OLIVEIRA; SANT'ANNA; DINIZ, 2014; PETINELLI-SOUZA, 2013). Alia-se a isso, a ansiedade dos estudantes em administração, o que não é característica particular, em conseguir se estabelecer profissionalmente (PETINELLI-SOUZA, 2013). Tal ansiedade pode implicar numa aceitação às regras do perfil desejado organizacionalmente, deixando-se governar por algumas verdades que eles mesmos ajudam a reproduzir (PETINELLI-SOUZA, 2013, 2011; PETINELLI-SOUZA; BARROS, 2010).

Cabe destacar, por outro lado que, uma vez estabelecida a consciência política no sujeito, a mesma pode tanto se cristalizar como se alterar, tendo em vista os processos de ressocialização (SILVA, 2007). Dentre eles, as práticas de diálogo e escuta promovida por sociedades democráticas (SILVA, 2007), como os mecanismos participativos institucionalizados; ou mesmo processos de formação, como o de ensino superior. Em se tratando de estudantes universitários em administração sujeitos de pesquisa, cabe aqui resgatar alguns pontos de reflexão da literatura a respeito.

No percurso de sua formação profissional podem estes estudantes se depararem com oportunidades psicossociais ou mesmo psicopolíticas que permitam com que apurem um modo mais crítico de perceber sua condição de vida e sua atuação na sociedade (PETINELLI-SOUZA, 2013; PAES DE PAULA, 2012; MARANHÃO; PAES DE PAULA; 2011). Na concepção dos estudantes de graduação em administração, observa-se que a empresa júnior do curso é valorizada pelos mesmos como uma oportunidade de experiência na área de projetos sociais, mais até que em projetos de iniciação científica. Da pesquisa realizada por Oliveira; Sant'Anna e Diniz (2014), 41% dos estudantes em administração apontam a empresa júnior como uma prática que permite experiência em projetos sociais, enquanto que 12,3% apontam

pesquisas científicas. Por outro lado, 39, 2% não souberam indicar uma prática de aprendizado na área social ou marcaram nenhuma.

Há de se ressaltar, porém, que os estudos sobre Empresa Júnior – EJ geralmente se associam à literatura positiva, apresentando um consenso a respeito da importância pedagógica da EJ no processo de formação adm., havendo poucas pesquisas que contrapõem este ponto de vista (BICALHO; PAES DE PAULA, 2012). Por outro lado, sendo a EJ uma organização de reprodução da ideologia da administração (BICALHO; PAES DE PAULA, 2012), a mesma pode se tornar um ambiente de aprendizagem e prática de fenômenos indesejados no ambiente de trabalho. Assim, assédio moral e/ou mesmo violência interpessoal, vias simbólicas ou vias de fato, podem se tornar práticas habituais no universo EJ, vindo a ser reproduzidas em demais ambientes organizacionais, visto a naturalização destes comportamentos como modo de administrar por parte destes universitários (PINTO; PAES DE PAULA, 2013).

Assim, há de se considerar uma aposta nos estudos organizacionais a respeito de uma formação que procure desenvolver nos alunos uma reflexão crítica de sua atuação nas organizações e na sociedade enquanto profissional e sujeito, visando possibilitar uma transformação social (PETINELLI-SOUZA, 2013; PAES DE PAULA, 2012). Nestes termos, Oliveira; Sant’Anna e Diniz (2014) desenvolvem sua pesquisa visando verificar se os cursos de graduação em administração no Brasil têm ofertado disciplinas e metodologias em busca do desenvolvimento de um perfil ético e socialmente responsável entre os estudantes. Constatam os autores uma incipiência nas instituições superiores em relação ao tema, considerando que temáticas como responsabilidade social, projetos sociais e terceiro setor são recentes, podendo se refletir nos cursos de graduação em administração nas décadas seguintes. Cabe destacar que na referida pesquisa apura-se que 50% dos estudantes em administração, que participaram como respondentes, consideram que o tema de Responsabilidade Social é abordado de forma muito adequada. Já 30% afirmam que o tema das Políticas Públicas não é bem trabalhado pelos docentes, sendo que 20% consideram que as Políticas Sociais não são abordadas de forma adequada.

Embora se saiba que prevalece nos ambientes acadêmicos pouca importância à percepção de que o sujeito administrador deva experimentar minimamente a consciência, atentando-se à sua atuação política na sociedade (OLIVEIRA;

SANT'ANNA; DINIZ, 2014; PETINELLI-SOUZA; MENDES, 2013; PAES DE PAULA, 2012), alguns professores da instituição analisada procuram criar condições para que os universitários em administração possam refletir sobre os saberes repassados (PETINELLI-SOUZA; 2013, 2011). Sabe-se que “o que influencia no espaço dado aos temas sociais no curso de administração é o interesse e a formação do quadro de professores” (OLIVEIRA; SANT'ANNA; DINIZ, 2014, p. 159). Dessa forma, parte-se do pressuposto de que é possível encontrar entre os estudantes de administração formas hegemônicas, como a empresarial, assim como é possível encontrar outras de características diferentes das usualmente constituídas (PETINELLI-SOUZA, 2013; PAES DE PAULA, 2012), com posturas humanitárias ou mesmo críticas. Além disso, podem os alunos lidarem de modos diferentes com as verdades produzidas na área e com os mecanismos de poder que agem junto aos saberes da administração, possibilitando o surgimento de modelos que fogem dos vigentes (PETINELLI-SOUZA, 2013; PAES DE PAULA, 2012).

Considerando a busca pela consolidação de práticas democráticas na sociedade brasileira, mediante oportunidades em lugares públicos de participação, principalmente por vias institucionalizadas (CASTRO, 2013; SILVA, 2012; COSTA, 2010; MILANI, 2008; AVRITZER, 2008, 2007; ABRUCIO, 2007; STRECK; ADAMS, 2006; PAES DE PAULA, 2005; SANTOS; AVRITZER, 2002; SANTOS, 2002), a participação se apresenta como um fator central na reconfiguração das relações entre Estado e a sociedade, vindo a possibilitar uma maior atuação dos cidadãos na vida política do país (CAYRES, 2009). Por se apontar na literatura diversos aspectos que possam influenciar na participação das pessoas em ações coletivas, Sandoval (2001), para a conformação de seu modelo analítico da consciência política, se apoiou nos autores que considerou à sua época como sendo os mais adequados – Charles Tilly (1978); Allan Toraine (1966); Agnes Heller (1972); Hewstone (1989).

Verificando os modelos explicativos para participação expostos na literatura (VAZ, 2013; CAYRES, 2009; MILANI, 2008; LUCHMANN; BORBA, 2008; SABUCEDO, 1996), percebe-se que muitos dos aspectos determinantes de participação ou da não participação estão contemplados de alguma forma no modelo de Sandoval (2001). Assim, analisando comparativamente as ideias centrais dos modelos de participação da literatura, verifica-se relação das mesmas com alguma categoria do modelo de consciência política de Sandoval (2001). Não no sentido de seguir à risca

as proposições dos modelos, mas num contexto a buscar contemplar as variáveis possíveis de formação da consciência política, que por sua vez repercute nas formas de ação individual ou coletiva dos sujeitos.

As concepções do modelo de centralidade, por exemplo, se relacionariam com a dimensão de *crenças, valores e expectativas sociais*. Considera o modelo de centralidade que fatores objetivos como renda e escolaridade implicariam a uma maior propensão em participar (VAZ, 2013; CAYRES, 2009), enquanto que os desprovidos destes recursos se sentiriam intimidados perante os que possuem, implicando numa não participação (VAZ, 2013). Contrapondo com Sandoval (2001), a propensão em participar ou não ocorre em função de como o sujeito se percebe na estrutura social e como ele se relaciona no mundo onde se encontra inserido. No caso, considerações a este respeito se encontram no modelo de Sandoval na dimensão de *crenças, valores e expectativas sociais*, podendo ser a renda e a escolaridade, indicadores de avaliação desta dimensão, mas não somente, tendo em vista que demais aspectos podem influenciar na concepção de crenças e valores, como as que serão descritas mais à frente.

Cabe destacar, no entanto, que a afirmativa de que quanto mais central o sujeito na estrutura social maior a propensão em participar não encontra fundamento pelo modelo de Sandoval por si só. Para Sandoval (2001) o que impacta na condução do sujeito em relação às formas de participar são sim as visões de mundo e de si, criados em seu contexto de vida. Portanto, as condições psico-histórico-sociais de vida dos sujeitos e a realidade construída a respeito destas é que conduzirá a formação da consciência política dos mesmos e a sua forma de participação em ações coletivas. Dessa forma, a representação social construída pelo sujeito sobre a estrutura social, práticas e finalidades sociais (COSTA, 2007) esboçam as crenças, valores e expectativas sociais dos sujeitos.

Assim, para análise desta categoria e da participação cidadã dos universitários em administração em lugares públicos de participação, aponta-se como indicador a visão de que os sujeitos de pesquisa têm sobre estes lugares. Ou seja, como percebem os mecanismos participativos institucionalizados e os não institucionalizados, suas práticas e finalidade social.

Numa perspectiva a considerar a participação ou predisposição em participar por parte dos estudantes universitários de administração em mecanismos participativos institucionalizados ou não, caberia analisar se este posicionamento se relacionaria a valores humanitários, visto que na literatura tais valores têm convocado alguns jovens à ação (VAZ, 2013; GRAJALES; GARCÍA; TRUJILLO, 2009; CASTRO, 2008; SABUCEDO, 1996). Há uma percepção por parte dos estudantes em administração que exista algo errado na comunidade onde mora ou sociedade capixaba? Se sim, como percebem que tais angústias sociais serão resolvidas? Em sendo assim, a visão dos problemas sociais e de como os mesmos devam ser resolvidos constituem-se indicadores de análise para compreensão dos valores e expectativas sociais presentes no sujeito. Teriam eles sentimento de dever ou mesmo de satisfação em estar implicados em assuntos públicos (FONT, 2007)?

No que se referem à gestão, os sujeitos de pesquisa, estudantes universitários de administração, por estarem em processo de formação, já tiveram contato com alguns saberes da área, podendo já ter desenvolvido sua concepção de gestão e de sua atuação na sociedade enquanto administradores em formação. A percepção da gestão como elemento de transformação da sociedade aponta-se como possível indicador de consciência, na medida em que demonstra a percepção do seu potencial de ação político. Percebendo a gestão como elemento de transformação (PETINELLI, 2013; PAES DE PAULA, 2012), poderão os estudantes se perceber enquanto agentes de transformação em potência, assim como perceberem o potencial de transformação das ferramentas de gestão. Parte-se da ideia de que a percepção da gestão enquanto elemento transformador esteja relacionada à participação ou predisposição em participar tanto de mecanismos participativos institucionalizados como os não institucionalizados. Não compartilhando desta ideia, ou seja, vinculando a gestão num propósito finalístico de reprodução do capital, os estudantes encontram-se numa lógica pragmática, tendendo a não participar dos lugares públicos de participação.

Num contexto de consolidação e ampliação de mecanismos participativos institucionalizados nos poderes públicos brasileiros, principalmente nas esferas estaduais e municipais em suas relações com a sociedade (CASTRO, 2013; SILVA, 2012; COSTA, 2010; MILANI, 2008; ABRUCIO, 2007; PAES DE PAULA, 2005), a

percepção dos estudantes sobre este processo pode contribuir na análise da consciência política e sua relação com a participação cidadã. Uma visão mais favorável da gestão societal como método de governo implicaria em maiores chances em participar de mecanismos institucionalizados, enquanto que uma visão desfavorável implicaria em maiores chances de indisposição. Parte-se da ideia de que a não participação em mecanismos institucionalizados pode estar relacionada à percepção de que tais mecanismos mais se referem a uma forma gerencial modista da gestão pública tendo uma postura crítica à adoção da gestão societal participativa no que se refere à sua efetividade (FUENTE, 2010; TATAGIBA, 2009; SILVA; D'ARC, 1996).

De igual forma, a percepção dos sujeitos de pesquisa sobre os mecanismos de participação não institucionalizados, como manifestações e protestos, também implicará em condições de análise da consciência, permitindo a apresentação dos valores psicossociais sobre tais mecanismos. Parte-se da ideia de que a não participação se relaciona à lógica racional, considerando não ser conveniente a ação (VAZ, 2013; CAYRES, 2009; SABUCEDO, 1996), enquanto que a participação se relacionaria a valores humanitários, numa convocação à ação por sensações de injustiças e de identidade coletiva. No entanto, é possível que embora solidários ao bem comum, os estudantes universitários em administração se apresentem indispostos a participar em lugares públicos de participação, assim como percebido na pesquisa realizada por Azevedo (2012). Na referida pesquisa a identidade coletiva de universitários de uma instituição privada de cursos diversos, inclusive de administração, se caracterizou pela não participação na vida coletiva, social e político-partidária, mesmo tendo percebido a presença de valores humanitários entre os mesmos (AZEVEDO, 2012). Nesta perspectiva, cabe a articulação entre os valores e expectativas sociais dos estudantes universitários em administração com a *identidade coletiva* para melhor compreensão de sua consciência política em sua relação com a participação cidadã em lugares públicos participativos no estado e municípios.

A dimensão *identidade coletiva* se relaciona com o modelo identitário de participação. Neste modelo, os motivos para participar ou não estariam relacionados às redes interativas construídas ao longo da vida dos sujeitos, definindo assim sua identidade (VAZ, 2013; CAYRES, 2009). Esta percepção vai ao encontro à

dimensão de *identidade coletiva* para formação da consciência política (SANDOVAL, 2001), no entanto, Sandoval (2001) refere-se a uma identidade em sua coletividade. Refere-se ao sentimento de solidariedade, desenvolvido pelos vínculos interpessoais estabelecidos e vivenciados pelos indivíduos, fazendo valorizar laços de pertença na medida em que se identificam com as categorias sociais (COSTA, 2007; SANDOVAL, 2001). Neste processo de identificação, as pessoas compartilham interesses comuns, fazendo despertar sentimentos de coesão social e de pertencimento a um grupo, mobilizando-as à participação em busca de um objetivo comum (ANSARA, 2008; SANDOVAL, 2001).

Embora se saiba que nem só de jovens se compõem os estudantes em administração, o desafio para compreensão da identidade coletiva na consciência política dos mesmos se dá em função da dispersão das referências culturais entre jovens, não se concentrando estas referências nas universidades apenas (MISCHE, 1997). Deste modo, se apresenta como indicador desta categoria um breve relato sobre a vida dos sujeitos de pesquisa, tendo em vista que a partir de suas experiências poderão se evidenciar sentimentos de pertencimento a algum grupo social. Há de se considerar que a experiência de participação vivenciada em etapas anteriores em suas vidas pode influenciar para a participação (VAZ, 2013; NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009; SABUCEDO, 1996). Apontam-se ainda como indicadores as expectativas que possuem para suas vidas, tendo em vista que tais expectativas constituem numa visão do que se pretende para sua vida, podendo evidenciar sentimentos de pretensão a se vincular a alguma categoria social, vindo a desenvolver laços de pertença.

Dependendo dos objetivos comuns a que se busca, principalmente se relacionados com políticas públicas, outros fatores poderão afetar na participação em lugares públicos participativos. É o caso dos sentimentos de eficácia política.

A dimensão *eficácia política* se refere aos sentimentos que os indivíduos possuem sobre a sua capacidade de intervenção numa dada situação política. Nesta dimensão, Sandoval (2001), ancorado na teoria de atribuição de Hewstone (1989), menciona que os sujeitos podem: adotar uma postura conformista em função dos sentimentos de baixa eficácia política; buscar soluções individualizadas para situações sociais, ou mesmo adotar ações individualizadas assim como coletivas

que permitam o sujeito tornar-se um ator social (SILVA, 2007). Deste modo, a percepção de como se devem resolver as angústias sociais por parte dos estudantes em administração é reforçada como indicador possível para análise na tomada de alguma ação.

A busca por soluções individualizadas pode se relacionar às visões empresariais de competência, em que tanto o sucesso como o fracasso no mundo contemporâneo é de responsabilidade do sujeito. Nesta perspectiva, parte-se da ideia de uma indisposição em participar de lugares públicos de participação, em função dos sentimentos de ineficácia das ações em coletivo. Já a participação se refere à percepção de si enquanto ator social, ou seja, sua ação na sociedade tem potencial de mudança, sua ação num coletivo (SANDOVAL, 2001). Desta forma, os mecanismos participativos institucionalizados ou mesmo os não institucionalizados podem se constituir em lugares para a ocorrência desta transformação, dependerá de como os sujeitos de pesquisa perceberão tais espaços no que se refere às ações e estratégias coletivas. Isto por que a percepção de ações e estratégias coletivas como ineficazes pode desmobilizar a ação do sujeito, bem como os sentimentos de eficácia os fazem perseverar (SILVA, 2007).

No que se refere aos mecanismos participativos institucionalizados há aqueles com características associativas, que estabelecem uma interlocução entre o ente público e grupos organizados de maior reconhecimento na sociedade (AVRITZER, 2008; GOMÀ; FONT, 2007). Os Conselhos Gestores são exemplos, tendo, no caso, a participação ainda por meio da representação. Há os de características de deliberação de forma personalizada, que buscam enfatizar a capacidade de reflexão e de diálogo dos cidadãos, proporcionando ao cidadão informações a respeito dos assuntos a serem deliberados, situando-os no contexto dos pontos discutidos (AVRITZER, 2008; GOMÀ; FONT, 2007). A partir de um prazo estabelecido, o cidadão pode expor suas necessidades e percepções. Os fóruns temáticos e conferências seriam exemplos destes mecanismos, tendo a participação por meio da representação. Há ainda os mecanismos de participação direta, que buscam fazer com que qualquer cidadão possa participar dos processos de tomada de decisão do poder público, podendo ser: referendos, assembleias e algumas possibilidades com teledemocracia/ redes informáticas (AVRITZER, 2008; GOMÀ; FONT, 2007).

Deste modo, a percepção dos sentimentos de eficácia política, seja ela num lugar de participação pública institucionalizada ou não, constitui um dos elementos de análise para a composição da consciência política do sujeito, de forma que esta percepção pode motivar ou desmobilizar a ação do mesmo.

Os *interesses antagônicos e a identificação de adversários* se referem aos sentimentos do indivíduo quanto ao modo como os interesses materiais e simbólicos se opõem aos interesses de outros grupos, e como, neste processo, se percebe a existência de rivais, no caso, adversários. Da percepção de sentimentos antagônicos, assim como da percepção da existência de possíveis adversários, é que ocorre a motivação dos sujeitos a participarem, no entanto, nem sempre esta percepção é tarefa fácil. Em mecanismos participativos institucionalizados, por exemplo, em função da limitação da partilha do poder pelo Estado (DAGNINO, 2002), pode se fazer com que a sociedade civil o considere como um adversário, numa disputa pela efetividade da participação, se relacionando à busca por autonomia de ação (CAYRES, 2009). Tal situação pode impulsionar o cidadão a participar de mecanismos não institucionalizados, vindo a manifestar suas reivindicações caso os meios de canalizar suas demandas sejam avaliados como inexistentes ou mesmo ineficazes (STRECK; ADMS, 2006).

Como indicativo desta categoria para análise, tem-se a visão dos estudantes universitários em administração quanto melhor modo para resolução de interesses antagônicos no que se refere a assuntos públicos. A partir daí poderá se inferir possíveis articulações para explicação dos motivos para participação ou não em lugares públicos participativos. Considera-se que a percepção de sentimentos de oposição de interesses faz refletir na participação dos sujeitos em lugares públicos de participação, de forma a reforçar que situações que possuam caráter de conflito de interesse motivam as pessoas a participarem para defender os interesses envolvidos em jogo (FONT, 2007; SILVA, 2007; SANDOVAL, 2001). A não participação estaria articulada aos sentimentos de eficácia dos mecanismos, tendo em vista que a percepção das ações e estratégias pode influenciar nas formas de agir dos sujeitos (SANDOVAL, 2001).

Os sentimentos de *justiça e injustiça*, que são construídos socioculturalmente, também se constituem em elementos que possam motivar a participação dos sujeitos, na medida em que se percebem rupturas de vínculos de reciprocidade. Da

ruptura destes vínculos gera-se sentimento de injustiça, mobilizando os sujeitos à ação (ANSARA, 2008; SANDOVAL, 2001). Como indicador de análise desta categoria, tem-se a percepção dos estudantes universitários em administração sobre o que consideram injusto com os cidadãos brasileiros, e se estas injustiças podem ser resolvidas por meio da participação em lugares públicos participativos. A partir desta percepção, articulando-se os sentimentos de *injustiça* percebidos com os sentimentos de *eficácia política*, *crenças e valores sociais*, *identidade coletiva* e *interesses antagônicos* é que poderá se analisar os motivos para participação ou não dos sujeitos de pesquisa em mecanismos participativos institucionalizados ou não institucionalizados. Dessa forma, se poderá analisar sua vontade de agir coletivamente.

A *vontade de agir coletivamente* refere-se à predisposição do indivíduo para participar de ações coletivas e intervir na sociedade, engajando-se nas ações. Nesta dimensão, ressalta-se a capacidade de análise e decisão do indivíduo, mediante fatores diversos, que podem motivá-lo a participar de ações coletivas e nos movimentos sociais. Neste sentido, tendo como parâmetro os estudos de Klandermans (1992), Sandoval considera que da análise por parte do indivíduo a respeito dos custos e benefícios, ganhos/perdas percebidos e dos riscos físicos provenientes de sua participação, resultará a vontade de agir coletivamente. Deste modo, relaciona-se à percepção do modelo racionalista de que o sujeito é dotado de capacidade analítica, avaliando fatores para sua participação (VAZ, 2013; CAYRES, 2009; LUCHMANN; BORBA, 2008).

Sabe-se que esta dimensão está articulada com as demais dimensões do modelo de análise da consciência política de Sandoval (2001), assim como a de *metas e ações do movimento social*, de modo que o conjunto de indicadores das outras categorias é passível de análise para a compreensão destas. No entanto, para fins de objetividade na coleta de dados e análise comparativa com os demais indicadores no que se refere à vontade de agir, nesta dimensão seria interessante identificar as motivações expressadas pelos estudantes universitários para participar ou não participar de mecanismos participativos institucionalizados, assim como de mecanismos participativos não institucionalizados. Deste modo, tais motivações se constituem em indicadores de coleta e análise de dados.

Pela literatura, os jovens procuram participar mais de meios não convencionais devido à falta de identificação com as regras pré-existent (SABUCEDO, 1996), ou seja, tenderiam a participar mais dos mecanismos não institucionalizados por se identificarem com os mesmos. Por outro lado, considerando a formação universitária em administração, na qual valores como controle e hierarquia são difundidos entre diversos saberes, compartilhariam desta percepção os estudantes em administração? Pergunta-se isso, pois em sendo valorizados por alguns sujeitos as premissas da administração clássica, acredita-se que os mesmos tenderiam a considerar participação em mecanismos não institucionalizados, como as manifestações e protestos, como algo radical, estando mais próximo à indisposição em participar. A não participação se relacionaria a uma consciência política pouco crítica, constituída a partir da percepção social limitada pela vida cotidiana e concepções de crenças e valores (SANDOVAL, 1994). No que se refere à indisposição à participação, há que se considerar o fenômeno social da individualização, que tende a fazer com que os sujeitos interpretem as soluções sociais por vias individualizadas (PALASSI, 2011). Desta forma, compromete-se a construção de uma consciência política, prejudicando a percepção do sujeito de si enquanto ator social (SILVA, 2007), possibilitando, portanto, menor propensão em participar.

Àqueles que possam por vezes demonstrar um valor à gestão enquanto instrumento de mudança (PAES DE PAULA, 2012; FARIA, 2012; MARANHÃO; PAES DE PAULA, 2011), poderiam entender os mecanismos participativos institucionalizados como instrumentos de mudança social, assim como se propõem a democracia participativa (AVRITZER, 2008, 2007; SANTOS; AVRITZER, 2002; SANTOS, 2002). Deste modo, há potencial de estarem mais implicados à participação institucional, num viés a considerar que sua formação acadêmica ou mesmo circunstância da vida dos sujeitos fizeram despertar uma resignificação da gestão, inclusive na gestão pública. Por outro lado, a *responsabilização do indivíduo* pode se apresentar como indicativo de articulação entre a consciência política e a predisposição individual à participação (PALASSI, 2011).

Na medida em que os sujeitos obtêm consciência da realidade a que estão submetidos e têm a percepção de que a ação individual ou coletiva pode transformar esta realidade, desenvolve-se nos mesmos uma responsabilização de modo a

influenciar na predisposição em participar de ações que possibilitem mudanças em suas vidas (PALASSI, 2011; SILVA, 2007). Além disso, a percepção da gestão como elemento possível de transformação social (PAES DE PAULA, 2012) faz criar condições favoráveis de aposta da gestão social, de forma que a partir dos processos democráticos se possam evidenciar novas apostas de sociedade.

Parte-se do pressuposto de que a participação e a predisposição em participar dos estudantes universitários em administração ocorram em maior evidência aos mecanismos institucionalizados em virtude de sua formação, por lidar com ferramentas de gestão visando o alcance de resultados, nos moldes gerenciais de eficiência, eficácia, efetividade.

A partir do confronto teórico neste tópico realizado, para fins de condução da coleta e análise de dados, apresenta-se a seguir o Quadro 3, sintetizando os aspectos percebidos como indicadores para condução desta pesquisa, relacionando-os com os motivos que favorecem a participação e os que a dificultam, expostos na literatura. Em sequência, para a consecução do objetivo proposto por este trabalho, descrevem-se os aspectos metodológicos considerados mais adequados para o desenvolvimento desta pesquisa.

.

Quadro 3 – Indicadores de Configuração da Consciência Política

MACROINDICADORES: Categorias Analíticas- Consciência Política (SANDOVAL, 2001).	Indicadores de consciência política para participação em lugares públicos participativos	Motivos favoráveis à participação cidadã	Motivos que dificultam à participação cidadã
<i>Crenças, valores e expectativas sociais.</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Visão sobre os mecanismos participativos institucionalizados / gestão social - Visão sobre os mecanismos participativos não institucionalizados - Percepção sobre problemas sociais que enfrenta em sua comunidade - Visão da melhor forma de se resolver estes problemas sociais - Percepção sobre a gestão e de sua atuação na sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> - Interesse do sujeito em exercer a cidadania (CAYRES, 2009; MILANI, 2008); - Sentimento de dever ou mesmo de satisfação em estar implicado em assuntos públicos (MILANI, 2008; FONT, 2007); - Sujeitos detentores de renda e escolaridade implicariam a uma maior propensão em participar (VAZ, 2013) – quanto mais central a posição do sujeito na estrutura social, maior sua propensão a participar politicamente (CAYRES, 2009). 	<ul style="list-style-type: none"> - Posição periférica do sujeito na estrutura social (CAYRES, 2009), pois os sujeitos desprovidos de renda e de escolaridade se sentiriam intimidados perante os que possuem, implicando numa não participação (VAZ, 2013). - Tendência dos sujeitos de aproveitar os efeitos surtidos pela ação de outros, atuando na lógica do efeito “carona”, Nesta percepção, “a não participação é racional” (LUCHMANN; BORBA, 2008, p. 60).
<i>Identidade coletiva</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Breve relato sobre sua vida - Experiência anterior com participação associativa ou política - Expectativa de vida - Sentimentos de pertencimento a alguma categoria social 	<ul style="list-style-type: none"> - Redes interativas construídas ao longo da vida dos sujeitos, definindo assim sua identidade (LUCHMANN e BORBA, 2007). - Identidade e valorização local (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012). 	<ul style="list-style-type: none"> - Redes interativas construídas ao longo da vida dos sujeitos, definindo assim sua identidade (LUCHMANN; BORBA, 2007). - Comportamento político orientado pelo egoísmo, individualismo e recusa à ação coletiva fora do círculo restrito pelas relações pessoais (RIBEIRO; CORREA, 2012).
<i>Eficácia política</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Sentimentos de eficácia de mecanismos participativos como método de governo - Sentimentos de eficácia de mecanismos participativos não institucionalizados 	<ul style="list-style-type: none"> - Interesse do sujeito em melhorar políticas públicas (CAYRES, 2009; MILANI, 2008). 	<ul style="list-style-type: none"> - A não compreensão dos processos de participação (FUENTE, 2010; FONT, 2007). - Inoperância dos processos participativos, em que a participação dos cidadãos não se converte em contribuição efetiva (BARRAGÁN; ROMERO; SANZ, 2011; FERNANDES, OLIVARI, YÁÑEZ, 2011).
<i>Interesses antagônicos e adversários</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Visão sobre forma de se resolver interesses antagônicos no que se refere a assuntos públicos 	<ul style="list-style-type: none"> - Interesse do sujeito em defender sua posição em situações que possuam caráter de conflito; (MILANI, 2008; FONT, 2007). 	<ul style="list-style-type: none"> - Descrença nos mecanismos participativos (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012).
<i>Sentimentos de justiça e injustiça</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Visão de injustiças aos cidadãos brasileiros - Visão de como resolver estas injustiças 	<ul style="list-style-type: none"> - Percepção de injustiça social (SILVA, 2007). 	<ul style="list-style-type: none"> - Temor da manipulação e cooptação nos mecanismos de participação por parte dos setores populares, principalmente (TEIXEIRA, 1997).

<i>Vontade de agir coletivamente*</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Indicadores anteriores - Custos e benefícios, ganhos/perdas percebidos e dos riscos físicos provenientes de sua participação - Posicionamento sobre participação ou predisposição/indisposição em participar de mecanismos participativos institucionalizados e motivos para esta posição - Posicionamento sobre participação ou predisposição/indisposição em participar de mecanismos participativos não institucionalizados e motivos para esta posição 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de mecanismos participativos em nível local aproxima o cidadão dos processos decisórios da administração pública (NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009; NOGUEIRA, 2009; FONT, 2007; GOHN, 2004); - Divulgação e acesso às informações (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012; NAVARRO, et al 2009). - Percepção de demandas locais (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012). 	<ul style="list-style-type: none"> - Inconstância de oferta de mecanismos participativos (FUENTE, 2010; FONT, 2007). - Dificuldades de acesso às instituições participativas (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012; NAVARRO, et al 2009). - Sentimento de insegurança e incerteza em relação às instituições e nas relações interpessoais, gerando um ambiente cultural dominado pela desconfiança, o que eleva os custos da participação sociopolítica (RENNÓ JR, 1999).
<i>Metas e ações do movimento social*</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Indicadores anteriores - Posicionamento sobre participação ou predisposição/indisposição em participar do: movimento estudantil; manifestações ocorridas no Brasil em Junho de 2013; movimentos sociais; ações coletivas em sua comunidade ou na universidade e motivos para este posicionamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Interesse do sujeito em conhecer pessoas (CAYRES, 2009). - Articulação possível com demais motivos anteriormente citados. 	<ul style="list-style-type: none"> - A falta de tempo livre por parte dos cidadãos (FUENTE, 2010; FONT, 2007). - Articulação possível com demais motivos anteriormente citados.
<p>* Nas duas últimas dimensões, ou seja, na <i>vontade de agir coletivamente</i> e <i>metas e ações do movimento social</i>, há de se considerar que as decisões dos indivíduos se relacionam com as informações e significados conferidos às demais dimensões do modelo (COSTA, 2012; SANDOVAL, 2001).</p>			

Fonte: Elaborado pela autora.

3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresentam-se os aspectos metodológicos adotados neste trabalho para alcance dos objetivos propostos. Desta forma, seguem descritos o delineamento da pesquisa, os métodos e instrumentos de pesquisa, bem como a unidade de análise. Em seguida, apresentam-se os procedimentos relativos à coleta de dados, assim como o método para tratamento e análise dos mesmos.

3.1 – Delineamento da pesquisa

Por ser a consciência política de estudantes universitários objeto de estudo desta pesquisa, a metodologia adotada é de natureza descritiva qualitativa por considerar que esta abordagem é a mais adequada para alcançar o objetivo proposto neste trabalho. Isto por considerar que esta abordagem possibilita uma melhor compreensão das visões de mundo e aspectos psicossociais dos sujeitos (SANDOVAL, 2001), além de possibilitar a apresentação de “uma amostra do espectro dos pontos de vista” dos sujeitos de pesquisa (GASKELL, 2002, p. 70).

3.2 – Métodos e instrumentos de pesquisa

Por considerar que a formação de administradores tem o potencial de contribuir para aspectos além dos favoráveis à busca de lucro e outros fatores capitalistas (FARIA, 2012; PAES DE PAULA, 2012; PETINELLI-SOUZA, 2011), esta pesquisa se delimita aos estudantes dos cursos de graduação em Administração de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil. A escolha de estudantes universitários como sujeitos da pesquisa se dá pelo imaginário de que o ensino superior promove emancipação econômica, política e social, tendo como parâmetro as finalidades da educação superior no Brasil e os princípios e fins da educação nacional (SIFUENTES; SULMA; REINOZO, 2011; LOZANO; ALVARADO, 2011; MORTADA, 2009; VIEIRA; BARROS, 2008; BRASIL, 1996).

Além dos motivos expostos na problemática, a escolha da graduação em Administração se deve por estar a formação profissional deste curso voltada à gestão, sendo que os mecanismos participativos institucionalizados pelo governo do estado e dos municípios em suas relações com a sociedade civil se constituem em

ferramentas da administração pública para promoção da participação (TATAGIBA, 2009). Limita-se o estudo a uma instituição pública de ensino pelas possibilidades de atuação mais livre por parte dos profissionais de ensino a ela vinculados, podendo apresentar posturas críticas frente aos saberes repassados (PETINELLI-SOUZA; SOUZA, 2012), podendo influenciar na formação dos sujeitos na área de administração.

Assim, para compreensão da consciência política e da participação cidadã dos estudantes dos cursos de graduação em Administração analisados, são sujeitos de pesquisa os estudantes com matrículas ativas no período letivo 2014/1, preferencialmente a partir do 7º período, para garantir que cumpriram a maior parte da grade curricular dos cursos. Por ser o referido curso ofertado tanto no turno matutino como no turno noturno, são selecionados sujeitos de ambos os turnos, em função do espectro de opiniões em potencial, considerando um possível perfil diferenciado entre estes alunos.

Para seleção dos alunos utiliza-se como critério a noção prévia dos sujeitos a respeito de lugares públicos participativos, selecionando aqueles que participam e que não participam. Isso para possibilitar a análise dos motivos por que (não) participam dos lugares públicos participativos.

Embora não estejam necessariamente matriculados a partir do sétimo período, os sujeitos que compõem o Centro Acadêmico Livre de Administração (CALAD), denominado de Centro Acadêmico Livre Honestino Guimarães, foram convidados a participar desta pesquisa. Isto, por constituir este centro um lugar público de participação disponível aos estudantes de administração na defesa dos direitos e reivindicações da comunidade estudantil, podendo participar sujeitos independente do período em que se encontra. Já os membros da EJCAD (mandato 2013/2 a 2014/1) foram convidados a participar porque este tipo de empresa faz parte de um movimento coletivo de empresas juniores no Brasil.

Para efeito de melhor visualização dos critérios adotados, segue abaixo um quadro relacionando-os.

Quadro 4 – Critérios de Seleção dos Sujeitos de Pesquisa

Turno	Matutino/ Noturno
Sexo	Feminino/ Masculino
Período no curso	Preferencialmente, a partir do 7º (mat.). Preferencialmente, a partir do 8º (not.).
Noção prévia	Ter noção do que sejam lugares públicos de participação
Participação	Participa / Não participa

Fonte: Elaborado pela autora.

Desta forma, a combinação destes critérios permite selecionar estudantes que já cursaram a maior parte das disciplinas e do curso, sendo preferencialmente selecionados para preenchimento do questionário e realização das entrevistas os matriculados a partir do 7º período no turno matutino e 8º período no turno noturno. Caso a adesão dos estudantes dos períodos de interesse seja menor do que o desejado, afetando a condução da pesquisa, pode-se ampliar a seleção dos sujeitos considerando os estudantes matriculados em períodos anteriores.

Assim, a formalização do convite para participação da pesquisa se conduz da seguinte forma:

- a) Abordam-se os estudantes em ambientes próximos às salas de aula do 7º período matutino e 8º período noturno, convidando-os para participar da pesquisa. A fim de agilizar a coleta de dados, solicita-se aos professores que ministram aula nos períodos de interesse um tempo reservado para o convite e preenchimento dos questionários;
- b) No ato do convite, realiza-se uma breve explicação da pesquisa, verificando previamente se os mesmos têm algum conhecimento prévio do que sejam os lugares públicos de participação, bem como se o mesmo participa ou não de algum;
- c) Em sendo abordados estudantes que não atendam aos critérios de seleção, parte-se em busca de outros que atendam aos critérios, podendo contar para esta busca com a indicação realizada pelos estudantes abordados;
- d) Verificado atendimento aos critérios e tendo o estudante aceitado participar desta pesquisa, providencia-se a assinatura do termo de compromisso (APÊNDICE B) – Termo de Consentimento Livre Esclarecido, a fim de cumprir procedimentos éticos na realização da pesquisa. Neste caso, são combinados em comum acordo o dia,

hora e local para que possam responder o questionário, conforme Cronograma de Pesquisa (APÊNDICE D). Ressalta-se que os sujeitos que aceitaram participar da pesquisa serão lembrados do local e horário da aplicação dos instrumentos na véspera ou no dia combinado.

e) Os participantes que preencherem o questionário assinam uma lista de presença (APÊNDICE F) para efeito de controle e registro de efetivação desta etapa.

f) A partir do cadastro de estudantes interessados em conceder entrevistas individuais para aprofundamento da coleta de dados desta pesquisa, serão combinados em comum acordo o dia, hora e local para se realizar a entrevista, conforme Roteiro de Entrevista (APÊNDICE C) e Cronograma de Pesquisa (APÊNDICE E).

Dessa forma, a coleta de dados se realiza em duas etapas. A primeira visa identificar os alunos que participam e não participam de espaços públicos de participação, institucionalizados ou não, levantando possíveis motivos para esta participação ou não. Para isso, foi elaborado um questionário (APÊNDICE A) contendo perguntas fechadas com alternativas para respostas, assim como perguntas abertas com espaços reservados para descrição espontânea por parte dos respondentes. Vale ressaltar que a elaboração e aplicação deste questionário ocorreram antes da Política e Sistema Nacional de Participação Social serem instituídos pelo decreto presidencial nº 8.243/2014. Sendo assim, nem todos os mecanismos de participação contemplados no decreto se encontram no questionário elaborado.

O preenchimento do questionário ocorreu presencialmente em ambientes da universidade em estudo, a fim de promover melhores condições para acompanhar o preenchimento do instrumento, possibilitando esclarecer possíveis dúvidas no preenchimento (GASKEL, 2002). Além disso, viabiliza um meio ágil de se verificar a adesão à pesquisa, visto o tempo disponível para realização da pesquisa de campo e posterior análise dos dados. Dentre os quesitos do questionário, encontra-se um campo para que os estudantes possam registrar a disposição em participar na segunda etapa, concedendo entrevistas individuais para aprofundar a coleta de dados, inserindo informações de contato pessoal para posterior convocação. Os dados obtidos no questionário foram tabulados e organizados pela análise categorial.

De posse dos resultados do questionário realizou-se a segunda etapa desta pesquisa: entrevistas individuais semiestruturadas com os sujeitos cadastrados como dispostos a participar desta fase. Adotaram-se as entrevistas semiestruturadas por permitir a “compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados” (GASKELL, 2002, p. 65) e por apresentar uma maior flexibilidade ao entrevistador frente às possibilidades que surgem no decorrer do processo de entrevista (RECK, 2005; LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Além disso, permite ao pesquisador perceber as expressões corporais dos entrevistados, as tonalidades e ênfases nas respostas, enfim, uma gama de elementos de comunicação não verbal, que podem expressar dados relevantes à pesquisa (GIL, 1987; LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Para a realização das entrevistas, a fim de não se perder o foco do objetivo pretendido, foi desenvolvido um roteiro de entrevista (APÊNDICE C), contendo perguntas relevantes conforme a literatura utilizada. Neste sentido, para formulação dos tópicos deste roteiro, fez-se necessário se basear nas dimensões do modelo analítico de consciência política de Sandoval (2001), por compor a consciência política do sujeito. Pouco antes de iniciar as entrevistas, a Política e Sistema Nacional de Participação Social haviam sido instituídos recentemente pelo decreto presidencial nº 8.243/2014, havendo um debate tanto no âmbito do Congresso Nacional quanto na mídia brasileira entre os favoráveis e contrários a esta política e sistema de participação. Desta forma, a percepção dos estudantes a respeito desta política e sistema também se constitui um tópico do roteiro, visando levantar as concepções dos mesmos sobre a participação social enquanto método de governo.

Em relação aos aspectos metodológicos, sabe-se que cada procedimento possui suas limitações de aplicação. No caso das entrevistas individuais, procurou-se neste projeto se atentar às limitações da técnica escolhida, como o fato de o pesquisador se apoiar nas informações do entrevistado, a possibilidade de omissão por parte do entrevistado de algum dado e/ou mesmo a possibilidade de distorção da visão da realidade pelos entrevistados (GASKELL, 2002). Neste sentido, são consideradas as proposições de Becker e Geer (1957):

Primeiro, o entrevistador não deve aceitar nada como se fosse pacífico. Segundo, ele deve sondar cuidadosamente mais detalhes do que aqueles que o entrevistado pode oferecer em uma primeira resposta à pergunta. Terceiro, é através do acúmulo de informações conseguidas a partir de um

conjunto de entrevistas que podemos chegar a compreender os mundos da vida dentro de um grupo de entrevistados (BECKER; GEER, 1957, p. 29).

Do cadastro dos sujeitos interessados em participar da segunda etapa da pesquisa, ou seja, da entrevista individual, foram selecionados aqueles que apresentavam características heterogêneas de participação ou não participavam. Isto para permitir a verificação de percepções semelhantes e/ou diferentes dos entrevistados na coleta e análise dos dados, vindo a ampliar as possibilidades de comparação dos pontos de vista dos sujeitos (GASKELL, 2002). Assim, dois grupos foram formados, constituídos de estudantes de administração do turno noturno e matutino. Um com foco naqueles que tiveram alguma experiência de participação em algum dos mecanismos apontados no questionário respondido. E o outro grupo com estudantes que não participaram de algum dos mecanismos apontados no referido questionário. Em ambos os grupos foram consideradas a participação ou não participação em mecanismos institucionalizados, assim como nos não institucionalizados.

Visando facilitar a adesão a esta pesquisa, buscou-se facilitar o deslocamento dos sujeitos de pesquisa, utilizando-se como local para se aplicar os questionários e entrevistas espaços da própria universidade, em horários próximos à entrada das aulas da graduação, no caso do turno noturno, ou saída, no caso do turno matutino. Preferencialmente foram adotados ambientes fechados, como as salas de aula disponíveis na instituição analisada. Em não sendo possível, busca-se ambientes alternativos, preferencialmente na própria universidade.

Na busca por um enriquecimento deste trabalho, realizou-se uma análise dos documentos que regem os cursos de Administração em estudo disponibilizado no portal da instituição ou mesmo encaminhados pelos coordenadores dos cursos, tais como: Manual do Aluno de Administração Noturno (2011); Projeto Pedagógico do Curso Noturno de Administração (2008); Projeto Pedagógico do Curso de Administração (2007); Regimento Geral da Instituição (2014); Estatuto do CALAD (2004). Estes documentos foram analisados por considerar que os mesmos possuem informações que permitem a compreensão da unidade em estudo.

Além disso, realizou-se um levantamento dos estudantes que (não) participam nas reuniões do Departamento de Administração, considerando o período de fevereiro de 2014 a início de setembro do referido ano. Este levantamento ocorreu via

sistemas de atas da universidade, com o Chefe de Departamento, para compor esta pesquisa junto aos demais instrumentos neste tópico demonstrados.

Exposto os métodos e instrumentos de pesquisa, apresenta-se a seguir o contexto de inserção dos sujeitos.

3.3 – Cenário de Pesquisa

Os cursos de graduação em Administração da universidade onde os sujeitos de pesquisa estudam são ofertados em dois turnos, no caso, no turno matutino e noturno. A oferta do curso pela manhã é realizada desde 1969, sendo a matriz curricular composta por disciplinas obrigatórias e optativas, distribuídas em 8 módulos semestrais, podendo o curso ser integralizado de 8 a 12 semestres letivos. (UFES, 2011). A carga horária total corresponde a 3.000h, sendo 2.340h de disciplinas obrigatórias e optativas, 120h de seminário de integração (TCC), 330h de estágio supervisionado e 240h de atividades complementares supervisionadas (UFES, 2007, 2008).

Já a oferta para o turno noturno se iniciou no segundo semestre de 2009, devido à adesão ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), visando ampliar o acesso à educação superior em nível de graduação (UFES, 2008). As disciplinas que integram a matriz curricular do curso no turno noturno se organizam de forma diferente do período matutino. No caso, as disciplinas de natureza obrigatória e optativa são distribuídas em 9 módulos semestrais, em função do ajuste necessário para oferta do curso em período noturno (UFES, 2011). Também possui carga horária de 3.000h, sendo que 2.400h correspondem a disciplinas obrigatórias e optativas, 120h a seminário de integração (TCC), 300h a estágio supervisionado e 180h a atividades complementares supervisionadas (UFES, 2008).

No que se refere à oferta de vagas, tanto no período matutino quanto no período noturno são disponibilizadas anualmente 100 vagas para alunos ingressantes, totalizando a entrada de 200 novos alunos anualmente na instituição de ensino (UFES, 2011).

Conforme divulgado no site da instituição, cabe aos cursos de graduação em Administração analisados, “formar profissionais com conhecimentos conceituais e

técnicos, capazes de exercer seu papel com consciência crítica em relação aos contextos organizacionais e sociais onde estiverem inseridos” (UFES, 2011). Além disso, apresenta-se no Projeto Pedagógico do Curso Noturno de Administração (UFES, 2008) a pretensão de que os egressos possuam conhecimentos que os habilitem ao exercício de suas atividades com consciência de sua atuação política como mediadores dos conflitos sociais contemporâneos.

Para isso, além do processo de ensino regular, são disponibilizadas aos alunos algumas oportunidades de aprendizagem alternativas visando contribuir com sua formação. Dentre eles, a Empresa Junior, que busca proporcionar conhecimento, aliando a teoria e a prática. Nesta empresa, os alunos passam por um processo seletivo para ocupar as vagas existentes, podendo atuar como: Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor de Marketing, Diretor de Recursos Humanos, Diretor de Operações e Diretor Administrativo-Financeiro.

Há também, o Centro Acadêmico Livre de Administração Honestino Guimarães - CALAD (APÊNDICE G), cuja função é proporcionar a participação dos estudantes na defesa dos direitos e reivindicações da comunidade estudantil, em especial os interesses dos estudantes de Administração. Através deste centro, estes têm representação nos colegiados dos cursos, como nas reuniões do Departamento de Administração, do Colegiado do curso e da Diretoria do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), centro onde está vinculada à graduação de Administração (UFES, 2011; CALAD, 2004). Todos os alunos matriculados no curso de Administração são membros do Centro Acadêmico, sendo instâncias de deliberação a Assembleia Geral de Estudantes de Administração e sua Diretoria Executiva.

Visando possibilitar o reconhecimento de habilidades e competências dos alunos em diversos campos que possam agregar valor à sua formação, as “Atividades Complementares” foram desenvolvidas de forma a valorizar o aprendizado em ambientes alternativos à sala de aula. Estas atividades podem ser: participação em projetos de pesquisa; monitoria; iniciação científica; projetos de extensão; seminários; simpósios; congressos; conferências; além de disciplinas oferecidas por outros departamentos ou outras instituições de ensino superior, reconhecidas pelo Ministério da Educação ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional.

Além destas oportunidades, há ainda o estágio supervisionado que visa proporcionar o contato dos alunos com ambientes organizacionais fazendo com que se vinculem os aspectos teóricos do curso com as realidades de organizações públicas, privadas e do terceiro setor.

O Programa de Educação Tutorial (PET) também é uma oportunidade, sendo que este programa visa promover a formação ampla em administração, estimulando a fixação de valores que reforcem a cidadania e a consciência social de todos os participantes. O PET possibilita a inserção dos alunos em pesquisas e atividades acadêmicas de diversas áreas da Administração, permitindo a discussão de assuntos relacionados à sociedade capixaba e brasileira na contemporaneidade. Para ingresso no programa, é aberto processo de seleção semestralmente.

Na análise do projeto pedagógico do curso matutino de Administração em análise, observa-se a prevalência de disciplinas com abordagens voltadas ao setor privado. Isso em função de uma formação que privilegia o conhecimento profissional voltado às grandes organizações privadas, como já evidenciado em demais pesquisas acadêmicas (BARBIERI, 2014; PETINELLI-SOUZA, 2013, 2011).

Observa-se que os cursos analisados não possuem linhas específicas de formação. Tendo em vista o objetivo deste trabalho e considerando a grade curricular dos cursos de Administração, o olhar volta-se a três disciplinas em especial: *Política e Administração*; *Gestão Pública* e *Administração Pública*. Considera-se que estas disciplinas são as que mais se aproximam ao tema dessa dissertação. Assim, entende-se, a princípio, o potencial destas disciplinas em despertar nos estudantes uma reflexão sobre a relação entre Estado, Sociedade e Organizações, de forma a influenciar em seu processo de formação cidadã.

A disciplina *Política e Administração* é obrigatória aos dois cursos, sendo ofertada no sétimo período para o curso matutino e no segundo período no curso noturno (UFES, 2008, 2007). Verifica-se ainda, que a disciplina *Gestão Pública* é obrigatória no curso noturno, enquanto que no curso matutino, a disciplina *Administração Pública* é optativa (UFES, 2008, 2007). Por ser optativa, não é regularmente ofertada, sendo a ementa elaborada pelo professor que ministra a matéria. Deste modo, o conteúdo programático fica a critério do professor responsável, sem regularidade dos assuntos a serem trabalhados.

Segundo o projeto pedagógico do curso noturno de Administração (UFES, 2008), a ementa da disciplina Gestão Pública aborda:

O estado, governo e sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. **Representação e participação: gestão pública e privada.** *Accountability e Responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados (UFES, 2008, p. 48, grifo nosso).

Considerando o conteúdo programático desta disciplina no período letivo 2014/1, infere-se que a mesma oferece condições propícias a um breve conhecimento da gestão pública brasileira. Além disso, permite o conhecimento de mecanismos de relação do Estado brasileiro com a sociedade, como os mecanismos de participação institucionalizados. Observa-se que o conhecimento disponibilizado nesta disciplina se restringe obrigatoriamente aos estudantes do curso noturno, embora os estudantes do curso matutino que se interessem pelo tema possam se matricular. Isto, devido à autonomia disponibilizada pelos projetos pedagógicos dos cursos para escolha das atividades e/ou disciplinas pelos alunos, permitindo-os compor sua formação dentro do escopo que lhes interessa (UFES, 2008, 2007).

Deste modo, infere-se que os conhecimentos sobre os mecanismos institucionalizados, que por ora vêm a se constituir em método de governo pelo poder público brasileiro, ficam mais acessíveis aos estudantes do turno noturno e aos estudantes do curso matutino interessados pela gestão pública. Assim, aqueles estudantes do curso matutino que privilegiem outros conhecimentos podem concluir o curso sem ter contato temas inerentes à relação entre o Estado e a Sociedade, como se evidencia nos resultados deste trabalho. Entende-se, que estes estudantes acabam perdendo a oportunidade de enriquecer sua formação cidadã, de refletir sobre a relação entre gestão, sociedade e Estado, tendo em vista visto o foco de sua formação em outras áreas, possivelmente voltadas ao setor privado.

3.4 – Coleta de Dados

O início da coleta de dados coincidiu com a proximidade das férias universitárias da instituição analisada, na transição do período letivo de 2013/2 para 2014/1. Sendo

assim, decidiu-se realizar primeiro o convite aos estudantes universitários do CALAD e da Empresa Junior de Consultoria em Administração (EJCAD) para participar desta pesquisa. Isto, por considerar que possivelmente seus componentes poderiam se encontrar nos ambientes universitários durante este período. Neste caso, os questionários foram aplicados aos que aceitaram participar da pesquisa até o retorno das aulas referente ao período de 2014/1. A pesquisa foi explicada tanto ao presidente do CALAD da gestão de 2014 (mandato 2014/1 a 2014/2), como à presidenta da EJCAD da gestão atual (mandato 2013/2 a 2014/1), solicitando aos mesmos o repasse do convite aos demais componentes de suas equipes.

Visto que a maioria dos membros do CALAD se encontrava em férias, foi encaminhada uma carta-convite para o presidente deste centro, gestão 2014, para que ele pudesse repassar aos demais membros da equipe. Do convite realizado, dois estudantes aceitaram participar das duas fases desta pesquisa, sendo ambos do turno noturno. Os questionários, que constituem a primeira fase, foram respondidos em ambientes da própria universidade.

Do convite realizado à EJCAD, foi autorizada a abordagem pessoal aos membros da Empresa Junior, pois eles se encontravam na universidade na sala destinada ao exercício de suas atividades. Por estarem em período de férias, estes estudantes definiram uma escala para realização de suas tarefas, de forma que a abordagem se efetivou no período deste recesso. Destas abordagens, resultou a participação na primeira fase da pesquisa de 9 (nove) estudantes de administração, sendo 2 (dois) do turno noturno e 7 (sete) do turno matutino. Todos os estudantes do turno noturno aceitaram participar das entrevistas, que se constitui a segunda fase da pesquisa. Porém, dois estudantes do turno matutino negaram, ou seja, cinco estudantes de administração da EJCAD do turno matutino aceitaram conceder entrevistas.

Após o preenchimento do questionário pelos alunos que participam do CALAD e da EJCAD iniciou-se a coleta de dados com os demais alunos do curso no início do semestre letivo 2014/1, abordando preferencialmente os estudantes de administração matriculados a partir do sétimo período do turno matutino e preferencialmente a partir do oitavo período do turno noturno. No entanto, no retorno das aulas, os servidores técnico-administrativos da universidade haviam aderido a movimento grevista. Considerando a possibilidade dos professores também aderir

ao movimento, procurou-se agilizar a formalização do convite e aplicação do questionário, buscando atender a metodologia elaborada.

Deste modo, buscou-se identificar no quadro de horários da instituição inerente ao semestre letivo de 2014/1, as disciplinas deste período que poderiam concentrar os sujeitos da pesquisa. Assim, foram selecionadas as disciplinas “Tópicos Especiais de Administração do 3º Setor” (optativa do oitavo período do turno matutino) e a disciplina “Tópicos Especiais de Administração Pública” (optativa do oitavo período do turno noturno), sendo solicitado aos professores responsáveis, um tempo para explicação da pesquisa, convite e aplicação do questionário. Os mesmos concederam o tempo solicitado permitindo a coleta dos dados.

Após o preenchimento do questionário e tabulação inicial dos dados dos estudantes que participaram desta primeira etapa, verificou-se que nem todos os estudantes que preencheram o questionário gostariam de conceder uma entrevista. Assim, a adesão em participar na pesquisa pelos alunos do oitavo período noturno e matutino não foi suficiente para uma análise adequada. Cabe ressaltar que não foram encontrados na primeira semana de aula alunos correspondentes ao nono período do turno noturno, por possivelmente estarem matriculados somente em disciplina para realizar seu trabalho de conclusão de curso. Em função do prazo para concretização desta pesquisa, adotou-se então o convite aos alunos do sétimo período, tanto noturno quanto matutino.

Seguiu-se, então, a abordagem por meio de um tempo reservado nas disciplinas “Política e Administração” do sétimo período matutino e “Gestão da Tecnologia da Inovação” do sétimo período do turno noturno, conforme quadro de horário disponibilizado no colegiado do curso.

Durante estas abordagens nas salas de aula, observou-se que havia tanto aluno do turno noturno fazendo alguma disciplina no turno matutino como o contrário. O que fez com que na abordagem junto às disciplinas do turno noturno, houvesse participações do turno matutino e vice-versa. Por observar que as respostas dos questionários começaram a se repetir em demasia, cessou-se a aplicação dos questionários para início do tratamento e análise dos dados desta etapa de coleta dos dados.

Assim, juntando as aplicações realizadas com o pessoal do CALAD e EJCAD chegou-se ao final da primeira fase da pesquisa o quantitativo total de 42 (quarenta e dois) questionários preenchidos, sendo 21 (vinte e um) no turno matutino, 21 (vinte e um) no turno noturno. Há de se destacar que 6 (seis) em cada turno não aceitaram participar da segunda fase, totalizando 12 (doze) participações na primeira fase que não continuariam nas entrevistas.

Em relação ao turno matutino, dos 6 (seis) estudantes em administração que participaram da primeira fase e que não gostariam de ser entrevistados, 5 (cinco) são mulheres, sendo 2 (duas) do sétimo período e 3 (três) do oitavo período. O único homem, no caso, era do sétimo período. Dos 15 (quinze) estudantes que responderam o questionário e que aceitaram participar da entrevista, 8 (oito) são mulheres: 3 (três) do oitavo período, em que duas somente estudam e uma estuda e trabalha; 3 (três) são do sétimo período, sendo que todas estudam e trabalham; 1 (um) do quarto e 1 (um) do terceiro, ambas estudam e trabalham. Dos 7 (sete) homens, 4 (quatro) correspondem ao oitavo período – um somente estuda e três estudam e trabalham; 2 (dois) do sétimo período, sendo todas somente estudam; 1 (um) do quarto, que estuda e trabalha. Os participantes abaixo do sétimo período se referem às participações dos componentes da EJCAD, que foram consideradas para integrar o quadro de observações desta pesquisa.

Em relação ao turno noturno, dos 6 (seis) estudantes em administração que participaram da primeira fase e que não gostariam de ser entrevistados, também 5 (cinco) são mulheres, sendo 3 (três) do sétimo período e 2 (duas) do oitavo. O homem, no caso, era do sétimo período. Dos 15 (quinze) que aceitaram ir à segunda fase, 5 (cinco) são mulheres e 10 (dez) são homens. Das mulheres, 3 (três) são do sétimo período, sendo que (1) uma somente estuda e as demais, estudam e trabalham; 2 (duas) são do oitavo período, e estudam e trabalham. Dos homens, 2 (dois) são do oitavo período, ambos estudam e trabalham; 4 (quatro) são do sétimo período, todos estudam e trabalham; 1 (um) do quinto período, que também estuda e trabalha; 1 (um) do quarto, que somente estuda e 2 (dois) do terceiro, que estudam e trabalham. Os participantes abaixo do sétimo período se referem às participações dos componentes do CALAD e EJCAD, que foram consideradas para integrar o quadro de observações desta pesquisa.

Cabe ressaltar que para análise dos resultados foram considerados os 30 (trinta) questionários referentes aos estudantes que aceitaram participar da segunda etapa desta pesquisa. Isto por entender que assim se garantiria a continuidade da coleta e análise dos dados em conformidade com a metodologia deste trabalho.

As entrevistas individuais se iniciaram após tabulação, análise e descrição da análise dos resultados da primeira etapa, que corresponde ao preenchimento dos questionários. Assim, visando o cumprir a metodologia prevista, foram selecionados sujeitos com experiências de participação e que não participavam, procurando uma equiparação na quantidade de estudantes selecionados quanto ao turno, sexo e ocupação (se somente estudam ou se estudam e trabalham). A equiparação da ocupação somente não foi possível entre os estudantes do turno noturno, visto que 13 dos 15 que participaram desta pesquisa estudam e trabalham, ou seja, apenas dois declararam que somente estudam. Assim, dois grupos foram formados. Um com foco na participação e outro com foco na não participação, tanto em mecanismos institucionalizados, como nos não institucionalizados.

Para melhor visualização e compreensão da composição destes grupos, foram elaborados os Quadros 5 e 6, contendo as características obtidas na primeira etapa dos sujeitos selecionados para as entrevistas individuais, as quais foram consideradas para esta seleção. Cabe ressaltar que os nomes utilizados neste trabalho são fictícios, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), a fim de se preservar a identidade dos estudantes que solicitamente participaram desta pesquisa.

Quadro 5 – Entrevistados que Participam nos Mecanismos Participativos

Nome Fictício	Turno	Período	Ocupação	Mecanismo Institucionalizado		Mecanismo Não Institucionalizado	
				Participo	Participei, mas atualmente não participo	Participo	Participei, mas atualmente não participo
Garcia	Noturno	7º	Estuda e Trabalha	Conferências, Fóruns Temáticos; Referendo;	-	Fórum ou grupo de discussão na <i>Internet</i> sobre assuntos públicos	Abaixo-assinado <i>on line</i>
Sabrina	Noturno	7º	Estuda e Trabalha	Orçamento Participativo; PPA on line (governo estadual e municipal)	Audiências Públicas; Partidos Políticos	Associação que se organiza com alguma causa; Fórum ou grupo de discussão na <i>Internet</i> sobre assuntos públicos	Abaixo-assinado <i>on line</i> ; Movimentos Sociais; Protesto/ Manifesto
Jairo	Noturno	4º	Somente Estuda	Conselhos Gestores de Políticas Públicas; Centro Acadêmico de Administração	Audiências Públicas; Orçamento Participativo; Assembleias; Referendo.	Associação que se organiza com alguma causa; Abaixo-assinado <i>on line</i> ; Fórum ou grupo de discussão na <i>Internet</i> sobre assuntos públicos; Protesto/ Manifestação	-
João Pedro	Noturno	7º	Estuda e Trabalha	-	-	Abaixo-assinado on line; Fórum ou grupo de discussão na <i>Internet</i> sobre assuntos públicos	Protesto/Manifesto
Roberta	Matutino	8º	Somente Estuda	-	-	Abaixo-assinado <i>on line</i>	Protesto/Manifesto
Ronaldo	Matutino	8º	Estuda e Trabalha	-	Assembleia	Associação que se organiza com alguma causa;	Abaixo-assinado on line
Julia	Matutino	7ª	Estuda e Trabalha	Assembleia; Colegiado de Administração	Centro Acadêmico de Administração	Associação que se organiza com alguma causa; Abaixo-assinado on line; Protesto/ Manifestação	-
Andrade	Matutino	7º	Somente Estuda	-	-	Abaixo-assinado presencial	Abaixo-assinado on line; Protesto/ Manifestação.
Vitório	Noturno	3º	Estuda e Trabalha	Centro Acadêmico de Administração	-	Abaixo-assinado <i>on line</i>	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Verificando o Quadro 5, observa-se que os sujeitos selecionados para composição do grupo que participa de mecanismos participativos possuem experiências de participação tanto em mecanismos institucionalizados como em mecanismos não institucionalizados. Cabe ressaltar que tais sujeitos também marcaram no preenchimento do questionário algum mecanismo em que não participa ou que desconhece. No entanto, estes estudantes foram selecionados por terem apresentado experiências de participação que podem fornecer uma melhor compreensão da configuração da consciência política em sua relação com a participação cidadã, conforme proposto nesta pesquisa.

Para seleção, priorizaram-se os estudantes que marcaram no questionário que “participa” em mecanismos institucionalizados e/ou nos não institucionalizados, dando preferência aos que se encontrava em períodos finais do curso. Outro critério adotado foi a descrição das respostas dos mesmos nas perguntas discursivas do questionário aplicado, em função do ponto de vista demonstrado, assim como a descrição mais detalhada de suas respostas, o que poderia evidenciar um potencial de contribuição na segunda etapa.

De modo semelhante se procedeu a seleção dos sujeitos para composição do grupo com foco na não participação. Neste caso, os estudantes selecionados marcaram mais em seus questionários que não participam isso considerando tanto mecanismos institucionalizados como os não institucionalizados. Cabe ressaltar, porém, que alguns destes estudantes marcaram que já participaram, mas que atualmente não participa de algum dos mecanismos relacionados no instrumento de coleta de dados da primeira etapa. No entanto, estes estudantes foram selecionados por terem marcado em seus questionários mais itens relacionados à não participação, apresentando também desconhecimento dos mesmos. Considera-se que a formação deste grupo pode contribuir num contraponto dos resultados, permitindo uma análise dos possíveis pontos de vista, possibilitando assim, uma melhor compreensão da configuração da consciência política em sua relação com a participação cidadã.

Para visualização da composição do grupo com foco na não participação em mecanismos institucionalizados e não institucionalizados, segue abaixo o Quadro 6.

Quadro 6 – Entrevistados que Não Participam nos Mecanismos Participativos

Nome Fictício	Turno	Período	Ocupação	Mecanismo Institucionalizado		Mecanismo Não Institucionalizado	
				Não participo, mas pretendo participar	Não participo e não pretendo participar	Não participo, mas pretendo participar	Não participo e não pretendo participar
Aliandra	Noturno	8º	Estuda e Trabalha	Conselhos Gestores de Políticas Públicas; Conferências, Fóruns Temáticos; Audiências Públicas; Orçamento Participativo; Referendo; PPA <i>on line</i> (governo estadual); PPA <i>on line</i> (governo municipal)	Partidos Políticos; Centro Acadêmico de Administração; Colegiado de Curso de Administração.	-	Associação que se organiza com alguma causa; Movimentos Sociais.
Caíque	Noturno	8º	Estuda e Trabalha	-	Partidos Políticos; Colegiado do Curso de Administração.	Movimentos Sociais; Protesto/ Manifestação	-
Bene	Noturno	7º	Estuda e Trabalha	-	Audiências Públicas; Orçamento Participativo; Assembleias; Partidos Políticos; PPA <i>on line</i> (governo estadual); PPA <i>on line</i> (governo municipal); Colegiado de Curso de Administração.	-	Associação que se organiza com alguma causa; Movimentos Sociais; Fórum ou grupo de discussão na <i>Internet</i> sobre assuntos públicos
Maria	Noturno	7º	Somente Estuda	Audiências Públicas; Orçamento Participativo; Assembleias; Referendo.	Partidos Políticos; Colegiado do Curso de Administração.	Movimentos Sociais; Protesto/ Manifestação	-
Helena	Matutino	7º	Estuda e Trabalha	-	Conselhos Gestores de Políticas Públicas; Conferências, Fóruns Temáticos; Audiências Públicas; Orçamento Participativo; Referendo; Partidos Políticos; Centro Acadêmico de Administração; Colegiado de Curso de Administração.	Movimentos Sociais; Protesto/ Manifestação	Associação que se organiza com alguma causa;
Fernando	Matutino	8º	Estuda e Trabalha	Conferências, Fóruns Temáticos	Conselhos Gestores de Políticas Públicas; Audiências Públicas; Orçamento Participativo; Partidos Políticos; Centro Acadêmico de Administração; Colegiado de Curso de Administração.	Abaixo-assinado <i>on line</i> ; Protesto/ Manifestação	Movimentos Sociais; Fórum ou grupo de discussão na <i>Internet</i> sobre assuntos públicos
Matias	Matutino	7º	Somente Estuda	Conselhos Gestores de Políticas Públicas; Conferências, Fóruns Temáticos; Audiências Públicas; Orçamento Participativo;	Assembleias; Referendo; Partidos Políticos	Fórum ou grupo de discussão na <i>Internet</i> sobre assuntos públicos	-
Vanda	Matutino	8º	Somente Estuda	Assembleias; Centro Acadêmico de Administração	Partidos Políticos	Abaixo-assinado <i>on line</i> ; Fórum ou grupo de discussão na <i>Internet</i> sobre assuntos públicos; Protesto/ Manifestação	Associação que se organiza com alguma causa

Fonte: Elaborado pela autora.

Da seleção dos sujeitos pretendidos inicialmente para a realização das entrevistas foram substituídos dois estudantes por não terem se demonstrado disponíveis para participar desta etapa quando contatados, apesar de terem marcado que pretendiam participar das entrevistas em seus questionários. Assim, outros estudantes do cadastro de interessados, com características semelhantes, foram convidados a participar das entrevistas, que prontamente se disponibilizaram. Vale ressaltar que os estudantes substituídos já se encontram contemplados nos quadros apresentados.

Deste modo, continuou-se o contato com os mesmos para agenda e realização das entrevistas individuais, de forma que das 17 (dezesesseis) entrevistas realizadas, 15 (quinze) ocorreram em ambientes da própria universidade, em salas fechadas para se ter uma melhor qualidade da gravação. Assim, 2 (duas) entrevistas foram realizadas em ambientes fora da instituição de ensino, que correspondiam a estudantes do turno matutino do 8º período que não tinham perspectivas de quando iriam retornar à faculdade e apresentavam dificuldades de deslocamento e tempo. Foi então proposto a realização desta entrevista em locais que pudessem ser mais convenientes, visto que não apresentavam indisposição a participar, e sim apenas algumas dificuldades de locomoção num intervalo curto de tempo. Ambas sugeriram suas casas, e assim foram realizadas as entrevistas na sala de estar das entrevistadas.

Diante do prazo para coleta e análise dos dados, procurou-se agilizar a realização das entrevistas, dentro da disponibilidade de tempo dos estudantes selecionados. Deste modo, foi possível o início das entrevistas em 09 de junho de 2014, se encerrando em 18 de junho, quando a última entrevista foi realizada. Em média, cada entrevista durou cerca de 55 minutos, sendo que a mais rápida durou 42" (quarenta e dois minutos) e a mais longa 01º10" (uma hora e dez minutos).

Cabe destacar que após análise das entrevistas e descrição dos resultados, observou-se a necessidade de se realizar uma nova rodada de entrevistas, focando, no caso, os estudantes que compõem o CALAD na gestão de 2014. Assim, uma segunda entrevista foi realizada com o estudante Jairo em 02 de setembro/2014, visando melhor entender por que participa do CALAD e não participa de demais oportunidades como a representação nas reuniões no Departamento do Curso de Administração. Com a mesma finalidade, também no início de setembro/2014

convidou-se Vitório, que, embora estivesse em períodos iniciais no curso, foi entrevistado por ser um dos componentes do CALAD, visando melhor compreender os motivos da (não) participação nas reuniões departamentais do curso. Ressalta-se que durante a realização da entrevista percebeu-se que o mesmo havia desistido de ocupar seu cargo de presidência no CALAD, mas que ainda estava em processo de formalização. Neste sentido, mantiveram-se as considerações da entrevista realizada com Vitório, por entender que as mesmas contribuiriam com os propósitos deste trabalho.

Para gravação das entrevistas foi utilizado um aplicativo digital de aparelho celular que se encontrava sob “modo avião” para bloquear possíveis chamadas telefônicas possibilitando, assim, o uso de recursos com tecnologias atuais, o que acabou facilitando no tratamento e análise dos dados, conforme se verá no tópico seguinte.

3.5 – Tratamento e análise dos dados coletados

Para efeito de registro dos dados, as respostas do questionário foram tabuladas em planilhas de Excel para posterior análise. Os dados foram organizados por meio de categorias, conforme análise de conteúdo (BARDIN, 2004), de modo a permitir a identificação dos que gostariam de participar da segunda fase da pesquisa e a caracterização dos sujeitos. A organização dos dados permitiu ainda a identificação dos mecanismos em que os estudantes participam ou já participaram, assim como a identificação dos mecanismos nos quais não se participa ou são desconhecidos. Da não participação, separou-se os que tinham pretensão em participar dos que não pretendiam participar, sendo os motivos apontados por que (não) participam organizados de modo a permitir a análise dos resultados tendo como base o Quadro 3 deste trabalho.

As entrevistas foram gravadas, mediante autorização dos entrevistados e posteriormente transcritas. Visto o prazo para análise e descrição dos resultados, a transcrição das entrevistas foi realizada por terceiros. Na busca por pessoal qualificado e que atendesse de forma rápida, com a qualidade necessária, procurou-se empresas consolidadas que prestassem este serviço por meio de recursos da *Internet*.

Sabe-se que o ideal para fins acadêmicos é que as transcrições sejam realizadas pelos próprios pesquisadores envolvidos por possibilitar uma imersão nas falas dos entrevistados, melhor retratando em texto as entrevistas, dentre outros fatores. Assim, buscou-se minimizar possíveis inadequações das transcrições, confrontando-as com a audição das entrevistas. Na medida em que se observava a necessidade de algum ajuste, o mesmo foi realizado. Geralmente os ajustes se relacionavam a alguma pontuação para se adequar melhor à entonação dada pelo entrevistado ou alguma observação quanto ao comportamento do mesmo durante o pronunciamento de determinada fala. Para isso, utilizou-se das observações de elementos de comunicação não verbal constatados durante as entrevistas que foram registradas na Ficha de Transcrição das Entrevistas (APÊNDICE D). Tal ficha foi elaborada com base na dissertação de Souza (2012), considerando o registro do comportamento durante a entrevista, palavras-chave da entrevista, além das categorias do modelo de Sandoval anteriormente descritas.

Os dados obtidos das narrativas dos entrevistados foram agrupados e analisados de acordo com as sete dimensões psicossociológicas da consciência política que levam o indivíduo a participar em ações coletivas ou individuais, conforme modelo de Sandoval (2001): *i) a identidade coletiva; ii) as crenças, valores e expectativas sociais; iii) interesses antagônicos e adversários; iv) a eficácia política; v) os sentimentos de justiça e injustiça; vi) a vontade de agir coletivamente; e vii) as metas e ações do movimento social.* Para organização e análise dos dados, utilizou-se o método de análise de conteúdo, com categorias analíticas definidas *a priori* (BARDIN, 2004), sendo tais categorias as dimensões do modelo conforme citado anteriormente.

Cabe ressaltar que na análise de conteúdo o investigador possui uma dupla tarefa: o de compreender o sentido da comunicação do corpus analisado e o de compreender e realçar o sentido de uma mensagem presente em segundo plano, ressaltando os aspectos psicológicos, sociológicos, históricos, políticos ou outros (BARDIN, 2004). Trata-se de um método que possui a fala como objeto, em que aspectos individuais são ressaltados para análise, a fim de se conhecer elementos ocultos que possam estar associados às palavras sobre as quais o investigador se apoia.

Para realização da análise dos dados, os mesmos devem ser organizados de forma a se permitir que o investigador realize uma pré-análise, para posteriormente realizar

a exploração do material e o tratamento dos resultados, utilizando-se da inferência para a interpretação dos dados. A pré-análise é a fase inicial da análise de conteúdo. Nela, define-se: a) o material a ser submetido à análise, b) a formulação das hipóteses e dos objetivos, e c) os indicadores que fundamentem a interpretação final. De posse do material a ser analisado, deve o pesquisador realizar uma leitura de reconhecimento, deixando-se invadir, conforme exposto por Bardin (2004), de impressões e orientações.

Destaca-se que das hipóteses e objetivos de análise são definidos os índices a serem detectados no material a ser analisado, a fim de promover indicadores precisos e seguros (BARDIN, 2004). Por se ter nesta pesquisa as categorias definidas *a priori*, os indicadores de análise foram constituídos previamente por meio da composição de elementos que reúnem características das dimensões do modelo de análise da consciência política de Sandoval (2001) em conjunto à literatura visitada. Desta forma, os indicadores apresentados no Quadro 3 se constituem em indicadores de análise para composição da consciência política dos sujeitos de pesquisa, bem como parâmetro para compreensão dos motivos da (não) participação cidadã dos mesmos. Assim, os dados foram confrontados com a descrição de cada dimensão e com a revisão de literatura pertinente a elas para proceder à análise dos mesmos, por meio de inferências, para se alcançar a interpretação dos mesmos.

A respeito do tratamento dos dados, Bardin (2004) explica que tratar o material é codificá-lo, sendo que a codificação:

... corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, [...], que podem servir de índices (BARDIN, 2004, p.97).

No caso, neste processo de organização, define-se o recorte de codificação, ou seja, as unidades de registro, podendo ser palavra, tema ou frase. Tendo em vista o objetivo a que se propõe esta pesquisa foi definido como unidade de registro o tema, visto que esta unidade se aplica para o estudo de motivações de opiniões, bem como valores e tendências (BARDIN, 2004). A abordagem de análise, dessa forma é qualitativa, propiciando a realização de inferências para a condução da compreensão dos dados coletados.

A enumeração, ou seja, a regra de contagem destas unidades de registro também pode ser definida por meio da presença/ausência, frequência, frequência ponderada, direção, ordem, intensidade, ou mesmo co-ocorrências de algumas destas. Nesta pesquisa, porém, se adota como regra de contagem a presença e a frequência, por considerá-los mais adequados ao que se pretende este trabalho.

Por estarem definidas *a priori* as categorias de análise, a partir do material analisado se fez a identificação das informações mais apropriadas a cada categoria agrupando as unidades de registro análogas, de forma a distingui-las das demais unidades (BARDIN, 2004). Neste sentido foi elaborado uma grelha para análise de conteúdo em Excel, de forma que cada dimensão do modelo de consciência política de Sandoval (2001) correspondia a uma planilha, tendo como indicadores de análise os que se encontram estabelecidos no Quadro 3. Assim, ao ler e analisar os textos das transcrições, na medida em que se identificava algum tema, o mesmo era agrupado na categoria e indicador correspondente. Para isso, tem-se uma coluna com as unidades de registro, em que os temas identificados nas falas dos estudantes são agrupados e uma coluna com as unidades de contexto, contendo o fragmento integral da parte do texto onde se verificou o referido tema.

No caso, para melhor perceber semelhanças e diferenças entre os estudantes de administração foi realizado uma grelha para os que participam do turno noturno e outra para os que participam do turno matutino; uma grelha para os que não participam do turno noturno e outra para o turno matutino. Procedendo-se desta forma, tem-se uma separação das percepções entre turno e experiência de participação, possibilitando a análise do sexo e ocupação pela identificação dos sujeitos, visto que as unidades de contexto devem ser devidamente referenciadas, o que permite a identificação dos sujeitos a que se refere.

Em resumo, tem-se que a aplicação do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2004) envolve etapas de *descrição*, *inferência* e *interpretação*, sendo que a descrição é a fase em que se realiza um resumo da enumeração das características do texto trabalhado. Já a inferência se refere ao procedimento de compreensão a partir dos índices e indicadores pré-definidos de pesquisa percebidos no texto que foi descrito, permitindo o avanço à última etapa da análise, a interpretação. Nesta fase, a de interpretação, ocorre o processo de significação das características do

texto descrito, quando ocorre a compreensão do conteúdo analisado (BARDIN, 2004).

Assim, a partir dos procedimentos de tratamento e análise dos dados neste tópico detalhados viabilizou-se a interpretação dos dados coletados nos instrumentos de pesquisa adotados, sendo os resultados apresentados no item a seguir.

4 – RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo descreve-se a análise dos resultados apurados na primeira e segunda etapa desta pesquisa. Deste modo, apresentam-se as pistas utilizadas na análise dos motivos dos estudantes de graduação em administração da instituição de ensino em análise para (não) participar nos mecanismos participativos institucionalizados ofertados pelo governo do estado e municípios em suas relações com a sociedade civil, assim como em mecanismos não institucionalizados.

Das percepções dos estudantes de administração apuradas nos questionários e entrevistas, por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 2004), buscaram-se compreender as dimensões da consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração da universidade considerada, a fim de se alcançar os objetivos desta pesquisa. Neste sentido, vale regatar que o objetivo geral deste trabalho é compreender a consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil em sua relação com a participação cidadã em lugares públicos participativos no estado e municípios.

Destaca-se que a descrição dos resultados da primeira etapa considera somente os estudantes que aceitaram participar da segunda fase da pesquisa, visto que os que não aceitaram participar se mostraram indispostos em conceder entrevistas.

Dos estudantes que participam de pelo menos um dos lugares públicos participativos, conforme identificado no questionário, 11 são homens e 7 são mulheres, totalizando 18 estudantes. Estes se encontram na faixa etária de 22 a 26 anos, sendo que 12 encontram-se nos períodos finais do curso (7º e 8º) e 13 conciliam o estudo com o trabalho. Observa-se que 10 estudantes são do turno matutino e 8 do noturno. No entanto, evidenciam-se indícios de uma participação mais ativa nos lugares públicos participativos entre os estudantes do turno noturno.

Na análise das entrevistas, os estudantes que participam nos lugares públicos participativos (Garcia, Sabrina, Jairo, João Pedro, Roberta, Ronaldo, Julia, Andrade, Vítório) declaram renda em torno de R\$ 5.000,00, porém, apresentam contextos de inserção diferenciados. Residem em bairros da periferia: Sabrina, João Pedro, Vítório; residem em bairros nobres: Garcia, Jairo, Roberta, Ronaldo, Julia, Andrade. Há de se destacar que Jairo, Sabrina, Garcia, Andrade e Roberta nasceram e ainda

residem em municípios da região metropolitana da universidade considerada neste estudo. Por outro lado, João Pedro, Julia e Ronaldo, naturais de cidades do interior do estado, mudaram-se para a região metropolitana onde se localiza a universidade onde estudam, justamente para cursar a graduação em Administração.

Dos estudantes que não participam nos lugares públicos participativos, conforme identificado no questionário, 6 são homens e 6 são mulheres, totalizando 12 estudantes. Encontram-se na faixa etária de 20 a 33 anos, estando 11 estudantes nos períodos finais do curso (7º e 8º), sendo que 10 conciliam o estudo com o trabalho. Observa-se que são do turno matutino 5 estudantes, cujos sentimentos de desconfiança nos lugares participativos são mais visíveis.

Na análise das entrevistas, os estudantes que não participam nos lugares públicos participativos declaram renda em torno de R\$ 7.000,00 (Aliandra, Caíque, Bene, Maria, Helena, Fernando, Matias). Por outro lado, Vanda declara como renda dois salários mínimos. Com exceção de Caíque, Aliandra e Fernando, os demais estudantes que não participam, são naturais e residem em municípios da região metropolitana onde a universidade é localizada, sendo que apenas Vanda e Helena residem em bairros de periferia.

Entende-se que a vivência em circunstâncias menos favorecidas não é condição necessária para o desenvolvimento da consciência política e para favorecer o envolvimento com ações coletivas, como os lugares públicos participativos. Por outro lado, a vivência nestas circunstâncias, aliada a demais fatores psicossociais, pode influenciar no desenvolvimento da consciência política e na forma de sua participação nestes lugares, como evidenciado na experiência de Sabrina.

Para início da análise desejada, cabe ressaltar a percepção dos estudantes sobre a contribuição da formação universitária recebida para transformação da sociedade, visto que os mesmos encontram-se em processo de formação profissional e cidadã. Segundo os resultados apurados no questionário, observa-se que 64% dos estudantes que responderam o questionário consideram que a formação *contribui* ou *contribui parcialmente* para esta transformação.

Na análise das justificativas apresentadas e nas falas dos entrevistados, observam-se algumas evidências sobre *crenças, valores e expectativas sociais*. Dentre elas, a percepção de gestão e de sua atuação na sociedade, que se constitui em uma das

pistas possíveis para interpretação da consciência política dos estudantes em administração em sua relação com a participação nos lugares públicos de participação.

Verifica-se, por parte dos estudantes que consideram que a formação adm. contribui para transformação da sociedade, principalmente entre os do sexo masculino do turno matutino e feminino do turno noturno, uma crença de que os conhecimentos adquiridos e a criticidade desenvolvida no decorrer da graduação são recursos suficientes para esta transformação. Já a justificativa de que a *Formação amplia o campo de conhecimento* e com isso tem-se o potencial de transformação da mesma, quando comparada às considerações dos estudantes entrevistados, faz emergir percepções distintas do que seria esta contribuição para transformação da sociedade entre os estudantes e de como seria esta atuação enquanto gestor.

Os estudantes que não participam dos mecanismos de participação institucionalizados e/ou não institucionalizados, e possuem uma expectativa de abrir seu próprio negócio, consideram a sua atuação enquanto gestor numa concepção compatível ao agente de transformação social do Código de Ética do Administrador. No caso, numa vertente mais vinculada à esfera privada. Tal visão fica evidente nas falas de Fernando e Caíque.

... pelo fato de empreender né, eu espero que venha influenciar outras famílias né, tanto a sociedade, tem a questão de trazer o bem para a sociedade quanto, por exemplo, vamos dizer assim, eu não quero enriquecer sozinho (**FERNANDO, turno matutino, estuda e trabalha, não participa**).

A partir do momento que você melhora a economia de uma empresa, a empresa privada, a situação financeira dela, hoje em dia já é quase que unanimidade dá o retorno para o funcionário, seja com promoção, seja uma melhora de salário, seja para o que for. (**CAÍQUE, turno matutino, estuda e trabalha, não participa**).

Tais percepções demonstram um olhar destes estudantes sobre a estrutura social vindo a considerar a permanência do que está estabelecido, havendo uma concepção de se naturalizar as relações sociais e a própria natureza da sociedade (SANDOVAL, 1989). Ou seja, a transformação da sociedade a que se referem e que consideram ser possível pela sua formação adm. se relaciona a uma benfeitoria aos subordinados, mas num sentido de se manter a hierarquia e diferenças socialmente já estabelecidas.

Nas falas analisadas das entrevistas dos estudantes que evidenciam uma participação mais ativa, como Jairo e Sabrina (estudantes do turno noturno), interpreta-se que o conhecimento adquirido no universo da graduação permitiu que os mesmos resignificassem algumas concepções. Para melhor esclarecer estas resignificações, inicia-se com as considerações de Jairo.

Então, o que eu tinha de concepção de política era concepção errada. Achava que só o estar envolvido na política que era política. Mas não era. **(JAIRO, estudante noturno, que somente estuda, participa).**

Deste trecho, tem-se que o mesmo resignifica sua ideia do que seria política, considerando-a atualmente como presente em outros ambientes que não são somente vias institucionalizadas. Quando perguntado ao mesmo à que atribui esta mudança, o mesmo responde:

Às matérias que nós recebemos aqui..., igual, na grade de administração, temos sociologia, temos filosofia, temos política em administração. São algumas matérias que te levam a pensar, deixa..., você não consegue ficar parado, o seu pensamento. Você é obrigado a pensar nessas matérias. Então, acabou que o meu campo de visão ampliou. **(JAIRO, estudante noturno, que somente estuda, participa).**

Observa-se, deste modo, uma valorização de disciplinas com conteúdo de formação básica por considerar que contribui para a reflexão, e deste modo, amplia sua visão de mundo, vindo a influenciar no seu potencial de ação na sociedade. A princípio, considera-se que esta percepção vai de encontro às ideias de Aktouf (2005) ao favorecer conteúdos que permitam uma cultura geral, não se restringindo o ensino a aspectos puramente quantitativos.

Sabe-se que o desenvolvimento do pensamento reflexivo aliado a uma autonomia de ação condicionam a construção da consciência política e a ação por parte do sujeito (COSTA, 2007). É o que se pode observar da fala de Sabrina, que a partir de conhecimento adquirido em sua formação adm., fez repercutir numa nova postura perante as oportunidades de participação institucionalizadas, que já participava.

Depois que eu comecei a entender melhor, que era estudando a teoria e trabalhando com a prática, eu vi que as coisas não funcionavam assim, era bem diferente. Então algumas coisas eu passei a mudar. Por exemplo, na hora de eu me preparar para estar indo, um exemplo, uma audiência pública que eu estava, antes eu ia, lia alguma coisa muito rápida sobre a pauta, e ia, e quando podia eu votava, opinava essas coisas. Agora não, depois que eu tive conhecimento, eu estudava números, você tem que combinar com leis, você tem que entender um pouco de orçamento, de lei, para saber se aquilo ali é só fachada, se aquilo ali é só enganação, ou se de fato vai se transformar em algo concreto no final. Então eu consegui, eu consigo mais ou menos agora identificar isso, coisa que antes eu não entendia **(SABRINA, turno noturno, estuda e trabalha, participa).**

Na análise da fala de Sabrina, percebe-se que a mesma entende os mecanismos institucionalizados como espaços de disputa política, e que acredita no seu potencial de intervir na realidade, instrumentalizando-se, para isso, em obter informação, que é o primeiro nível da participação segundo Bordenave (1994). Percebe-se desta forma, que a mesma considera seu potencial de transformação na sociedade por vias da participação em mecanismos institucionalizados, nos quais é preciso estar munida das informações necessárias para um embate político, conforme sua concepção. Tal postura condiz com uma pessoa autoconfiante, conforme exposto na pesquisa realizada por Navarro, Cuesta e Font (2009), e como demonstrado quando da realização da entrevista. Além disso, se mostrou bem informada sobre os assuntos políticos atuais, como a instituição da política e sistema nacional de participação social, a única das dezessete entrevistas realizadas.

Cabe ressaltar que entre os estudantes de administração entrevistados que participam dos mecanismos institucionalizados e/ou dos não institucionalizados, os que possuem uma participação de forma a tomar parte (BORDENAVE, 1994), ou seja, com uma participação mais ativa nos processos participação, são Jairo e Sabrina. Ambos os estudantes do turno noturno, sendo que o primeiro somente estuda e a segunda estuda e trabalha.

Os estudantes que não consideram que sua formação universitária contribui para a transformação da sociedade, conforme apurado nos resultados da primeira etapa, atribuíram outras justificativas. Os apontamentos evidenciam uma visão crítica do curso, assim como dos métodos de ensino de que a formação é superficial e teórica e que o ensino é mais voltado às áreas acadêmicas e empresariais, apesar da existência de disciplinas que retratem a sociedade. Compartilham desta visão estudantes do sexo feminino do turno matutino, tanto entre os que somente estudam como os que estudam e trabalham.

Deste modo, percebem-se indícios de que gostariam que o curso permitisse mais um ensino prático. Observa-se ainda, uma valorização por parte destes estudantes de um contato mais próximo à comunidade externa à universidade para sua formação, assim como uma valorização das práticas oportunizadas pela EJCAD. Tais indícios ganham reforços quando se analisa as falas dos estudantes entrevistados, principalmente entre os que não participam nos mecanismos participativos.

A consideração de que a formação adm. recebida não contribui para a transformação da sociedade porque a mesma é *superficial e teórica* se relaciona a uma valorização de um ensino prático, assim como à percepção de que a sua atuação para transformar a sociedade depende deste conhecimento prático. Ou seja, é uma visão que prestigia aspectos pragmáticos.

A valorização do ensino prático pôde ser percebida principalmente nas falas dos estudantes entrevistados que não participam de mecanismos de participação institucionalizados e/ou não institucionalizados do turno matutino.

Enfim, alguns professores não incentivam, por exemplo, esse meu fato de querer empreender, de ter um negócio próprio..., às vezes você fica buscando algumas questões, por exemplo, até meu TCC foi envolvido. E alguns professores mesmo que não te incentivam a empreender falando que é muito difícil, que é muito complicado, enfim. **(FERNANDO, turno matutino, estuda e trabalha, não participa)**.

Você ter a matéria, principalmente essas matérias de cálculo, ver a aplicabilidade disso, como isso está presente no dia a dia do administrador. Porque hoje nós vemos no mercado muitos administradores que não entendem nada de estatística. E são poucos os profissionais que entendem, e esses profissionais hoje no mercado são de fato os que mais ganham... Então eu acho que é a aplicabilidade de determinadas matérias, principalmente com esse enfoque, que são puramente exatas. Eu acho que é a principal coisa que tem que mudar de cara dentro do curso de administração, entender aonde você vai usar isso **(HELENA, turno matutino, estuda e trabalha, não participa)**.

E o curso não é muito, assim, na prática..., é muita teoria. Visita técnica nós só tivemos uma em quatro anos, então eu acho que é muito mais teoria do que prática, você sai de lá um pouco cego assim, sem saber o que fazer exatamente na prática **(VANDA, turno matutino, somente estuda, não participa)**

Nas falas dos entrevistados também pôde-se observar a valorização das atividades da EJCAD enquanto uma oportunidade de contato com o mundo externo e um meio de exercer a prática do conhecimento recebido ou a receber, do processo em formação adm., principalmente entre os estudantes do turno matutino.

Sabe o que, que eu sinto muita falta no curso? Eu acho que, por exemplo, a ideia da empresa júnior está muito, é muito boa sabe? E eles cresceram muito nesses 4 anos, mas eu acho que tinha que ter uma..., um pouco..., ter uma matéria que seria participar, entendeu? Na empresa júnior, não sei, como se fosse um pouco obrigatório... E não uma seleção de alunos. **(ROBERTA, turno matutino, somente estuda, participa)**

A gente fala assim pra todo mundo que a gente só acha que o curso tá bom porque a gente tá dentro da EJ porque a gente ainda consegue suprir o que o curso não dá né? Que é a parte prática e o que a gente não consegue na sala de aula a gente tenta aplicar aqui... Pra quem quer o lado do mercado, que é prática, eu acho que a EJ é mais, é o melhor lugar **(JULIA, turno matutino, estuda e trabalha, participa)**

... ano passado eles foram responsáveis pela semana de administração, foram 3 dias de palestras, e bem complicado assim, você não estar, 3 dias de palestras, com palestrantes bons, de manhã e de noite./ O que chegou à mim, que o colegiado tipo assim, ofereceu, que já tinha muito tempo que não tinha a semana de administração e tal, o colegiado ofereceu. O EJCAD abraçou, correu atrás, todo mundo se sacrificou e saiu uma coisa muito boa. **(MATIAS, turno matutino, somente estuda, participa)**

Vem a agregar sim, porque na EJCAD, por exemplo, o pessoal que participa fala que aprende muito na prática mesmo, como que, por exemplo, tem lá o gerente de marketing no EJCAD, ele vai saber atuar no marketing tranquilamente numa empresa, é ali que a pessoa vai aprendendo a prática... Aí se eu entrasse na EJCAD ou sei lá, iniciação científica, eu ia ter que ter tempo. Porque eles fazem reuniões, essas coisas, e agora eu não tinha tempo, eu saía da universidade voando para o estágio... **(VANDA, turno matutino, somente estuda, não participa)**

Mas eu acho muito interessante a iniciativa do EJ, tanto que eu me inscrevi no início, logo que eu entrei no curso, e a desvantagem principal é óbvia, eles não têm, nós não temos salário né? As pessoas que estão no EJ, os colaboradores, não têm salário, e para a gente que é universitário e busca ao mesmo tempo..., eu particularmente, não gosto de pedir dinheiro aos meus pais. Buscar a independência financeira, no EJ é o mesmo que você retroceder, porque você vai ter que pedir dinheiro para o seu pai, para você sair, você pagar uma conta, pagar alguma coisa e enfim. Para a minha personalidade, que busco a independência financeira em relação aos meus pais, não seria algo muito bom. **(HELENA, turno matutino, estuda e trabalha, não participa)**

Observa-se que tais considerações vão ao encontro dos resultados da pesquisa de Oliveira, Sant'Anna e Diniz (2014), em que as práticas de ensino disponibilizadas pelas empresas juniores são valorizadas pelos estudantes de administração. Deste modo, observa-se uma valorização por parte destes estudantes de um ensino prático, demonstrando aceitação às regras do perfil desejado organizacionalmente, deixando-se governar por algumas verdades que eles mesmos ajudam a reproduzir (PETINELLI-SOUZA, 2013, 2011; PETINELLI-SOUZA; BARROS, 2010). Tal valorização evidencia um pragmatismo e utilitarismo que dificultam o desenvolvimento da consciência política, por não permitir as condições necessárias para a reflexão das relações sociais e de seu modo de vida (SALVADOR, 2001).

Os estudantes que consideram que a contribuição da formação universitária em administração se dá de forma parcial para transformação da sociedade justificam seu posicionamento reunindo argumentos de posições expostas anteriormente, assim como outros pontos de vista. Dentre estes motivos, tem-se que a formação recebida desenvolve um pensamento crítico, mas que a contribuição se dará de fato a partir da decisão do estudante.

Tal justificativa demonstra uma percepção de que o estudante tem a liberdade de decidir sobre sua atuação na sociedade, devendo ainda considerar que *Experiências*

que antecedem à entrada na universidade também influenciam para esta transformação. Deste modo, observa-se uma relação entre as considerações sobre a transformação da sociedade dos estudantes com a literatura sobre participação, na medida em que as relações influenciam sua identidade (LUCHMANN; BORBA, 2008), e assim, nas escolhas dos sujeitos. Percebe-se ainda, uma relação com a composição da consciência política de Sandoval (2001) quanto à dimensão de identidade coletiva, tendo em vista que tais experiências podem evidenciar o sentimento de pertença a alguma categoria social.

Interessante notar que, dos estudantes que consideram parcial a contribuição da formação adm. para transformação da sociedade, algumas justificativas apresentadas se referem às ideias de Aktouf (2005) quanto à reconsideração do processo de ensino e formação em Administração, principalmente sobre o ensino centrado na predominância do fator capital e da preocupação com o enriquecimento individual. No caso, os apontamentos de que *Muitos professores não demonstram interesse nas melhorias coletivas* e o fato de que *Muitos professores visam apenas o indivíduo* se relacionam à necessidade defendida por Aktouf (2005) de reconsiderar o ensino e formação em administração.

Na justificativa que o *Ensino é voltado à reprodução do modelo de gestão pública que impede o desenvolvimento da sociedade*, infere-se uma percepção de que o modelo de gestão pública adotado atualmente no poder público brasileiro não favorece o desenvolvimento da sociedade. E mais, que o ensino adotado no curso reproduz as práticas já existentes, evidenciando, assim, certa frustração pela não possibilidade de inovação nos estudos sobre gestão pública.

Apresentada a análise das temáticas consideradas necessárias para introduzir os tópicos a seguir, descrevem-se no próximo item a análise dos motivos dos estudantes de administração para (não) participar nos mecanismos institucionalizados, relacionando suas percepções com as dimensões da consciência política de Sandoval (2001).

4.1 – Motivos da (não) participação dos estudantes adm. nos mecanismos institucionalizados ofertados pelo governo do estado e municípios.

Os resultados neste tópico são apresentados tendo como parâmetro o objetivo específico deste trabalho que se refere à análise dos motivos dos estudantes de graduação em administração da universidade analisada para (não) participar nos mecanismos participativos institucionalizados pelo governo do estado e municípios. A partir das percepções dos estudantes identificadas na primeira e segunda etapa de coleta de dados, busca-se a compreensão das dimensões da consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração, visando atender o objetivo geral desta pesquisa.

Deste modo, as percepções dos estudantes quanto à importância de sua participação nas decisões da Administração Pública apuradas na primeira etapa de pesquisa fornecem algumas informações para o que se propõe neste tópico. Isto porque os mecanismos de participação institucionalizados são atualmente os meios pelos quais se canalizam a participação dos cidadãos na gestão pública (CAYRES, 2009). Assim, dos resultados apurados no questionário, observa-se que a 60% dos estudantes que preencheram o questionário consideram importante sua participação na Administração Pública.

Os que consideram sua participação importante na Administração Pública apontam a *defesa dos interesses próprios* e os do *bem comum*, considerando ainda, que a *participação propicia a tomada de melhores decisões*. Isso, principalmente entre os estudantes do sexo feminino do turno matutino e noturno, entre os que estudam e trabalham de ambos os turnos, e os que somente estudam do turno noturno. Observa-se que tais justificativas relacionam-se à literatura favorável à participação, pois consideram que as decisões tomadas na esfera pública afetam suas vidas, cuja participação promove melhores discussões e decisões.

Se considerarmos a participação nos mecanismos institucionalizados entre os estudantes do turno noturno, observa-se que tal indicação é coerente, uma vez que os mesmos demonstram experiência nestes mecanismos. Deste modo, infere-se que os resultados da importância da participação na Adm. Pública entre os estudantes do turno matutino apurados na primeira etapa estariam relacionados à predisposição em participar, visto que não apresentaram efetiva participação nestes mecanismos.

Foi possível observar no decorrer das entrevistas que alguns estudantes apresentavam certo desconforto por não participar ou não ter um histórico tão ativo

de participação, o que demonstra um sentimento de obrigação relacionada à justificativa de que a participação na Adm. Pública é um *Dever do cidadão*. Pedidos de desculpas e justificativas por não saber se irá contribuir para a pesquisa, antes de se iniciar a realização da própria entrevista ou mesmo após a execução da entrevista, e com isso, não ter a conversa gravada, evidenciam este desconforto e sentimento de dever.

As demais justificativas serão trabalhadas com as percepções dos estudantes apreendidas nas entrevistas quando do desenvolvimento dos tópicos para se analisar os motivos por que se participa ou não dos mecanismos institucionalizados. Isto por considerar que assim se proporcionará melhor relação das evidências, e consequentemente uma interpretação mais adequada.

Nas justificativas dos estudantes que consideram não ser importante sua participação na Administração Pública, conforme apurado na primeira etapa desta pesquisa, observa-se que algumas se relacionam a uma percepção da gestão pública como inadequada, o que pode explicar em parte a não participação em mecanismos institucionalizados. Mas, sabe-se, que a explicação não é tão simples assim. *O interesse em atuar no setor privado* como justificativa, por exemplo, evidencia uma percepção da realidade social com atuações estanques, ou seja, o foco ocupacional não permite relacionar demais atividades de interesses públicos.

Nas falas dos estudantes quando da análise de suas entrevistas também evidencia *A Falta de interesse por assuntos da Administração Pública*, principalmente entre os que participam dos mecanismos institucionalizados do turno matutino.

Eu sempre gostei bastante da ideia, mas do meu interesse em participar é bem baixo, porque eu entendo que se eu for participar de uma audiência pública, de um orçamento participativo, eu vou ficar nesses 2 aqui..., eu teria que estudar a temática do assunto, do que vai ser discutido no dia, e eu não tenho interesse em estar estudando isso... (**RONALDO, turno matutino, estuda e trabalha, participa**).

Não, eu não gostaria de participar justamente pela questão do perfil, eu não vejo como sendo do meu perfil participar disso daí, entendeu? (**RONALDO, turno matutino, estuda e trabalha, participa**).

Eu não tenho muito conhecimento, não tenho muito argumento, não entendo muito de políticas públicas ... e isso me desanima, além de eu já não ter dom para isso (**ROBERTA, turno matutino, somente estuda, participa**).

Ah, eu não me sinto preparada para discutir assuntos assim político-sociais muito profundamente, acho que as minhas ideias podem ser um pouco, ah, sem experiência mesmo no assunto e também... É basicamente isso, eu

não me sinto preparada para falar sobre o assunto (**ROBERTA, turno matutino, somente estuda, participa**).

Na análise das falas dos entrevistados foi possível perceber um entendimento por parte dos estudantes de que há um perfil para se participar de mecanismos institucionalizados, principalmente naqueles em que há espaços para discussão de pontos de vista ou interesses em ambientes coletivizados, como audiências públicas, orçamentos participativos. Isto por considerarem que não possuem o perfil idealizado, preferindo, assim não se envolver.

Desta forma, na medida em que apresentam um despreparo e desconforto em participar destes mecanismos que são coletivizados, interpreta-se haver receio por se sentirem intimidados em lugares públicos (VAZ, 2013). Mas isso não por conta de renda ou posição periférica na sociedade (CAYRES, 2009), visto que os sujeitos acima identificados não declararam baixa renda. Interpreta-se que o receio em participar se relaciona ao fato de não dominarem os assuntos públicos a serem debatidos, e não pretendem dispensar energia e tempo para este preparo, por terem outras prioridades em suas vidas. É como exposto por Fernando, do turno matutino, que estuda e trabalha, e não participa de mecanismos participativos: “Meu foco não é esse [*assuntos públicos*]”.

Nas justificativas apresentadas pelos estudantes que consideram sua participação parcialmente importante, apuradas na primeira etapa da pesquisa, verifica-se uma transferência do poder de decisão em assuntos públicos, como observado na resposta: “O meu voto ajuda a eleger o meu representante. Não apenas o meu, como o de todos os outros cidadãos” (DANIELA). Infere-se deste modo, que é possível que estes estudantes considerem como participar na Administração Pública, o ato de votar apenas, o que evidencia certo desconhecimento dos mecanismos públicos institucionalizados ou mesmo preferência por mecanismos que se utilizam de votação. Tal situação é mais evidente entre os estudantes do turno matutino, independente do sexo e se somente estudam ou estudam e trabalham.

Verifica-se entre os estudantes do turno noturno, do sexo masculino, que estudam e trabalham, uma percepção que aponta o conhecimento das oportunidades de participação institucionalizadas. Porém, evidencia-se uma percepção contrária ao modo de operação da participação nos poderes públicos, pois consideram que as

decisões estão concentradas, longe do alcance dos cidadãos. Para ilustrar, descreve-se o relato de um dos estudantes:

Muitas vezes se dá a oportunidade de o cidadão (me incluo) se manifestar. Mas, por vezes o que está em pauta não será influenciado por qualquer cidadão "comum". Fica a sensação de que se dá essas oportunidades para "inglês ver" (**MATIAS, turno matutino, somente estuda, não participa**).

Deste modo, percebe-se um sentimento de ineficácia política inerente à dimensão de eficácia política do modelo de consciência política de Sandoval (2001), o que influencia sua decisão em não participar dos mecanismos institucionalizados. Tal sentimento será melhor trabalhado no tópico *4.1.2 – Motivos dos estudantes de graduação em administração da universidade em estudo para não participar nos mecanismos institucionalizados pelo governo do estado e municípios*, por considerar que da relação entre outras evidências no tópico indicado contribuirá para uma melhor compreensão dos sentimentos de (in) eficácia destes mecanismos.

No tópico a seguir, descrevem-se a análise dos resultados daqueles que possuem alguma experiência de participação, em que atualmente participa ou já participou de mecanismos participativos institucionalizados ofertados pelo governo do estado e municípios. Em seguida, descrevem-se a análise dos resultados daqueles que não participam, apresentando os mecanismos institucionalizados em que se pretende participar ou não, bem como os motivos citados para este posicionamento.

4.1.1 – Motivos dos estudantes da graduação em administração da universidade analisada para participar nos mecanismos institucionalizados pelo governo do estado e municípios.

A partir dos motivos apontados pelos estudantes de administração apurados na primeira e segunda etapa de pesquisa para participar nos mecanismos participativos institucionalizados, por intermédio das percepções dos indicadores de análise, busca-se compreender as dimensões de composição da consciência política dos estudantes em administração.

A percepção favorável à participação na Administração Pública apurada na primeira etapa ganha reforço quando a maioria dos mesmos consideram os próprios cidadãos os melhores defensores de seus próprios interesses.

Dos resultados apresentados na primeira etapa de pesquisa, apenas um estudante do turno matutino assinala que os Partidos Políticos melhor defendem os interesses do cidadão, e apenas um estudante do turno noturno assinala os Representantes Eleitos. Tais índices atestam a descrença dos estudantes de administração nos partidos políticos para defender os interesses dos cidadãos, visto que a maioria dos estudantes não assinalou estas alternativas.

Esta interpretação pode ser corroborada pelas percepções dos estudantes de administração que participam nos mecanismos participativos a respeito de Partidos Políticos e Representantes Eleitos, evidenciadas nas falas dos entrevistados. Isto entre os estudantes do turno noturno e matutino, tanto entre os que somente estudam como nos que estudam e trabalham.

Eu concordo plenamente que democracia a gente vota na pessoa pra pessoa representar a gente, mas nem sempre os políticos representam o que é a gente deseja (**JULIA, turno matutino, estuda e trabalha, participa**).

Se fizesse a eleição com uma pessoa sem vínculo de partido nenhum, para isso não ia mudar muita coisa... É que é um monte de partido que querendo ou não é tudo farinha do mesmo saco. Eu olho assim (**ANDRADE, turno matutino, somente estuda, participa**).

Eu considero que o partido político deveria ser confiável. Então assim, como partido político de uma forma genérica, sim, ele é confiável, eu acho que deve existir até para você... Acho que é parte da cidadania, você escolher os rumos que você quer. A ideia é boa [partido político], agora, se eu gosto de algum partido político em particular? Não. Algum partido atual? Não, não gosto (**RONALDO, turno matutino, estuda e trabalha, participa**).

Eu nunca participei de nada de política, eu não gosto muito, mas, na verdade, eu não sei dizer, sabe? Eu acredito que as pessoas que tem ideias comuns né com aquele partido, se reúnem para formalizar os ideais dos partidos e as atitudes... É, tem que ter uma pessoa né, para ser a imagem do partido representado, mas eu não sei realmente como acontece, mas que seria importante que o partido mesmo, ele fosse mais as escolhas do que uma pessoa só, entendeu? (**ROBERTA, turno matutino, estuda e trabalha, participa**).

As propostas deles de eleger pessoas e ter maioria determinada na casa, eles conseguem. Eles são eficazes nisso. Mas em representar o interesse da população, não... Então, eu me julgo apartidário. Eu não sou a favor de partido. Eu gosto de pessoas. (**JAIRO, turno noturno, somente estuda, participa**).

Eu não acredito em partido político mais. Eu acredito que o político quer poder. Então, se ele tiver que trocar de partido, ele troca e acabou, independente se os ideais no início da carreira dele, que eu acredito que é quando eram sinceros, se aquilo bate com o partido... (**SABRINA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

...eu acho bem negativo, bem... eu acho até uma palavra pejorativa, essa palavra partido... É, eu tenho anulado ou justificado quando eu estou fora assim, eu justifico. Eu nem tenho interesse de ir lá votar na minha sessão (**GARCIA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

... infelizmente os nossos políticos aqui, não estão muito preocupados com a opinião pública, diferente de outros países, aqui eles não se importam muito (**JOÃO PEDRO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

O partido político, eu assim, eu tenho uma certa aversão a partido político, porque a maioria que eu percebo são muito sérios em determinada ideologia e não aceitam abertura, não tem abertura ... Eles não conseguem dialogar; é um atacando o outro. Não existe regime perfeito, não tem ideologia perfeita, todas elas têm falhas, não tem jeito (**JOÃO PEDRO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Na última fala que corresponde à parte da entrevista de João Pedro, estudante do turno noturno que estuda e trabalha e participa de mecanismos participativos, é possível observar uma evidência de valor a um diálogo sem embates ou imposições. Valor este compartilhado por Garcia, também do turno noturno.

Igual, por exemplo, eu sou cristão desde pequeno, eu sou praticante, eu sou catequista a vida toda, mas se você é mulçumano, se você é do candomblé e quiser trocar uma ideia comigo, a gente vai trocar numa boa. A gente vai trocar uma troca de experiências, não vou querer impor isso pra você. Isso é coisa que não se discute. Já de partido político o que eu percebo é muito isso... Não tem conversa, não tem diálogo, é só ataque. Você coloca um camarada do (PSDB), um camarada do (PT) do lado, pouco falta dá porrada (**JOÃO PEDRO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

...só se fossem pessoas que realmente quisessem discutir, entendeu?...porque tipo assim vão ter pessoas na verdade, que não vão estar querendo discutir, vai estar para defender (**GARCIA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Deste modo, observa-se nas falas destes sujeitos, em que suas atuações nos mecanismos de participação mais se relacionam ao fazer parte do que tomar parte (BORDENAVE, 1994), uma valorização da capacidade de diálogo, e a necessidade de uma tolerância entre as partes que participam do debate para promover o crescimento idealizado a partir da troca de ideias, sem grandes conflitos. E por entenderem que estes valores não se encontram presentes nos mecanismos participativos institucionalizados com arranjos abertos a participação se distancia de ambientes em que consideram haver esta intolerância no discurso.

Percebe-se ainda, que a maioria dos estudantes de ambos os turnos consideram os próprios cidadãos quem melhor defendem seus interesses (73%). No entanto, demais instituições também foram assinaladas, destacando-se entre os estudantes do turno matutino as Associações (60%), Sindicatos (47%) e ONG's (47%). E dentre os estudantes do turno noturno, destacaram-se também os Sindicatos (33%) e as ONG's (33%). Isso, em ambos os sexos e ocupação, ou seja, se somente estudam ou estudam e trabalham. Pode-se pensar que o crédito a estas organizações esteja

relacionado à formação de administradores quanto às organizações, de forma a considerá-las como defensoras dos interesses dos cidadãos.

Embora os estudantes percebam sua participação na Administração Pública como importante e considerem os próprios cidadãos quem melhor defende seus próprios interesses, a experiência de participação nos mecanismos institucionalizados se restringe a poucos estudantes. Percebe-se que a experiência de participação dos estudantes do turno matutino mais se refere a oportunidades de vivência participativa na própria universidade, tendo em vista que os mecanismos institucionalizados assinalados se referem ao *Colegiado do Curso de Administração* e *Assembleias*. Isto, para os estudantes do sexo feminino, tanto os que somente estudam quanto estudam e trabalham.

Na análise dos dados do questionário, evidencia-se que a experiência de participação dos estudantes do turno noturno nos mecanismos institucionalizados não fica restrita às oportunidades de participação na universidade. Entre os motivos apontados pelos estudantes de administração para justificar por que participam nos mecanismos assinalados, observa-se que são os mais diversos, sendo acrescentados pelos estudantes a *Aprendizagem* e a *Exigência do Trabalho* como motivos para sua participação.

Assim, estudantes de ambos os turnos tiveram em comum o interesse em exercer a cidadania (CAYRES, 2009; MILANI, 2008); o interesse em melhorar as políticas públicas (CAYRES, 2009; MILANI, 2008); o gosto de estar implicado em assuntos públicos (MILANI, 2008; FONT, 2007); bem como a identificação com os aspectos locais e a valorização dos mesmos (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012). Uma das justificativas apresentadas pelos estudantes do turno matutino se refere à *Aprendizagem* como sendo um dos motivos por que se participa dos mecanismos indicados, o que evidencia uma curiosidade sobre os processos de participação. Vale lembrar, que os mecanismos institucionalizados a que estes estudantes se referem são *Assembleias* e *Colegiado do curso de Administração*.

Os estudantes do turno noturno, além dos motivos em comum com os do turno matutino, justificam ainda sua participação por considerar que mecanismos participativos institucionalizados em nível municipal e estadual aproxima o cidadão dos processos decisórios da administração pública (NAVARRO; CUESTA; FONT,

2009; FONT, 2007; NOGUEIRA, 2009; GOHN, 2004). Além destes, assinalam o interesse em conhecer pessoas (CAYRES, 2009); a defesa de posição em situações que possuam caráter de conflito (MILANI, 2008; FONT, 2007); a percepção de demandas locais (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012) e o acesso às informações de quando ocorrem as oportunidades de participação (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012; NAVARRO; CUESTA; FUENTE, 2009). A *Exigência do trabalho* em participar de processos de participação também foi apontada por estes estudantes.

Deste modo, pode-se observar a possível articulação entre várias dimensões da consciência política (SANDOVAL, 2001) e a participação do sujeito, na medida em que os motivos apontados para participar se relacionam a aspectos voltados a diversas dimensões. Assim, as *crenças, valores e expectativas sociais* dos estudantes podem esclarecer se os mesmos consideram os mecanismos institucionalizados meios para exercer a cidadania e se o sentimento de estar implicado em assuntos públicos é compartilhado entre os que participam.

Na análise das percepções atuais dos estudantes que participam de mecanismos de participação sobre mecanismos institucionalizados e a utilização dos mesmos como método de governo, por meio de suas falas nas entrevistas, infere-se que os mesmos possuem uma visão favorável aos mecanismos de participação institucionalizados.

Então, eu sou a favor que o povo esteja sim, nas autarquias, no governo fiscalizando. Porque o dinheiro é nosso, então o que vai ser feito com ele, claro, o governo vai instituir, os determinados percentuais para cada instituição. Mas qual mal de uma pessoa, de um civil estar ali fiscalizando? Eu acho até uma forma boa de se evitar desvios, superfaturamentos e outras coisas erradas (**JAIRO, turno noturno, somente estuda, participa**).

Eu acho importante, por exemplo, a participação popular. Mas essa participação popular, ela não é aberta para todos, por exemplo, naqueles, para receber recurso federal de saúde, precisa ter né, aquelas..., os conselhos e tal. Não é qualquer cidadão que vai ter acesso. É tanto que para ter acesso, tem que ter um conhecimento muito específico... Eu, na minha opinião, não enfraquece o congresso, porque não é uma coisa que vai vir..., não vai ser imposta pela população (**SABRINA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Vem sim contribuir à gestão pública, contanto que tenha foco, que tenha uma agenda bem definida (**JOÃO PEDRO, turno noturno, estuda e trabalha**).

... é bom porque você bota mais um pouco do povo para interferir nessas políticas que são feita para eles mesmo, para o povo (**ANDRADE, turno matutino, somente estuda, participa**).

... eu acho que é uma oportunidade da população brasileira participar realmente de fato nas decisões e não o que eles querem, entendeu. Já que os políticos não estão fazendo por onde, já que todo mundo não tem uma visão muito boa de política no Brasil, acho que geral, então..., pô, super fiquei feliz agora com esta lei! (**JULIA, turno matutino, estuda e trabalha, participa**).

No entanto, foi possível observar pontos de vistas contrários à instituição da participação social como método de governo entre estudantes que também participam, não numa visão contra os mecanismos de participação, e sim aos modos de organização ou uso dos mesmos. Isto entre os estudantes que possuem uma participação com menor grau de envolvimento nos mecanismos assinalados, de ambos os turnos.

... eu acho que vai haver um fatiamento, vai lotear essa participação. Da mesma forma que eles fazem loteamento de cargos, eles vão lotear essa participação. Ah tal partido indica sei lá quantos representantes aqui. Se for essa forma de representar, a chance de eles lotearem essa participação aí é grande (**GARCIA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Eu sou um pouco contra ser uma ferramenta de gestão, porque as eleições servem para isso, para você colocar representantes. Então se eles estão lá, melhores ou piores que sejam, bem escolhidos ou não, eles foram escolhidos já para representar esses setores da sociedade que agora serão representados por eles mesmos dentro dessa política de participação. Então é simplesmente você colocar a mesma pessoa duas vezes para fazer uma coisa (**RONALDO, turno matutino, estuda e trabalha, participa**).

Então eu sou contra ..., apesar de eu gostar da ideia para você conseguir ideias e depois essas ideias que você tem através do orçamento, através das assembleias, você levar para um gabinete e falar, "pô, essa ideia é boa, vamos fazer isso" (**RONALDO, turno matutino, estuda e trabalha, participa**).

... eu acho que essa participação deve servir para mostrar o que os cidadãos, assim, as vontades dos cidadãos. Não que esses mecanismos tem que tomar decisão, por exemplo, ahn... Se todo mundo chega nessas assembleias, fala que sim. Não que o congresso, sei lá, vai perder o poder, mas que o congresso saiba, na hora de tomar a decisão dele, o que as pessoas pensam, entendeu? eu acho.... (**ROBERTA, turno matutino, somente estuda, participa**).

Na análise das entrevistas dos estudantes que participam é possível identificar alguns valores, como a percepção de que a participação social deve ser mais consultiva e não decisória. Assim se observa no último trecho citado anteriormente, assim se observa no trecho que se encontra abaixo. Vale ressaltar que esta percepção encontra-se presente entre os estudantes que participam, mas possuem uma atuação com menor envolvimento em mecanismos institucionais, ou seja, participam de forma a fazer parte (BORDENAVE, 1994).

Claro que é interessante! Depois que todo mundo der a sua opinião eles tirem algumas coisas mais coerentes. Não adianta o cara falar: "eu moro aqui, eu quero que bota o asfalto na minha rua", sendo que não passa

nenhum carro na rua dele (**ANDRADE, turno matutino, somente estuda, participa**).

Observa-se, deste modo, certa valorização de um corpo técnico que venha a filtrar as opiniões dos cidadãos. Além disso, percebe-se uma valorização do conhecimento técnico, demonstrando (um pouco) uma crença na incapacidade dos cidadãos em geral em participar dos processos de participação, principalmente os que se encontram à margem da sociedade.

Claro, nem todas as pessoas da sociedade vão ter um conhecimento técnico para propor ideias à altura necessária, mas muitas pessoas, vamos supor, acadêmicos da grande maioria, assim, são seres pensantes com boa estrutura... (**JAIRO, turno noturno, somente estuda, participa**).

Agora no caso do referendo os especialistas discutem e levam isso pra sociedade (**JOÃO PEDRO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Em alguns momentos a população não pode decidir... Que ela vai decidir com a emoção, né, que as pessoas são carregadas de emoção (**GARCIA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Interpreta-se que a crença de que os cidadãos brasileiros, em geral, não se encontram preparados para atuar nos processos de participação, fundamenta a concepção sobre os mecanismos institucionalizados dos estudantes que participam. Assim, consideram que estes mecanismos devem ser organizados de forma a se constituir mais numa captação de ideias para a gestão pública ou de comunicação das necessidades, insatisfações, do que de fato se constituir num processo de tomada de decisão. Isso, principalmente nos mecanismos de desenhos institucionais *de baixo para cima* (AVRITZER, 2008), arranjo no qual há livre entrada dos cidadãos, como orçamento participativo e mesmo as audiências públicas.

Infere-se que, em função destas concepções, os mesmos apresentam uma preferência por mecanismos como *referendo*, e demais *arranjos participativos virtuais*, ou seja, em mecanismos com arranjos de participação direta, como demonstrado por Gomà e Font (2007).

... eu acho o referendo algo muito interessante, porque é uma questão que vai ser bem discutida por especialistas da sociedade... Quando você coloca uma assembleia, por exemplo, acho que fica muito blá,blá, blá, muita conversa solta. (**JOÃO PEDRO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**)

...então, o referendo aí que eu marquei, foi o único referendo que eu já participei na minha vida que é o referendo do desarmamento. Que eu vi ali referendo aí eu me lembrei daquele único, que, eu achei bem frustrante, porque eu participei de um referendo e nunca mais teve nenhum. Eu achei que depois daquele iam ter vários (**GARCIA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Eu preferia o “sim ou não”, porque o debate ia ficar...o problema é que eu ia ficar nervoso e, porque as pessoas dificilmente concordam com a posição do outro./ ...porque tipo assim, vão ter pessoas na verdade, que não vão estar querendo discutir, vai estar para defender. Já vai chegar lá com a ideia pronta, chegar lá só para vender a ideia dele (**GARCIA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Há de se destacar, por outro lado, que os estudantes que participam nos mecanismos institucionalizados e que apresentam uma experiência mais atuante nas experiências de participação, possuem uma percepção de si enquanto capazes de intervir nas decisões de assuntos públicos por vias institucionalizadas. Percepção esta não tão visível entre os estudantes que participam de forma a fazer parte, ou seja, de atuação não tão ativa, visto que foi possível observar sentimentos de baixa capacidade de ação, adotando posturas conformistas, assim como sentimentos de capacidade de ação individualizada.

A contraposição das falas de Jairo e de João Pedro, ambos ciclistas, em relação à participação numa audiência pública para defender a manutenção de uma ciclovias numa rua do município onde reside, que havia sido recém instalada, num contexto em que os comerciantes da região solicitavam à Prefeitura retorno da faixa para os veículos, exemplifica muito bem estas percepções.

Infelizmente o poder ele pode atender quem tem mais influência. Talvez os comerciantes ali consigam fazer uma pressão maior no poder público pra tirar a ciclovias e os ciclistas, talvez não tenham tanta voz, apesar de que as causas do ciclismo pra defender a ciclovias também são bem interessantes né (**JOÃO PEDRO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Não, são muito unidos, independente das divergências internas dos subgrupos quando é um tema que vai gerar benefício a todos, então os ciclistas participam ativamente (**JAIRO, turno noturno, somente estuda, participa**).

Enquanto o primeiro desacredita da ação coletiva dos ciclistas, o segundo aposta na participação dos que possuem os interesses ameaçados, tendo uma percepção de ação por meios coletivos, no caso, por meio de audiência pública que ocorreria no Centro Comunitário do bairro envolvido. Neste sentido, cabe articular tanto os sentimentos de *eficácia política* como os de *interesses antagônicos e adversários*.

A articulação com a *eficácia política* ocorre também pela indicação dos estudantes na primeira etapa na vontade de melhorar as políticas públicas, sendo um indício de que os mesmos consideram que os mecanismos institucionalizados nos quais participam proporcionam meios para a melhoria dessas políticas. Tal indício se evidencia na fala da entrevista de Sabrina – estudante do turno noturno,

demonstrando acreditar que os mecanismos institucionalizados têm o potencial de gerar resultados.

... eu vejo que, às vezes com atraso e modificações, eles alcançam o resultado. E tem os que alcançam direitinho, mas geralmente são coisas pequenas e de curto prazo (**SABRINA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Interessante notar que entre os estudantes que participam, mas com experiências de forma a pouco se envolver com os mecanismos participativos institucionalizados, demonstram um sentimento de desconfiança de manipulação nos mesmos, principalmente nos que possuem arranjos abertos de participação.

A chance de você ter influências políticas ali e não estar sendo realmente decisão das pessoas, eu acho muito grande, as pessoas estarem sendo levadas a tomar aquela decisão, né? (**GARCIA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Só que quando eu vejo isso [*participação*] numa empresa privada eu já vejo uma dificuldade que eu acho que sempre o que os donos querem vai ser o que vai prevalecer independente do funcionário palpar que ninguém quer aquilo, se o dono quiser eu acho que vai acontecer. E quanto à influência do poder público eu acho que isso é maior ainda, entendeu? Eu acho que o que o governo quiser, o que é galera que tá no poder público quiser vai acontecer. Então eu acho que é muito, é muito difícil opinião da população ser levada em conta. (**JULIA, turno matutino, estuda e trabalha, participa**).

Deste modo, percebe-se por parte destes estudantes uma visão de que os mecanismos institucionalizados não corresponderiam aos sentimentos de eficácia política, estando mais próximo à visão dos estudantes que não participam.

Sabe-se que o desenvolvimento das visões de mundo dos sujeitos, de si, e de como se percebe no contexto das relações sociais, ocorre num processo psico-sócio-histórico das pessoas, de forma que a complexidade da realidade de cada um pode constituir sentimentos, que articulados, conformam a configuração da consciência política (SILVA, 2002; SANDOVAL, 2001,1994).

Deste modo, nas falas das entrevistas dos estudantes que participam dos mecanismos institucionalizados numa participação mais ativa, percebem-se evidências que se relacionam às dimensões *identidade coletiva*, se articulando com as *crenças, valores e expectativas sociais*. Percebem-se mais evidências de uma configuração de consciência política nas falas de Sabrina, estudante do turno noturno, que estuda e trabalha. Acredita-se que em função do seu processo psico-sócio-histórico, conforme exposto por Sandoval (2001, 1994) e SILVA (2002), ou seja, em função das relações sociais vivenciadas e contexto histórico de vida,

aliados ao modo com que a estudante interiorizou tais vivências, vindo a desenvolver uma consciência política.

Sabrina apresenta uma vivência muito presente à realidade do município onde reside desde sua infância, no caso, município pertencente à região metropolitana onde a universidade em estudo se localiza. Em seu relato, a mesma acompanhava algumas atividades do pai, que era filiado a partido político, o que acabou influenciando nos modos de como percebe os problemas sociais e sua decisão de atuar na esfera pública. No cargo que ocupava no IBGE, realizando pesquisas nas casas de seu município, presenciou alguns problemas sociais locais, que aliado às suas experiências anteriores, fizeram despertar um sentimento de estar implicada em assuntos públicos.

Algumas audiências públicas, aquelas assembleias em comunidades, assembleias comunitárias, porque o meu pai ele é ligado a um partido político. E lá ... [município onde reside], ele participou de algumas eleições diretamente, com alguns candidatos, e ele me levava (**SABRINA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

É, e eu acabei participando, indo para acompanhar, gostando, me envolvi também com o partido, na ala jovem... (**SABRINA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Foi um, não sei se a palavra certa um exemplo, uma herança do meu pai que é envolvido até hoje. Eu sei que é importante essa participação, mas eu ia mais porque ele ia entendeu? Porque ele me ensinou que era importante, e eu ia. Mas eu não conseguia compreender direito porque era importante. Aí depois que eu comecei a trabalhar no serviço público que eu vi que é muito importante, e aí eu comecei a me envolver mais (**SABRINA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Interpreta-se, no caso de Sabrina, a partir do breve relato de sua vida e experiências anteriores com participação associativa ou política, que as redes interativas construídas ao longo de sua vida (LUCHMANN; BORBA, 2007), fez despertar um sentimento de estar implicada em assuntos públicos (MILANI, 2008; FONT, 2007), e assim ter uma motivação à participação cidadã. Por outro lado, sua percepção da importância de se estar implicada em assuntos públicos foi acentuada no contexto da execução do trabalho quando ocupava cargo no IBGE, quando teve um contato mais direto com os problemas sociais enfrentados pela população em sua região local.

Em relação à expectativa de vida e sentimentos de pertencimento a alguma categoria social, observa-se nas falas dos estudantes que participam, principalmente

do turno matutino, que os mesmos apresentam dúvidas sobre a sua expectativa de vida, dando ênfase ao âmbito profissional.

Essa é a parte mais difícil.... Ahn, para falar a verdade, eu não sei. (**JULIA, turno matutino, estuda e trabalha, participa**).

Penso em fazer o (MBA) ou alguma coisa no exterior e talvez abrir um próprio negócio (**ROBERTA, turno matutino, somente estuda, participa**).

Eu tenho muita dúvida ainda, eu estou... sétimo para o oitavo período o semestre que vem, não sei ainda o quê que eu vou fazer... (**ANDRADE, turno matutino, somente estuda, participa**)

Já Sabrina apresenta uma intenção em continuar na área pública. Tal intenção é compartilhada também por outros estudantes que participam nos mecanismos institucionalizados, do turno noturno, que estudam e trabalham.

Eu espero..., eu vou fazer um concurso, na área de segurança pública, eu espero passar e me especializar nessa área (**SABRINA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Eu só me identifico com essa área, com essa classe, já é muita coisa [risos]. (**SABRINA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Bom, eu espero passar num concurso de nível superior, aí ter uma estabilidade maior né? Porque a remuneração hoje no serviço público você não sabe né, que você não tem uma periodicidade de reajuste né? Então você tem que estar sempre fazendo outro concurso para poder ganhar mais. (**GARCIA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

...hoje eu me identifico com os estudantes, servidores. Mais servidores do que estudantes (**GARCIA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Há de se considerar que a maioria dos estudantes de administração que participam e que possuem uma característica de baixo envolvimento não se identifica com uma categoria social específica. Acredita-se que a isso se deve a um estilo de vida fragmentado, não facilitando o desenvolvimento de vínculos recíprocos num coletivo, o que dificulta o desenvolvimento de uma identidade coletiva, como exposto por Sandoval (2001). A fala de Roberta, estudante matutino, que somente estuda, bem resume este estilo de vida.

Por exemplo, eu sempre, eu fazia esporte dia de segunda, fazia não sei o quê terça, quarta, todo dia, então eu tenho vários grupos diferentes. Mas não de um determinado assunto... (**ROBERTA, turno matutino, somente estuda, participa**).

Deste modo, tem-se Sabrina e Garcia, estudantes do turno noturno que se identificam com o universo do funcionalismo público, enquanto que Jairo e João Pedro, também do turno noturno se identificam com os ciclistas.

No caso específico dos estudantes do turno noturno, há de se considerar a articulação das dimensões anteriores com os *interesses antagônicos e adversários*,

visto que a defesa de seus interesses em circunstância de conflito também foi apontada como justificativa para participação pelos mesmos. Tal justificativa evidencia que estes estudantes consideram que os mecanismos institucionalizados dos quais participam possibilitam a defesa de seus interesses em circunstância de conflito, vindo a influenciar em sua decisão quanto a participar dos mesmos.

No exemplo exposto anteriormente, infere-se que Jairo percebe os demais ciclistas como aliados, e os comerciantes como adversários, visto que os comerciantes solicitam à Prefeitura de Vila Vela a retirada de uma ciclovia, alegando que a instalação desta faixa impactaria negativamente nas vendas dos pontos comerciais instalados na Avenida Doutor Jair de Andrade. Na análise de sua fala, percebe-se claramente que a motivação de sua participação se deve à defesa de sua posição numa situação que possuía caráter de conflito, aliada ao sentimento de pertença ao grupo de ciclistas, ou seja, de uma identidade coletiva.

Uma das ruas do bairro foi feito uma ciclo faixa, ligando a extremidade do bairro até a praia. Os comerciantes foram contra, falaram que ia diminuir a quantidade de pessoas nas lojas deles, porque era uma mão, contramão e estacionamento dos dois lados, tiraram um lado do estacionamento e fizeram uma ciclo-faixa, então os comerciantes foram contra essa medida da prefeitura. Fizeram até abaixo assinado para tirar a ciclo faixa para voltar ao estacionamento./ Tenho a cultura de não participar, mas como seria uma coisa que me afetaria diretamente, mesmo eu não usando constantemente essa via, no horário de pico... [erguendo os ombros] / É, eu mesmo já tinha dito, quando há um interesse as pessoas buscam, aí quando não há interesse as pessoas...[erguendo os ombros e balança a cabeça] (**JAIRO, turno noturno, somente estuda, participa**)

Para isso, ajudou a mobilizar seus aliados por meio de recursos da *internet*, ajudando a divulgar a audiência pública que ocorreria no Centro Comunitário do bairro envolvido, para se discutir a ciclovia referida.

Sim, foi divulgado por uma página, (*Facebook*), vamos dizer assim, uma rede social na *Internet*, que os comerciantes estavam fazendo um abaixo assinado para tirar a ciclo faixa e haveria uma reunião no centro comunitário, no dia tal em determinado horário para discutir isso junto à prefeitura. Se a população realmente queria aquilo. Então vieram ciclistas de outros municípios... (**JAIRO, turno noturno, somente estuda, participa**).

Deste modo, a partir da experiência de participação de Jairo, observa-se uma relação com os Sentimentos de *justiça e injustiça*, na medida em que percebe no conflito com os comerciantes a possibilidade de retirada da ciclovia pela Prefeitura como uma injustiça, motivando-o a participar. Percebe-se uma relação com a *vontade de agir coletivamente*, pois avalia que sua participação contra a ameaça de retirada de uma ciclovia no bairro, que lhe interessa, promove mais benefícios do

que custos. Articula-se ainda, com a dimensão de *metas e ações do movimento*, visto que demonstra perceber conexão entre objetivos do processo, no caso, a audiência pública, as estratégias de atuação desenhadas por ele e os sentimentos de injustiça mediante os interesses antagônicos, bem como a percepção de eficácia política, dimensões do modelo de consciência de Sandoval (2001).

Cabe ressaltar que somente os alunos do turno noturno justificam sua participação nos mecanismos institucionalizados por considerar que tais mecanismos aproximam o cidadão dos processos decisórios da administração pública (NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009; NOGUEIRA, 2009; FONT, 2007; GOHN, 2004). Acredita-se que isto se deve à experiência de participação nos mecanismos institucionalizados pelos governos estadual e municipal terem sido mais evidentes entre os estudantes de administração do turno noturno.

Na análise das falas de Jairo e Vitório em comparação com as dos demais estudantes que participam nos lugares públicos de participação, entende-se que a motivação para participar do CALAD na gestão 2014 muito se deve à influência da gestão anterior. Isso em função de uma perspectiva de redes interativas (LUCHMANN; BORBA, 2007), vindo a influenciar na formação inicial de uma *identidade coletiva* entre os estudantes do CALAD da gestão de 2014, enquanto estudantes de administração que visam melhorias no curso e na comunidade estudantil.

Observa-se uma consideração da atuação da gestão de 2013 como mais ativa, demonstrando valorizar suas ações. Percebe-se, inclusive, certa admiração dos membros de 2013 entrevistados, ou seja, Jairo e Vitório, com a liderança da gestão anterior do CALAD. Assim, quando do período eleitoral para inscrições dos candidatos à gestão de 2014 do CALAD, instigados a formar uma chapa pelos componentes do CA de 2013, Jairo e Vitório entenderam como sendo adequado formar uma chapa, visando compartilhar as atribuições do Centro Acadêmico com os novos componentes.

Em suas entrevistas, estes estudantes apresentam uma concepção de que o CALAD deveria atuar numa estrutura organizacional funcional, em que cada componente assumiria uma função neste centro. Assim, em suas concepções, não ficaria

“pesado para ninguém”, segundo Vitório, permitindo dessa forma a representação estudantil nos canais de decisão.

Uma gestão bem dividida e bem determinada em suas funções, dentro de cada função eu determino o que cada um pode fazer. Fazendo isso, eu não sobrecarrego. Porque se eu, por exemplo, tenho uma demanda administrativa de solicitação de aluno, eu tenho que ter um procedimento de emissão de documentos. Receber, quem recebe é fulano de tal, fulano de tal tem que passar para quem? Passa para fulano de tal. Eu digitalizo esse procedimento, por exemplo, então eu faço com que cada pessoa fique com uma parte do processo, não sobrecarregue./ E aí ela aplica as ferramentas que ela tem, aumenta a sua crítica política dentro do CA, amplia a sua capacidade política e o CA revive novamente e se retroalimenta. Atende às demandas dos alunos e os alunos levam demandas para o CA. (**VITÓRIO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Verifica-se, deste modo, a articulação de suas *crenças, valores e expectativas sociais* com os sentimentos de *eficácia política e identidade coletiva*, na busca pelos interesses coletivos, enquanto universitários de administração, influenciando a *vontade de agir coletivamente*.

No entanto, observa-se que a *identidade coletiva* que se encontrava em formação não se desenvolve em sua plenitude devido às rupturas do sentimento de reciprocidade, de forma que os interesses particulares se sobrepõem à coletividade no decorrer das atividades no ano de 2014. Vitório, por exemplo, argumenta que se viu envolvido no movimento estudantil e no próprio CALAD movido pelo interesse em aprender aspectos políticos no universo da academia. Mas, por estudar e trabalhar, sua experiência de participação no CALAD lhe proporcionou uma reavaliação dos custos da participação no decorrer da gestão de 2014, afetando a sua *vontade de agir coletivamente*.

Desta forma, Vitório renuncia ao seu cargo de presidente no Centro Acadêmico por considerar que o envolvimento com o mesmo estava prejudicando seu desempenho no curso de Administração. Esta decisão foi tomada antes da realização da entrevista, em agosto de 2014, mas ainda estava em processo de formalização perante à comunidade acadêmica. A partir da renúncia, o vice-presidente não aceitou assumir o cargo. Portanto, os membros do CALAD em uma reunião decidiram pelo encerramento da gestão 2014, conforme relatado por Jairo. Tal reunião, segundo Jairo, ocorreu uma semana antes da sua segunda entrevista para esta pesquisa, realizada no início de setembro/2014.

A avaliação dos custos da participação por Vitório é citada como motivo pelos demais estudantes que participam de lugares públicos para não se envolver neste mecanismo. Na análise de suas falas, percebe-se a avaliação dos ganhos e perdas provenientes de sua participação, além da relação com redes interativas, como se observa nos trechos abaixo descritos.

Eu já tive..., o pessoal da EJ já teve muita vontade de tentar montar uma chapa. Mas pra gente montar uma chapa e fazer um bom trabalho, a gente teria que desistir do trabalho dentro da EJ, e eu não queria sair da EJ (**JULIA, turno matutino, estuda e trabalha, participa**).

Eu ajudei, elaborei, tracei o percurso, falei o que precisa fazer, o que é que a gente precisa pra atrair público, o que precisa ter no momento do pedalaço [*atividade esportiva realizada pelo CA para integração dos estudantes adm.*]. Mas, eu não tenho assim, uma participação *vultativa* [*no sentido de uma participação mais ativa*] por falta de tempo. Interesse eu até teria de ajudar por conta dessas questões de grade e a gente tem problema com professor também, de solicitar... mas a questão é o tempo (**JOÃO PEDRO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**)

Verifica-se que Jairo e Vitório percebem o Centro Acadêmico como um local a ser ocupado pelos universitários na busca pelos seus direitos, evidenciando sentimentos de *eficácia política*, como se observa nas falas abaixo.

Pelo motivo que o movimento estudantil ele nunca que é..., ser..., como eu vou dizer, assim..., nunca quer diminuir, ele sempre quer ajudar, quer somar. Apesar que muitas pessoas não verem ele, “ah aquilo é revoltazinha”, “é utópico”, mas eu vejo que o movimento estudantil quer somar aqui dentro do meio acadêmico, dos alunos aqui na universidade. Então, é porque quer ajudar. Claro, tem pessoas que estão ali, são extremistas, com certeza. Mas outras não (**JAIRO, turno noturno, somente estuda, participa**).

Olha, eu vejo o (CA) como uma grande oportunidade de a pessoa desenvolver as habilidades e as ferramentas que ele adquire no curso e uma grande oportunidade também de a pessoa se expandir politicamente. Não que ela vá ser político porque está no (CA), mas ela vai despertar um senso mais crítico para aquilo que é ofertado para ela, porque o centro acadêmico tem por natureza defender os direitos dos alunos e os interesses dos alunos. Ele nasceu em uma época de ditadura, então aquela imposição fazia o (CA) ser muito mais ativo. Hoje não é tanto porque o cenário mudou, mas isso não significa que o objetivo do (CA) ficou nulo, porque existem ainda pendências, existem ainda percalços e existem demandas dos alunos que precisam ser atendidas, qualidade de ensino, qualidade nos processos, qualidade nos setores administrativos,... Como fala? Mediar conflitos entre professores e alunos, defender requerimentos, requisições dos alunos nos colegiados, nos departamentos,... (**VITÓRIO, turno noturno, somente estuda, participa**).

Interessante notar que da fala de Jairo o mesmo considera haver perante a comunidade estudantil uma imagem pejorativa dos componentes do CALAD enquanto sujeitos de posturas mais radicais. No entanto, apesar de concordar que alguns componentes tenham esta conduta, não aceita a generalização desta

imagem aos integrantes do CALAD como um todo. Percebe-se ainda que o mesmo considere que, apesar destas posturas, o movimento estudantil busca alcançar um bem coletivo, ou como dito por Jairo na entrevista: “é porque quer ajudar”.

Na entrevista de Julia, observa-se que a mesma também reconhece o Centro Acadêmico como um lugar a ser ocupado pelos estudantes adm., evidenciando sentimentos de *eficácia política* do mesmo. No entanto, percebe algumas falhas que se articulam com as *metas e ações do movimento*, fazendo com que repercuta em sua ineficácia, de forma a contribuir ao desenvolvimento de uma visão negativa deste mecanismo. Percepção esta compartilhada pelos demais estudantes que participam de lugares públicos participativos, como João Pedro e Garcia.

Então, acho que falta..., muita falta de conhecimento e também falta de quem tá na liderança desses lugares de realmente mostrar serviço... “a gente tá aqui pra ouvir a opinião de vocês”. Igual, o CA é responsável por levar as reclamações dos alunos até o colegiado do departamento, é de responsabilidade do CA, se o professor não tá vindo aí, tem dois, três meses que o professor não aparece no primeiro período, ou tem um professor que dá uma prova que reprova todo mundo tem 2, 3 semestres... Então, é responsabilidade do CA. Esse conhecimento, ter meios que tragam essa informação para eles, porque os alunos não estão em todas as aulas para repassar isso pra melhorar o curso..., mas não faz entendeu. (**JULIA, turno matutino, estuda e trabalha, participa**).

Olha, eu não sei os outros alunos, mas a minha experiência pessoal já há 7 períodos aqui... É que os centros acadêmicos, pelo menos no nosso curso, eles são pouco assim, apagados, escondidos. (**JOÃO PEDRO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Eu acho que o estudante é o pior de todos, porque eles estão no mesmo nível que a gente, mas quem está nesse grupo, não sei por que eles se sentem superiores aos demais... ...não sei se eles têm, mas eles transmitem isso. De que eles, por participarem dessas decisões, que são políticas, né, eles estariam um passo à frente dos outros. (**GARCIA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Embora Jairo e Vitório, componentes da gestão 2014 do CALAD, avaliem o mesmo como um mecanismo eficaz politicamente, ambos citam dificuldades para reverberar suas ações em resultados. Como motivo para esta ineficácia, Vitório aponta a falta de pessoas envolvidas com as atividades do Centro Acadêmico por considerar que não obterão retorno com sua participação. Jairo apresenta a pouca procura por parte dos estudantes adm. para solucionar seus problemas. Isso, em face de uma imagem negativa que a comunidade estudantil do curso de administração possui sobre o CALAD, como se observa nas falas abaixo.

Eficácia, hoje? Não. Por falta de gente./ As pessoas não se envolvem, porque a primeira coisa que se pergunta em um CA é qual vai ser o meu

retorno, o que eu vou ganhar com isso. (**VITÓRIO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

O centro acadêmico, a administração, eu como participante do centro, eu acho que não está alcançando, porque apesar de a gente sempre estar ajudando os alunos, a visão do centro acadêmico é muito fraca, assim, a publicidade dentro dos alunos é uma coisa assim, último recurso, não é uma coisa que a pessoa, a primeira coisa, "o centro acadêmico", sempre está em último, o último recurso que o aluno tem é procurar o centro acadêmico. (**JAIRO, turno noturno, somente estuda, participa**).

No levantamento realizado sobre a participação dos estudantes nas reuniões do Departamento de Administração via sistemas de atas da universidade, junto ao Chefe do Departamento do curso, verificou-se nenhuma participação de um integrante do Centro Acadêmico da gestão de 2014 como representante estudantil. Segundo o Regimento Geral da Instituição (UFES, 2014) as reuniões dos Departamentos de Cursos ocorrem ordinariamente duas vezes a cada mês. Assim, até a execução desta pesquisa, das 12 reuniões realizadas, entre fevereiro e início de setembro no ano de 2014, não se teve representação estudantil por parte do CALAD na gestão 2014. Entretanto, houve a participação de integrante da gestão de 2013 como representante estudantil na primeira reunião (10 de fevereiro de 2014), informando, no caso, o desligamento do mesmo do Centro Acadêmico e formalizando o repasse da representação estudantil à nova gestão.

Quando questionados por que não participam nas reuniões do Departamento de Administração, Vitório e Jairo apresentam motivos diferentes para não participar, como exposto nos trechos abaixo.

Olha, eu nunca fui à reunião do departamento nesse período que eu estava..., porque as reuniões sempre eram em horários comerciais, eu trabalho 8 horas por dia... Normalmente as reuniões acontecem na sexta-feira às 2 horas da tarde (**VITÓRIO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Possivelmente eles [*presidente e vice-presidente do CA*] tiveram algum problema com horário e não atenderam a essa demanda e também não passaram para outra pessoa, porque eu mesmo sou parte do centro acadêmico e não sabia. / Pode ter ocorrido um problema de comunicação interno (**JAIRO, turno noturno, somente estuda, participa**).

Na análise da resposta destes estudantes pode-se observar certa verticalização na estrutura do CALAD, de forma que as informações não são compartilhadas entre seus membros, visto a reação de surpresa esboçada por Jairo. Infere-se que a falta de repasse da informação se deve à percepção de que os estudantes adm. não se envolvem com as atividades do Centro Acadêmico dos cursos de Administração.

Apesar de conhecer o problema apresentado de falta de representação estudantil nas reuniões do Departamento e Colegiado de Administração, o presidente do CALAD negou à época a solicitação de uma estudante de administração para exercer esta representação. Infere-se que tal negativa ocorreu por ser a estudante membro da EJCAD. Isto porque na justificativa desta decisão, observa-se nas entrevistas, uma preocupação dos membros do CALAD em evidenciar a legitimidade política do Centro Acadêmico, demonstrando, em suas concepções, um embate político com a EJCAD. Deste modo, podem-se verificar *crenças, valores e expectativas sociais* de que o CALAD é o mecanismo legitimado para lidar com assuntos estudantis e que não caberia à EJCAD, personificada na referida estudante, atuar em área que não é de sua competência.

Mas, em contrapartida disso, por trás de tudo isso tem essa coisa que eu te falei da EJCAD, da empresa júnior querer se elevar aqui no centro, no centro. (**VITÓRIO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Vale ressaltar, a visão dos demais estudantes que participam de lugares públicos participativos sobre o colegiado e reuniões departamentais. Tais estudantes expressam *crenças, valores e expectativas sociais* de que por desfrutar de poucos recursos ao exercer a representação, os estudantes de administração intimidam-se nestes mecanismos, não exercendo o papel que deveriam cumprir.

Sim, verdade, verdade, tem. Que não ajuda muita coisa, os professores tomam todas as decisões. / Tem muitas vezes que o líder não vai, quando vai só fica olhando, às vezes por intimidação, não direta, "não fala nada", mas intimidação de estar ali no meio de um monte de professor você virar e se falar uma besteira, você toma pau na aula. (**RONALDO, turno matutino, estuda e trabalha, participa**).

Eles não agem, não tem uma voz muito ativa nem dentro aqui do curso com os próprios alunos e nem representando os alunos também onde tem que representar. (**JOÃO PEDRO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Assim, observa-se articulação entre as *crenças, valores e expectativas sociais* com os sentimentos de *eficácia política*, implicando negativamente nos sentimentos de *vontade de agir coletivamente* nestes mecanismos.

Apresentada a análise dos motivos que levam os estudantes de administração a participar dos mecanismos institucionalizados, segue no próximo tópico a descrição da análise dos motivos porque não participam destes mecanismos.

4.1.2 – Motivos dos estudantes da graduação em administração da universidade analisada para não participar nos mecanismos institucionalizados pelo governo do estado e municípios.

Os resultados evidenciam uma maior inclinação à indisposição em participar nos mecanismos institucionalizados entre os estudantes do turno matutino, de ambos os sexos e ocupação. Na análise dos resultados da indisposição em participar nos mecanismos institucionalizados apurados na primeira etapa, infere-se que os estudantes de administração do turno matutino possuem percepções diferentes dos estudantes do turno noturno no que se refere aos mecanismos institucionalizados. Isto pelos indícios de indisposição em participar destes mecanismos pelos estudantes de administração do turno matutino ocorrer em maior evidência quando comparado com os do turno noturno. Deste modo, é possível inferir que a composição da consciência política destes sujeitos ocorre de forma diferenciada, principalmente no que se referem às *crenças, valores e expectativas sociais*.

Entre os motivos apontados na primeira etapa pelos estudantes por que não participam e não pretendem participar dos mecanismos institucionalizados, estudantes de ambos os sexos consideram que nestes lugares as ideias dos sujeitos são manipuladas e receiam esta manipulação (TEIXEIRA, 1997). Assim, não participam e não pretendem participar. Infere-se que a dimensão de *Justiça e Injustiça* da consciência política destes sujeitos apresenta sentimentos de que os mecanismos institucionalizados não são os meios adequados para se promover a resolução de injustiças. Infere-se que estes sujeitos acreditam que nestes mecanismos ocorram injustiças, visto que na percepção dos mesmos há manipulações. Desta forma, é possível a articulação da dimensão de *justiça e injustiça* com as *crenças, valores e expectativas sociais*.

Mas a ideia inicial de todos é a justiça... tem que observar esses cuidados desses interesses partidários, se não vira injustiça (**FERNANDO, turno matutino, estuda e trabalha, participa**)

...é porque se for bem conduzida essa discussão, injustiça provavelmente não deve acontecer. / Eu acho que se foram minimamente bem utilizados, injustiça ele não vai fazer. A não ser que eles sejam muito mal utilizados, não é o caso de mecanismos de, não, é um caso explicitamente de participação da sociedade. Aí você eleger um cara que não sabe nem o que, que vai fazer, é totalmente uma irresponsabilidade da população, das pessoas que fizeram isso. E aí você acaba prejudicando um todo (**BENE, turno noturno, estuda e trabalha, não participa**).

Os estudantes de administração do turno noturno também indicaram o receio de manipulação nos mecanismos institucionalizados. Na análise das falas dos estudantes que não participam nos mecanismos institucionalizados, evidenciam-se sentimentos de que práticas consideradas incorretas o afastam do coletivo. Nas entrevistas realizadas, tais percepções foram mais visíveis na fala do estudante Caíque, do turno noturno, que estuda e trabalha.

Eu vejo, eu quero mudar, igual eu estava falando, eu quero melhorar a situação e tal, só que às vezes quando eu vejo que vai envolver interesse político eu prefiro não... Apesar de querer mudar, quando eu vejo que vai envolver um interesse político eu deixo de lado. (**CAÍQUE, turno noturno, estuda e trabalha, não participa**).

É possível verificar uma descrença nos mecanismos de participação institucionalizados, em função de receio de manipulação dos mesmos para fins eleitorais.

Então, tipo assim, a gente sabe que infelizmente isso não vai acabar sendo usado como se deve ser usado. Vai acabar sendo usado aí para realmente defender o interesse de poucos e não da sociedade (**FERNANDO, turno matutino, estuda e trabalha, não participa**).

Mas é aquilo que eu ressalto, é a questão de você tem que ter esse controle, e saber apurar essas informações, porquê da mesma forma que uma pessoa pode votar e falar que um buraco é mais importante do que uma escola, ela pode não ter uma opinião formada a respeito disso e estar sendo manipulado ali por trás (**HELENA, turno matutino, estuda e trabalha, não participa**).

Antes de entrar no curso de administração eu já tinha essa concepção, de que os mecanismos são espaços de manipulação, etc. A gente sabe que tem, eu sabia que tinha (**ALIANDRA, turno noturno, estuda e trabalha, não participa**).

Neste sentido, o receio de manipulação pode estar associado ao sentimento de insegurança e incerteza em relação às instituições, o que eleva os custos da participação sociopolítica (RENNÓ JR, 1999), fazendo com que compartilhem sentimentos de desconfiança. Sendo assim, tais sentimentos afetam também a *vontade de agir coletivamente* de forma negativa, pois a decisão final de participar se relaciona a não participação.

Tal inferência pode ser atestada quando cerca de 40% dos estudantes do turno matutino apontam que não pretendem participar nos mecanismos institucionalizados dos quais não participam por não acreditarem na eficácia dos mesmos. Observa-se, assim, que tal consideração indica a articulação entre as dimensões da consciência política destes estudantes quanto a *crenças, valores e expectativas sociais, eficácia política, interesses antagônicos e adversários*, assim como a *vontade de agir*

coletivamente, resultando na falta de participação nos mecanismos participativos institucionalizados. Isto por demonstrarem uma concepção de que estes mecanismos não são meios adequados para resolução de problemas sociais, não repercutindo no sentimento de eficácia política, o que acarreta na avaliação deles como sendo melhor não participar.

Embora as questões de não participar seriam muito mais a questão do tempo livre, a questão de não ter conhecimento de que vai acontecer, quando vai acontecer, por que, que vai acontecer. Mas também essa questão de “ah, se eu soubesse que eu indo lá a chance de ter um resultado” ou não só eu mas se eu me envolvesse para levar mais gente, soubesse que vai dar um resultado positivo, vai ter um retorno depois mesmo falando “não vai ser assim por causa disso”, mas um retorno de verdade, acho que seria mais fácil eu ter interesse (**BENE, turno noturno, estuda e trabalha, não participa**).

Interessante destacar que estudantes de ambos os turnos apontam como motivos por que não pretende participar nos mecanismos institucionalizados dos quais não participam a falta de tempo livre (FUENTE, 2010; FONT, 2007), além de nem sempre ficarem cientes das oportunidades de participação. No entanto, infere-se que tais motivos tornam-se de relevância menor quando comparado aos sentimentos de desconfiança devido ao receio de manipulação das ideias, conforme citado anteriormente.

Por outro lado, embora atualmente não participem nos mecanismos institucionalizados, alguns estudantes se demonstram predispostos a participar dos mesmos. Entre os motivos apontados pelos estudantes para a predisposição em participar destes mecanismos, destacam-se: *Interesse em exercer a cidadania; Interesse em melhorar as políticas públicas; Gosto de estar implicado em assuntos públicos; e Mecanismos participativos institucionalizados em nível municipal e estadual aproxima o cidadão dos processos decisórios da administração pública*. Isso em ambos os turnos, independente de sexo e ocupação.

Na análise destes motivos, verifica-se um paralelo entre as considerações destes estudantes com os que participam nos resultados apurados na primeira etapa desta pesquisa. No entanto, a predisposição em participar não se constitui na participação em sua efetividade. Desta forma, infere-se que pela falta de participação, a composição da consciência política destes sujeitos deve ocorrer de forma a prevalecer uma consciência do senso comum, em que os valores sociais e políticos

se apresentam como modismos presentes na vida cotidiana das pessoas, conforme apontado por Reck (2005).

Por outro lado, esta predisposição pode evidenciar o início de uma resignificação dos mecanismos de participação, visto que das falas dos estudantes de administração que não participam se esboça uma visão favorável quanto à institucionalização dos mesmos enquanto método de governo. No entanto, assim como os estudantes que participam de mecanismos participativos institucionalizados de forma a fazer parte (BORDENAVE, 1994), das falas dos estudantes que não participam têm-se indícios do entendimento da participação enquanto mecanismo consultivo.

Eu acho que vem a colaborar sim, porque a população ultimamente anda muito insatisfeita com as coisas que vem sendo feitas, então se a população puder participar, o governo vai poder atender as necessidades. Mas assim, sempre tem que ter algum mecanismo para dominar, entre aspas, a sociedade... Acho que tem que um pouco de assim, ouvir a opinião, mas quem manda sou eu. Mas de uma certa forma atendendo também a sociedade, não ouvir e fazer o que quer. Ouvir e atender...(VANDA, turno matutino, somente estuda, não participa).

Então eu acho que tendo esse cuidado e com um certo filtro a respeito das informações, das próprias sugestões, eu acho válido (HELENA, turno matutino, somente estuda, não participa).

A falta de participação nos mecanismos institucionalizados, em parte, também pode ser compreendida pela análise do desconhecimento dos estudantes de administração destes mecanismos, bem como das causas citadas por eles para este desconhecimento.

Observa-se que estudantes de ambos os turnos destacam como os mais desconhecidos os *Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Conferências, Fóruns Temáticos, Referendo, Planejamento Plurianual on line* (governo estadual) e *Planejamento Plurianual on line* (governo

Possivelmente o desconhecimento destes mecanismos institucionalizados se deve a pouca divulgação dos mesmos a sociedade, o que pode ser atestado quando observadas as causas atribuídas pelos estudantes em seus questionários para o desconhecimento dos mecanismos indicados. Entre as causas mencionadas destaca-se a falta de divulgação, como também se observa nas falas dos estudantes na análise das transcrições das entrevistas.

É interessante participar, mas como eu já te falei, nem sabia disso, aí é um problema meu de não ter procurado, e deles também de não ter divulgado

também, mas é interessante. (**ANDRADE, turno matutino, somente estuda, participa**).

Por outro lado, demais causas indicam novas considerações para o desconhecimento e mesmo compreensão dos motivos para não participar. É o caso da falta de interesse por assuntos públicos e política, o que evidencia interesses outros que não o mundo público, como já trabalhado em tópicos anteriores.

Eu não tenho interesse de ser a pessoa que está lá realmente envolvida com o processo todo (**BENE, turno noturno, estuda e trabalha, não participa**).

Foi apontado ainda na primeira etapa como motivo para não participar, a falta de contato com pessoas envolvidas com participação nestes mecanismos, o que vai ao encontro com as ideias de Luchmann e Borba (2007) de que as redes de interação construídas ao longo da vida das pessoas definem a identidade das mesmas, podendo facilitar ou dificultar a participação.

Interessante relatar que uma das causas levantadas pelos estudantes do turno matutino atribui o desconhecimento à falta de orientação do curso de administração, visto a irregularidade de oferta da disciplina que trata de gestão pública. Refere-se, no caso, à disciplina Administração Pública, que é ofertada como optativo pelo curso matutino (UFES, 2007). Deste modo, percebe-se por parte destes estudantes uma responsabilização do curso para o desconhecimento dos mecanismos de participação indicados como desconhecidos. Por outro lado, há de se destacar a falta de interesse em conhecer tais mecanismos, o que evidencia o pouco interesse em conhecer tais mecanismos.

Exposta a análise dos motivos da participação ou não em mecanismos participativos institucionalizados pelos estudantes de administração, segue abaixo a descrição da análise dos motivos da participação ou não, relacionados aos mecanismos não institucionalizados.

4.2 – Motivos dos estudantes da graduação em administração da universidade analisada para (não) participar nos mecanismos não institucionalizados

Neste tópico os resultados são apresentados tendo como parâmetro o objetivo específico deste trabalho que se refere à análise dos motivos dos estudantes de graduação em administração da instituição analisada para (não) participar nos

mecanismos participativos não institucionalizados, ou seja, em ações coletivas ou movimentos coletivos não convencionais. Para isso, foram considerados os resultados do questionário e a análise de conteúdo das falas dos estudantes a partir das transcrições das entrevistas individuais realizadas.

4.2.1 – Motivos dos estudantes de graduação em administração da universidade analisada para participar nos mecanismos não institucionalizados.

Os resultados apurados no questionário sugerem que os estudantes de administração estão mais voltados à participação nos mecanismos não institucionalizados do que nos institucionalizados. A princípio, faz-se remeter à ideia de Sabucedo (1996), no que se refere à identificação entre os jovens por mecanismos não institucionalizados, embora se saiba que nem somente de jovens se compõe os estudantes universitários de administração.

Entre os mecanismos não institucionalizados, destacam-se entre os estudantes do turno matutino a Associação que se organiza com alguma causa, Abaixo-assinado *On line* e Movimentos Sociais. Já entre os estudantes do turno noturno, além destes, destacam-se também os Protestos/ Manifestações.

Neste contexto, ressalta-se o indicativo de participação dos estudantes de administração em Abaixo-assinado *On line* em ambos os turnos. Tal ênfase neste tipo de participação pode evidenciar as *crenças e valores* de que a participação por meio de recursos tecnológico-comunicacionais não institucionalizados pode ter sua eficácia política repercutindo na *vontade de agir coletivamente*. Isso, por possivelmente avaliarem estes mecanismos como o meio adequado para se participar. Por outro lado, tal ênfase neste tipo de participação pode estar associada ao baixo custo de participação, vindo a influenciar em sua decisão de participar.

Na análise das falas dos estudantes nas transcrições das entrevistas, percebe-se que a participação nos Abaixo-assinados *On line* mais se relaciona a uma participação em função dos baixos custos de participação, não demonstrando um comprometimento com a causa requerida, visto que não se busca os resultados da petição.

Eu escrevo lá, “eu sou a favor”. Mas eu nunca pergunto “o quê que deu aquilo lá”. Os abaixo assinado que eu participei eu não lembro de ter visto qual foi o resultado não (**ANDRADE, turno matutino, somente estuda, participa**).

Eu participo, porque a gente sempre tem aquela esperança de que a gente vai mudar, de que pode mudar. E tem essa questão da comodidade também, eu não preciso sair me deslocar pra outro lugar pra poder participar (**JOÃO PEDRO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Entre os motivos para participar nos mecanismos não institucionalizados apontados pelos estudantes na primeira etapa da pesquisa, ambos os turnos apontam o interesse em exercer a cidadania (CAYRES, 2009; MILANI, 2008). Tal motivo relaciona-se com a dimensão *crenças, valores e expectativas sociais* (SANDOVAL, 2001), uma vez que a visão dos mecanismos não institucionalizados expressam o espaço ideal para o exercício da cidadania a que se referem.

Nas falas dos estudantes que participam nos mecanismos participativos não institucionalizados, observa-se uma percepção favorável, principalmente aos movimentos e protestos, os considerando como recurso válido para se demonstrar a insatisfação da população.

Aí a partir dos estudos eu pude ver que todo protesto tem motivo, que cada um tem uma visão. O meio social..., cada..., “ah, você tem a visão mesma que a minha?”, não, todos têm visões diferentes sobre o mesmo fato. Então, todo protesto é válido (**JAIRO, turno noturno, que somente estuda, participa**).

Isso, eu acho que aí é válido, porque sai da..., surge da pessoa, entendeu? E não de alguém que tem uma ideia, provavelmente política né? ... É igual (MST), fala a mesma coisa toda semana, invade sei lá o que, toda semana eles têm que invadir uma fazenda, mas qual a lógica disso entendeu? Agora quando tem o movimento de rua, que você não sabe por que, que surgiu, e de repente aquele negócio cresce, eu acho bem mais interessante (**GARCIA, turno noturno, que estuda e trabalha, participa**).

E a gente só vê as pessoas reclamando, reclamando, e tudo bem, ah a hora da eleição que é hora de escolher as pessoas certas e tal... Mas eu acho que assim, mesmo na, mesmo os políticos que estão atualmente no poder, eles vão saber que as pessoas tem esse poder entendeu? De fazer uma mobilização grande. Então eu acho que o povo mostrou que realmente eles podem fazer alguma coisa, que realmente eles podem chamar a atenção, porque chamou a atenção aqui no (Brasil) e chamou a atenção no mundo também (**ROBERTA, turno matutino, que somente estuda, participa**).

Outro motivo apontado foi o interesse em melhorar as políticas públicas (CAYRES, 2009; MILANI, 2008). Deste modo, observa-se relação com a dimensão de *Eficácia Política* (SANDOVAL, 2001), tendo em vista que apontam que participam dos mecanismos não institucionalizados indicados por ter interesse em melhorar as políticas públicas. Infere-se, desta forma, que os estudantes de administração que participam dos mecanismos não institucionalizados compreendem que estes

mecanismos são meios adequados para alcançar sua pretensão, ou seja, exercer a cidadania e melhorar as políticas públicas.

Nas falas dos estudantes que participam nos mecanismos de participação, observa-se que há percepções distintas em relação à eficácia dos manifestos e protestos, havendo quem acredite que surjam efeitos e outros que não creem na eficácia destes movimentos.

...eu acredito que sim, mesmo por que ele pode tomar dimensões incontroláveis, então a resposta é bem mais rápida. Eles querem..., é como se fosse tentar apagar aquilo antes de tornar um incêndio muito grande né, fazendo uma metáfora. Eu acho que mudou mais foram aquelas manifestações do ano passado, eu acho que aquilo dali foi um marco, assim, e que se as pessoas se mobilizarem, realmente dá para fazer alguma coisa (**GARCIA, turno noturno, que somente estuda, participa**).

Então, eu acho que o protesto e o manifesto, eles têm um resultado gigantesco. Eles têm um poder muito grande. Só que eu vejo a população do..., brasileira, não sabendo utilizar entendeu? Eu acho que eles são muitas das vezes são mal organizados e às vezes as pessoas não são conscientes do que está acontecendo e elas acabam indo pra rua atrapalhar o protesto das pessoas que sabem o que estão protestando e manifestando. (**JULIA, turno matutino, estuda e trabalha, participa**).

Eu acho que o resultado, se chega a algum resultado, mas a insistência é muito grande. Tem que bater muito ali na tecla para a sua iniciativa ser levada a sério. (**SABRINA, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Mas eu acho que realmente, quando é uma organização grande, igual foi ano passado, realmente eles podem conseguir resultados. / Por que, como é que eu vou falar, ele demonstra a insatisfação (**ROBERTA, turno matutino, que somente estuda, participa**).

Não têm o seu objetivo inicial alcançado, apesar de serem todos eles válidos (**JAIRO, turno noturno, que somente estuda, participa**).

É..., isso..., enxergo, infelizmente, enxergo com uma visão muito pessimista de que não traz muito resultado (**JOÃO PEDRO, turno noturno, estuda e trabalha, participa**).

Como motivo para participar nos mecanismos não institucionalizados, apontam-se ainda, a identificação com os aspectos locais e valorização dos mesmos (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012), o que pode estar relacionado ao sentimento de pertença a alguma categoria social indicando uma *identidade coletiva* que se relaciona à comunidade local. Esta identificação com os aspectos locais e valorização dos mesmos foi possível identificar em poucos estudantes, sendo melhor percebido na estudante Sabrina, do turno noturno, que estuda e trabalha, em função de um histórico apresentado de vivência no município que reside.

Também foram considerados como motivos para participar nos mecanismos não institucionalizados, a percepção de demandas locais (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012), bem como a defesa de sua posição em situações que possuem

caráter de conflito; (MILANI, 2008; FONT, 2007). Tais indicações se relacionam, respectivamente, com as dimensões *vontade de agir coletivamente* e *interesses antagônicos e adversários* (SANDOVAL, 2001). Isto, porque avaliam custos e benefícios, ganhos e perdas percebidos e riscos físicos provenientes de sua participação para atender as demandas locais percebidas, podendo provocar a *vontade de agir coletivamente*, como bem esboçado na fala da estudante Julia, do turno matutino.

Antes, eu nesses quesitos, dependendo do manifesto, eu não participava muito porque eu tinha um medo de acontecer alguma coisa e minha mãe também nunca foi muito a favor de achar muito legal... Depois eu vim pra cá, vim pro curso de Administração foi muito mais fácil se envolver com isso, porque a galera se mobiliza muito mais, e não é uma pessoa que mobiliza, é um grupo inteiro que se mobiliza e quando é um grupo maior você vai meio que “ah, todo mundo vai, a gente vai também e não vai acontecer nada com ninguém porque tá todo mundo junto, uma galera boa...” (**JULIA, turno matutino, que estuda e trabalha, participa**).

Já a percepção sobre a forma de se resolver interesses antagônicos, no que se refere a assuntos públicos, se relaciona à dimensão de *interesses antagônicos e adversários*, considerando os mecanismos não institucionalizados como recursos para o alcance dos interesses em jogo.

Diante as ocorrências dos manifestos e protestos em várias cidades brasileiras em junho de 2013, na análise das transcrições das entrevistas, foi possível perceber algumas motivações que os fizeram participar de algum destes movimentos. Entre eles, o sentimento de *injustiça* no trato com os gastos públicos, a curiosidade em fazer parte de um momento em que se considerava histórico, bem como a crença de que com esta mobilização se mostraria o poder do povo aos governantes.

Então foi usado dinheiro do povo para construir uma coisa que o povo não vai usufruir. Um ingresso para a copa é caríssimo, depois da copa o ingresso vai continuar sendo caríssimo, a grande população não vai ter oportunidade de ir num estádio assistir um jogo (**JAIRO, turno noturno, que somente estuda, participa**).

Eu fui uma vez né, e eu acho que assim, eu fui porque realmente eu estava, vendo uma coisa que eu acho que há muito tempo não acontecia, e que pode dar certo, né, porque se não fizer nada, nunca vai mudar. (**ROBERTA, turno noturno, que somente estuda, participa**)

Até a gente foi um grupo e a gente realmente procurou um objetivo. “Pô, porque aqui está todo mundo indo pra rua?”. Vamos procurar. A gente não achava, a gente leu reportagem, a gente viu vídeo e cada um era pra alguma coisa. E aí no final a gente viu uma reportagem de um cara falando a questão do manifesto era pra mostrar que realmente o Brasil tinha voz né, que o governo tava fazendo o que queria e que estava achando que o povo brasileiro estava aceitando aquilo, achando aquilo lindo maravilhoso ..., e que não tinha consciência dos podres, das coisas ruins. E aí a gente foi pra

rua por conta disso a gente realmente foi acreditando que a gente mostraria pro governo que a população tem poder de parar a cidade, parar o que quiser entendeu se ela tiver bem organizada, **(JULIA, turno matutino, que estuda e trabalha, participa)**.

Na análise destes motivos, pode-se observar articulação entre as dimensões de *crenças, valores e expectativas sociais; eficácia política; sentimentos de justiça e injustiça; vontade de agir coletivamente*. Além destes, articula-se também com a dimensão de *metas e ações do movimento social*, na medida em que percebem uma conexão entre os objetivos do processo, estratégias de atuação desenhadas por ele, sentimentos de *injustiça, interesses*, e sentimentos de *eficácia política*.

Por outro lado, a partir da experiência que tiveram com alguns manifestos e protestos, nas falas dos estudantes podem-se observar algumas reconsiderações sobre os mesmos, de modo a se recompor sua *vontade de agir coletivamente*. Isso principalmente pela estudante do turno matutino

eu acho que protesto deve ser feito de outra forma que não prejudique ninguém, que não agrida nada, e que não estrague nada de outras pessoas, patrimônio principalmente./ Então hoje eu já vejo assim, “ah, é manifesto? tudo bem, mas depende muito das pessoas que vão estão lá e daquilo que elas vão protestar, pra saber realmente o objetivo de estar na rua ou se é simplesmente por... Aqui [*universidade*] mesmo a gente vê alguns que a gente fica meio bizarro, tipo de greve, quando a galera vai fazer algum manifesto, vai fechar catraca ou vai fechar a reitoria... Hoje eu já acho que isso é ridículo... **(JULIA, turno matutino, que estuda e trabalha, participa)**.

Exposta a descrição da análise dos motivos para participar em mecanismos não institucionalizados pelos estudantes de administração, procurando compreender a configuração da consciência política em sua relação com a participação cidadã, segue abaixo a descrição da análise dos motivos para não participar nestes mecanismos.

4.2.2 – Motivos dos estudantes de graduação em administração da universidade analisada para não participar nos mecanismos não institucionalizados

Na análise dos resultados da primeira etapa, observou-se que dos mecanismos não institucionalizados indicados no questionário, o *Fórum ou grupo de discussão na Internet sobre assuntos públicos*, obteve maior índice de indisposição em participar entre os estudantes do turno matutino (47%), independente do sexo e ocupação. Já entre os estudantes do turno noturno, a indisposição em participar se relaciona mais

a *Associações que se organiza com alguma causa* (20%) e nos *Movimentos Sociais* (20%).

Entre os motivos assinalados pelos estudantes para a indisposição em participar nos mecanismos não institucionalizados dos quais não participam, estudantes de ambos os turnos apontaram a falta de tempo (FUENTE, 2010; FONT, 2007). Além deste, consideram ser mais racional não participar de mobilizações sociais (LUCHMANN; BORBA, 2008), indicando o comportamento do efeito carona, conforme citado na literatura. Deste modo, observa-se que tais motivos indicam uma possível composição da consciência política de modo a limitar a ação desses estudantes, devido às suas *crenças, valores e expectativas sociais*, vindo a interferir na *vontade de agir coletivamente*, como demonstrado na fala de Caíque.

A ideia é boa, só que a operacionalização não é o que a ideia prega, entendeu? por exemplo, os protestos que tiveram ano passado, que eram por uma causa boa, virou gente tentando se eleger, começou a aparecer bandeira do (PSOL) começou a aparecer bandeira disso, não que não possa, partidos não possam se envolver. Mas, é..., começa a perder muito, eu tenho visto muito isso, começa a perder o foco, de reivindicar alguma coisa, e começa a ganhar o foco de alguém se eleger entendeu? **(CAÍQUE, turno noturno, estuda e trabalha, não participa)**

Nas falas dos estudantes entrevistados que não participam, é possível observar uma percepção da realidade social de forma a pensarem que a resolução dos problemas sociais ocorre por vias individualizadas, de forma a personalizar os casos.

Assim, moradores de rua tem que tomar cuidado especial né? são pessoas que precisam de cuidado, e serem reintegrados na sociedade de alguma forma, não se pode, sei lá, pegar eles e colocar em outra cidade. O problema não some. Então, assim drogas, e violência de assalto, isso já é problemas mais assim, mais complicado né? Igual, na Praia da Costa, é um bairro nobre, assim, e quem vai lá assaltar, são pessoas vindas da periferia, então assim, eu, não tenho muitas ideia sabe para essa questão de... / violência não somente lá, mas em todos os bairros né? seria alguma atenção maior, da polícia e tal para estar presente sempre vendo, coagindo. De drogas é principalmente o crack né, que é o que atinge essa população da periferia. Tanto política pública assim de tratamento, oferecer né, que nem um, quem gostaria assim de receber tratamento, reabilitação, tanto de coisas de tráfico, a distribuição. Tem que ter os dois assim **(MATIAS, turno matutino, somente estuda, não participa)**

Aí ela faz o concurso que tá falando, oh você vai fazer esse concurso e vai ganhar X. Aí a pessoa passa, e dois anos depois ela quer ganhar X e meio, aí pô, “vou fazer protesto”. E aí com esse protesto, vou fazer greve, vou fazer qualquer coisa, você vai parar um órgão público e você pode estar prejudicando muita gente em detrimento das suas requisições lá que você está fazendo, que na maioria das vezes é puramente salarial, embora com várias outras questões, mas normalmente é salário e plano de carreira. E são coisas que ela já sabia como ia ser quando entrou **(BENE, turno noturno, estuda e trabalha, não participa)**.

Entende-se que esta concepção, de que a ação deve ser com foco no sujeito afetado, evidencia uma dificuldade de perceber a conjuntura da sociedade em sua totalidade, num contexto macro das relações sociais, o que prejudica o desenvolvimento de uma consciência política, segundo Sandoval (2001).

Outras percepções vêm a demonstrar sentimentos de ineficácia de ação para transformação da sociedade. Neste sentido, conformam-se com a realidade em que se encontram, evidenciando uma relação com sentimentos de baixa capacidade de ação, conforme Sandoval (2001).

Eu tenho um pensamento as vezes errado mas do tipo, eu não tento mudar o mundo, tipo, as vezes eu acho que algumas coisas não vão surgir efeito. Então, determinadas situações eu tento me adaptar ao meio em vez de tentar mudar ele, em relação a alguns problemas sociais. (**FERNANDO, turno matutino, estuda e trabalha, não participa**)

Interpreta-se que estas percepções se devem pela valorização da independência financeira. Independência esta cultivada em diferentes esferas de convivência do sujeito, de forma que suas atividades e planejamento de vida estão focados no sucesso individual, considerando como área de atuação para este sucesso o mercado de trabalho. Os motivos porque escolheram o curso de Administração demonstram um pouco esta visão.

Eu escolhi primeiramente por afinidade, por gostar de questão de administração, de gestão e de ter um sonho que é o sonho de empreender né, de ter um negócio próprio (**FERNANDO, turno matutino, somente estuda, não participa**).

Fazia estágio no ensino médio no banco, aí no banco é tudo mais administração mesmo. Aí o gerente falou, "ah (Luana) faz administração e eu consigo um estágio para você". Aí eu falei, "é, vai ficar complicado para a minha mãe pagar a minha faculdade sozinha, né". Falei, então vou fazer administração que eu conseguindo estágio, pago a faculdade. Aí depois, comecei um período na particular, e passei na federal no segundo semestre (**VANDA, turno matutino, somente estuda, não participa**)

É porque eu realmente tomei gosto pelas atividades que eu desenvolvia na empresa que eu trabalhava e a possibilidade também que a administração poderia me dar de crescimento, obviamente profissional e sendo formada em administração talvez, eu alcançaria isso (**MARIA, turno noturno, somente estuda, não participa**)

Em relação às percepções sobre os mecanismos não institucionalizados de participação, foi possível observar em suas falas uma resignificação destes mecanismos, a partir do ingresso no curso de graduação em Administração. Isso, nos casos de Helena e Matias.

Eu percebia essa questão de protesto e de algumas manifestações, como, mais pelo lado pejorativo, como o lado somente, ah o cara está lá e não está trabalhando, e o cara precisa trabalhar, e por que, que um policial vai

entrar em greve estar prejudicando mais um monte de gente, enfim, eu observava mais por esse lado pejorativo da questão **(HELENA, turno matutino, estuda e trabalha, não participa)**.

Hoje eu sou a favor das manifestações, dos protestos de maneira, não digo maneira pacífica porque, às vezes de maneira pacífica, o meu pacífico não é o mesmo pacífico que você entende... O cara está parando porque está diferente para ele, ele está insatisfeito e é um direito dele se sentir insatisfeito, e ele precisa demonstrar essa insatisfação **(HELENA, turno matutino, estuda e trabalha, não participa)**.

Antes eu pensava que era aquela coisa maravilhosa, super a favor da comunidade, depois que eu entrei na administração... **(MATIAS, turno matutino, somente estuda, não participa)**.

Mas depois que eu entrei na administração ali, estagiei numa organização, eu vi como, tipo assim, peca ainda essas instituições no quesito de estratégia, de administração, e o quanto também essas instituições são usadas, não de gente querendo ajudar, mas de gente que ajuda ou tenta se fazer presente lá para se promover, assim **(MATIAS, turno matutino, somente estuda, não participa)**.

Deste modo, tem-se um processo de resignificação destes mecanismos de forma a atenuar as visões extremas. Assim, observam-se visões favoráveis a estes mecanismos, bem como visões que não concordam com os mesmos por receio de manipulação de seus líderes ou mesmo por não concordar com as estratégias adotadas, como se observa nas falas abaixo.

Eu acho essencial porque o governo não faz tudo pela gente né, e às vezes faz o que não deveria. Então, a gente tem que lutar por nossos direitos. Igual os sem-terra, eles têm que lutar pelo que eles querem porque todo mundo tem direito a ter um espaço para morar né? Eu acho essencial, porque se um grupo de pessoas não se reunir para lutar pelos direitos e ninguém vai chegar e fazer por eles **(VANDA, turno matutino, somente estuda, não participa)**

Só que eu não gosto de generalizar, falar, “ah o povo brasileiro quer se aproveitar de tudo”, não acho que seja assim, mas tem muito esse tipo de, “pô, eu estou na frente aqui, tenho que ganhar alguma coisa com isso”, entendeu? e isso que quebra muito esse tipo de movimento, protestos ... **(CAÍQUE, turno noturno, estuda e trabalha, não participa)**.

Eu acho legal, acho positivo né... que pelo menos do pouco que eu vejo, que eu também não sou muito por dentro disso. Mas, o pouco que eu vejo são os que surtem efeito, né, a questão do abaixo assinado, greve e movimentos sociais... Movimentos assinados, abaixo assinados, por exemplo, são coisas que eu acho muito positivas, muito interessantes, enfim, realmente quando você vê aí, estão realmente defendendo uma causa. Aí protesto já entra numa coisa que eu acho assim, tem muita gente que só vai para quebrar as coisas, infelizmente acaba perdendo um pouco do sentido da greve, do protesto, enfim. Aí, isso eu já não concordo muito, não sou muito a favor, por exemplo, esses últimos aí, o pessoal entrando, quebrando estabelecimentos, roubando, eu sou totalmente contra isso **(FERNANDO, turno matutino, estuda e trabalha, não participa)**.

Percebe-se desta última fala, uma relação de suas *crenças* com sentimento de *injustiça*, vindo a interferir na *vontade de agir coletivamente*, por não concordar com as *metas e ações do movimento*.

É, assim, eu, por exemplo, tem um protesto na rua, fazer e tal, eu por exemplo, particularmente nunca fui e não sei se iria né, ...Talvez pelo fato de não me sentir, não, é..., talvez, acho que eu não participo tanto por não me sentir afetado (**FERNANDO, turno matutino, estuda e trabalha, não participa**)

Embora haja uma percepção favorável às manifestações e protestos, nas falas dos estudantes, principalmente do turno matutino, percebe-se um receio de enfrentar os riscos físicos oriundos do processo de participação, como os ocorridos nos movimentos de junho de 2013 nas cidades brasileiras, dentre elas, a cidade onde se encontra a universidade em estudo.

Não porque eu estava em aula a noite. Mas meu namorado foi e, assim, eu gostaria de ter ido se eu não tivesse tanto medo da violência né? (**VANDA, turno matutino, somente estuda, não participa**).

Não participei por um pedido da minha mãe, ela falou, “não, não quero que você vá”, porque a polícia já estava entrando e estava machucando... Eu tive alguns colegas conhecidos que foram machucados, inclusive pela própria polícia, um de fato estava depredando patrimônio público, um conhecido meu, mas os outros dois não tinham nada a ver, estava manifestando de maneira pacífica, não estavam machucando ninguém, nem com armas, muito menos, e estavam tomando bala de borracha, foram machucados (**HELENA, turno matutino, estuda e trabalha, não participa**).

Percebe-se também, uma discordância com as ações e metas adotadas quando da ocorrência destes movimentos, como se pode observar nas falas abaixo.

Eu acho que a forma de protesto puramente de, ah vamos fechar o trânsito e vamos liberar sem ser a (3ª Ponte), eu acho que isso é muito..., não pode se ater só à isso. Não pode ser sempre isso, porque você acaba, você quer chamar a atenção dos seus governantes, mas você acaba prejudicando um número enorme da população, que não pode estar ali protestando, porque tem que estar em outro lugar, e você acaba prejudicando ele em trânsito. (**BENE, turno noturno, estuda e trabalha, não participa**).

Os caras colocando axé no meio da rua de som rindo, mas não sabendo o porquê estavam protestando (**HELENA, turno matutino, estuda e trabalha, não participa**).

Em relação as metas:

[...] que foram várias pessoas querendo vários tipos de, como é que é a palavra? reivindicações..., fazendo vários tipos de reivindicações, e acabou não tendo foco (**BENE, turno noturno, estuda e trabalha, não participa**).

E quanto na questão do pedágio eu nunca fui a favor da extinção do pedágio, eu acho que para, infelizmente o país no qual nós vivemos a iniciativa privada ela precisa estar presente em algumas áreas. E a área de transporte e mobilidade urbana é uma realidade, enquanto a iniciativa privada se encontra presente, isso funciona. Você vê um exemplo básico, comparar a 3ª com a 2ª ponte, a 2ª ponte vive a mercê de Deus, assim. Pára um carro lá, pára tudo, ninguém vai nem para frente nem para trás. E observando a 3ª ponte desde que foi extinto o pedágio, quebra um carro, o carro é retirado depois de uma hora, uma hora e meia. Então, sempre fui a favor de você pagar o correto, o justo. Se fosse preciso que você pagasse,

30, 20 centavos para prestar essa manutenção na ponte, eu acharia viável.
(HELENA, turno matutino, estuda e trabalha, não participa).

Na análise dos motivos expostos até então neste tópico, entende-se que a falta de participação se relaciona ao resultado da análise por parte destes estudantes quanto aos custos e benefícios, ganhos/perdas percebidos e dos riscos físicos provenientes de sua participação, percebendo maiores custos e perdas, que ganhos e benefícios. Alia-se a isto, a falta de percepção de conexão entre seus interesses, que se voltam ao sucesso profissional, com os objetivos dos processos de participação, estratégias de atuação e sentimento de *injustiça*. Deste modo, não participam por que não percebem como tendo seus interesses afetados, considerando válidos os mecanismos não institucionalizados, mas não se envolvendo com os mesmos.

Verifica-se ainda, contradições dos sujeitos no que se refere à defesa do setor privado na prestação de serviços públicos, como o de transporte e mobilidade urbana. Apresentam os estudantes que não participa dos lugares públicos de participação uma *crença* de que estes serviços são válidos, não considerando críticas amplamente divulgadas, como a ineficiência do transporte, custos e qualidade destes serviços prestados. Infere-se que estes estudantes apresentam uma *crença* de que os serviços privados são mais eficientes que os prestados pelo poder público, mesmo defendendo um serviço digno de críticas pela ineficiência, como é o caso do transporte público no que tange à mobilidade urbana. Acredita-se que esta crença se deve à identificação por parte dos mesmos a um discurso liberal, visto que estes estudantes relacionam-se com sujeitos inseridos no mercado enquanto proprietários de unidades de negócios, como observado na análise de suas falas.

Vale ressaltar que entre os estudantes que não participam nos mecanismos não institucionalizados, mas que se encontram predispostos a participar, os motivos apontados para esta predisposição são os mesmos indicados pelos que participam. Neste sentido, percebe-se uma equivalência das visões sobre estes mecanismos.

Em relação aos mecanismos não institucionalizados, poucos são os desconhecidos pelos estudantes, conforme resultados do questionário. Tem-se que 12% dos estudantes do sexo feminino do turno matutino não conhece *Associação que se organiza com alguma causa*, enquanto que 14% dos estudantes do sexo masculino do turno matutino desconhecem o *Abaixo Assinado On line*. Verifica-se ainda que o

Fórum ou Grupo de discussão na Internet sobre assuntos públicos é apontado como desconhecido por estudantes do turno noturno, de ambos os sexos e ocupação.

Há de se destacar que estudantes de ambos os turnos mencionam a *falta de interesse* para justificar o desconhecimento dos mecanismos indicados, evidenciando assim, sua indisposição em conhecer tais mecanismos.

Exposta a descrição da análise dos resultados nos pontos considerados que contribuem para se alcançar os objetivos desta pesquisa, descreve-se a seguir as considerações finais.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se norteou pelo seguinte problema de pesquisa: Como se configura a relação entre a consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil com a participação cidadã em lugares públicos de participação no estado e municípios? Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração da instituição analisada em sua relação com a participação cidadã em lugares públicos participativos no estado e municípios.

Para isso, buscou-se atender os objetivos específicos de: analisar os motivos destes estudantes para (não) participar nos mecanismos participativos institucionalizados pelo governo do estado e municípios; analisar os motivos destes estudantes para (não) participar nos mecanismos não institucionalizados, ou seja, em ações coletivas ou movimentos coletivos não convencionais; e compreender as dimensões da consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração da instituição analisada em sua relação com a participação cidadã em lugares públicos participativos no estado e municípios.

Entre os motivos para participar nos mecanismos institucionalizados pelo governo do estado e municípios em suas relações com a sociedade civil dos quais participam, estudantes de ambos os turnos tiveram em comum o interesse em exercer a cidadania (CAYRES, 2009; MILANI, 2008); o interesse em melhorar as políticas públicas (CAYRES, 2009; MILANI, 2008); o gosto de estar implicado em assuntos públicos (MILANI, 2008; FONT, 2007); bem como a identificação com os aspectos locais e a valorização dos mesmos (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012).

Além destes, estudantes do turno noturno também consideram que mecanismos participativos institucionalizados em nível municipal e estadual aproximam o cidadão dos processos decisórios da administração pública (NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009; NOGUEIRA, 2009; FONT, 2007; GOHN, 2004). Assinalam ainda, o interesse em conhecer pessoas (CAYRES, 2009); a defesa de posição em situações que possuam caráter de conflito (MILANI, 2008; FONT, 2007); a percepção de demandas locais (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012) e o acesso às informações de quando ocorrem as oportunidades de participação (GIARETA; FERNANDES;

PHILIPPI JR, 2012; NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009). A exigência do trabalho em participar de processos de participação também foi apontada por estes estudantes.

Entre os motivos para não participar dos mecanismos institucionalizados pelos estudantes de administração que não participam destes mecanismos, encontram-se o pouco tempo livre e a falta de compreensão dos processos institucionalizados de participação do governo do estado e município (FUENTE, 2010; FONT, 2007). Além destes, o fato de se sentirem intimidado(a)s em ambientes coletivizados (VAZ, 2013; CAYRES, 2009); e não acreditarem na eficácia dos mecanismos participativos institucionalizados (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012; RIBEIRO; CORREA, 2012). Consideram ainda, que nos mecanismos de participação institucionalizados as ideias dos sujeitos são manipuladas e receiam esta manipulação (TEIXEIRA, 1997), além de não conhecerem as oportunidades de participação (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012; NAVARRO; CUESTA; FONT, 2009).

Na análise destes motivos, considerando as percepções dos estudantes por meio das falas das transcrições das entrevistas, buscou-se compreender as dimensões da consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração da instituição em análise no que se refere a (não) participação nos mecanismos institucionalizados governo do estado e municípios em suas relações com a sociedade civil.

Entre os estudantes que participam dos mecanismos institucionalizados e/ou não institucionalizados, observou-se envolvimento de forma tanto a tomar parte, ou seja, de uma participação mais atuante nos processos, assim como de forma a fazer parte, participação não tão ativa (BORDENAVE, 1994). Sabrina e Jairo, estudantes do turno noturno, possuem uma experiência de participação de forma mais ativa nos processos de participação nos quais se encontram inseridos, enquanto que os demais que participam, se inserem mais num contexto a fazer parte.

Conclui-se que os estudantes que participam dos mecanismos institucionalizados de forma a tomar parte têm em comum a percepção de si enquanto agente potencial de mudança na sociedade. Autoconfiantes, demonstram acreditar em sua capacidade de intervir nas decisões de assuntos públicos por vias institucionalizadas, seja por

vias de ação coletiva, como o caso do Jairo, seja por meio individual, como o caso de Sabrina.

Esta percepção, porém, não se encontra entre os estudantes que participam de forma a fazer parte, ou seja, de atuação não tão ativa, visto que foi possível observar sentimentos de baixa capacidade de ação, adotando posturas conformistas, assim como sentimentos de capacidade de ação individualizada. Neste sentido, a percepção destes estudantes em muito se assemelha as dos estudantes que não participam.

Pode-se observar tanto nos estudantes que participam de forma a fazer parte dos mecanismos institucionalizados, como nos que não participam, um sentimento de um *dever* em participar. No entanto, entre os que não participam, a falta de interesse por assuntos políticos e públicos prevalece por entenderem que seus interesses voltam-se à vida privada, na busca pelo sucesso profissional. Deste modo, estes estudantes não participam por entenderem como sendo ocupações estanques na sociedade, delegando à participação aos que possuem “perfil” para participar. Consideram que não compreendem os assuntos a serem tratados por vias públicas, por isso delegam esta participação aos interessados por assuntos públicos.

Entende-se que esta percepção é fruto de um valor construído socialmente a respeito da independência financeira, como observado no breve relato sobre suas vidas, na maioria destes estudantes, em que pais, familiares e até mesmo no âmbito da universidade se perpetua este valor. Assim, seus interesses voltam-se ao âmbito particular, focando suas pretensões individuais de sucesso profissional. Além disso, acredita-se que as circunstâncias sociodemográficas por parte dos estudantes em administração, em sua maioria, permite uma visão limitada dos problemas sociais enfrentados pela sociedade. Isso por apresentarem, estes estudantes, condições socioeconômicas que os distanciam da realidade vivenciada pela população em relação aos problemas sociais. De acordo com suas *crenças, valores e expectativas sociais*, tudo indica que ainda se manterão afastados, por preferirem delegar a atribuição de se envolver com políticas públicas “aos que possuem perfil”.

Os estudantes que participam dos mecanismos participativos institucionalizados possuem uma visão favorável dos mesmos e concordam em seu uso como método de governo, como observado nas falas de Jairo, Sabrina, João Pedro, Andrade,

Julia. No entanto, observam-se pontos de vistas contrários à instituição da participação social como método de governo entre estudantes que também participam, fundamentando-se não numa visão contra os mecanismos de participação e sim aos modos de organização ou uso dos mesmos. Isso por apresentarem receio de se reproduzir nestas vias o modelo de representação já existente, assim observado nas percepções de Gabriel, Ronaldo e Roberta.

Para os estudantes de administração, principalmente para os que participam nos lugares públicos de participação, independente de turno e sexo, a participação social deveria ocorrer num caráter consultivo e não decisório. Apresentando para isso uma valorização do conhecimento técnico e uma descrença na capacidade dos cidadãos em geral em participar dos processos de participação, principalmente os que se encontram à margem da sociedade.

No que se refere aos sentimentos de *identidade de coletiva* verificou-se uma percepção de reciprocidade de vínculos no breve relato sobre suas vidas, principalmente entre os estudantes que participam de forma mais atuante, como Sabrina e Jairo. No caso de Sabrina, experiências anteriores em participação associativa ou política fez com que redes interativas construídas ao longo de sua vida (LUCHMANN; BORBA, 2007), despertasse um sentimento de implicação em assuntos públicos (MILANI, 2008; FONT, 2007). E no caso de Jairo, por se envolver com atletas e ciclistas, se sente integrante do grupo.

Por outro lado, a maioria dos estudantes de administração que participam de mecanismos institucionalizados e que possuem uma característica de baixo envolvimento não se identifica com uma categoria social específica, assim como os estudantes que não participam. Acredita-se que isso se deve a um estilo de vida fragmentado, não facilitando o desenvolvimento de vínculos recíprocos num coletivo, o que dificulta o desenvolvimento de uma identidade coletiva, como exposto por Sandoval (2001).

A percepção de que os mecanismos institucionalizados são eficazes politicamente encontra-se presente entre os que participam de forma a tomar parte. Por outro lado, os demais estudantes demonstram um sentimento de desconfiança nestes mecanismos, principalmente nos que possuem arranjos abertos de participação.

Em relação ao sentimento de desconfiança nos mecanismos institucionalizados é possível verificar uma descrença nos mesmos em função do receio de manipulação dos mesmos para fins eleitorais entre os estudantes que não participam destes mecanismos. Neste sentido, observa-se a prevalência de um sentimento de insegurança e incerteza em relação às instituições, o que eleva os custos da participação sociopolítica (RENNÓ JR, 1999), afetando a *vontade de agir coletivamente* de forma negativa, pois a decisão final de participação se relaciona a não participação.

Observa-se, assim, que tal consideração indica a articulação entre as dimensões da consciência política quanto a *crenças, valores e expectativas sociais, eficácia política*, assim como a *vontade de agir coletivamente*, entre os estudantes que não participam nos mecanismos institucionalizados, resultando na falta de participação nos mesmos. Destaca-se que estudantes de ambos os turnos que não participam apontam como motivos para sua indisposição em participar dos mecanismos institucionalizados dos quais não participam a falta de tempo livre (FONT, 2007, FUENTE, 2010). Por outro lado, a falta de interesse em assuntos públicos é evidenciada nas falas destes estudantes.

No caso específico dos estudantes do turno noturno que participam nos mecanismos institucionalizados, há de se considerar a articulação das *crenças, valores e expectativas sociais, eficácia política, identidade coletiva*, com os *interesses antagônicos e adversários*, visto que a defesa de seus interesses em circunstância de conflito também foi apontada como justificativa para participação pelos mesmos. O conflito apresentado por Jairo da disputa pela manutenção da ciclovia numa avenida em seu município bem representa estes interesses antagônicos.

Deste modo, observa-se uma relação com os *sentimentos de justiça e injustiça*, na medida em que percebe no conflito com os comerciantes a possibilidade de retirada da ciclovia pela Prefeitura como uma injustiça, motivando-o a participar.

Em geral, o sentimento de *vontade de agir coletivamente* por parte dos estudantes de administração, ocorre na medida em que se percebe sua participação necessária, ou seja, quando percebem riscos pela sua não participação. Assim como ocorre com Jairo, quando da ameaça de retirada de uma ciclovia no bairro, em que avalia que sua participação promove mais benefícios do que custos. Na medida em que

percebe conexão entre objetivos do processo, no caso, da audiência pública, estratégias de atuação desenhadas por ele, bem como dos sentimentos de injustiças, interesses, e percepção de eficácia política, como esboçada por Sandoval (2001), tem-se também a articulação com a dimensão de *metas e ações do movimento*.

Entre os estudantes que não participam mas que indicaram disposição a participar dos mecanismos participativos, observa-se um paralelo entre as considerações destes estudantes com os que participam. Considera-se que esta disposição pode evidenciar o início de um processo de resignificação dos mecanismos institucionalizados, visto que nas falas dos estudantes de administração que não participam se esboça uma visão favorável quanto ao uso dos mesmos enquanto método de governo. No entanto, assim como os estudantes que participam nos mecanismos participativos institucionalizados, tendo sua atuação de forma a fazer parte (BORDENAVE, 1994), observam-se nas falas dos estudantes que não participam, indícios do entendimento da participação como recursos de consulta, e não com poder de decisão.

No que se refere ao Centro Acadêmico Livre de Administração Guimarães Honestino (CALAD), observa-se que os estudantes que compõem a gestão atual (2014) percebem este mecanismo como eficaz politicamente. Eles revelam *crenças, valores e expectativas sociais* de que o Centro Acadêmico é o espaço para busca dos direitos dos universitários dentro do universo acadêmico. No entanto, apontam dificuldades para atuar nas instâncias que necessitam efetivar participação como representantes estudantis, como nas reuniões do Departamento dos cursos de Administração. Dentre os motivos para não participar, citam a falta de tempo pelos que estudam e trabalham, assim como a *crença* de baixo envolvimento dos estudantes pela avaliação dos custos da participação.

Verifica-se que do envolvimento com o CALAD e do baixo rendimento nos resultados no percurso de sua formação houve uma reavaliação pelos componentes do CALAD na gestão 2014 sobre as perdas e ganhos, custos e benefícios, advindos da participação neste mecanismo. Isso, de forma a impactar negativamente a *vontade de agir coletivamente*, decidindo pelo afastamento de seus cargos, implicando no encerramento da gestão antes do término do mandato.

Interpreta-se que houve um início de processo de *identificação coletiva* entre os estudantes envolvidos no CALAD, devido as suas *crenças, valores e expectativas sociais* em promover ações em prol da comunidade estudantil dos cursos de Administração, articulados com seus sentimentos de *eficácia política*. No entanto, a conjuntura socioeconômica dos que trabalham e estudam e a expectativa de um melhor posicionamento no mercado de trabalho faz com que valorizem mais os aspectos voltados ao seu processo de ensino, decidindo não se envolver formalmente nas metas e ações do movimento.

Observa-se entre os componentes do CALAD uma preocupação em demonstrar à comunidade acadêmica sua legitimidade política, mesmo que isso implique em não participar nas instâncias nas quais apresentam dificuldades para exercer a representação estudantil. Isto, devido a decisão negativa do presidente do Centro Acadêmico à solicitação de uma estudante, componente da EJCAD, para exercer a representação dos estudantes nessas reuniões. Na análise da justificativa para esta negativa, evidenciam-se *crenças, valores e expectativas sociais* de que o CALAD é o mecanismo legítimo para lidar com os assuntos estudantis e que não caberia à EJCAD, atuar em área que não seria de sua competência.

Pode-se ainda observar uma tentativa dos membros do CALAD em valorizar este centro, em detrimento às ações da EJCAD, pois consideram que a solicitação parte da EJCAD e não de uma estudante. Entende-se que esta visão ocorre pelo contexto acadêmico no qual estão inseridos, onde as atividades da empresa júnior são cada vez mais valorizadas pela comunidade estudantil do curso, enquanto o Centro Acadêmico é desvalorizado devido aos sentimentos de falta de *identidade coletiva, interesses antagônicos e ineficácia política*.

Na análise dos motivos por que (não) participam nos mecanismos não institucionalizados, ou seja, em ações coletivas ou movimentos coletivos não convencionais, buscou-se compreender as dimensões da consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração da instituição em análise no que se refere a sua participação nestes mecanismos.

Deste modo, o interesse em exercer a cidadania (CAYRES, 2009; MILANI, 2008) apontado como motivo para participar nos mecanismos não institucionalizados pelos estudantes que participam, de ambos os turnos, revela que eles consideram estes

mecanismos como adequados para o exercício da cidadania a que se referem. Alia-se a isto, a consideração por parte destes estudantes de que os movimentos e protestos são meios válidos para se demonstrar a insatisfação da população.

Tais percepções evidenciam assim, a dimensão *crenças, valores e expectativas sociais* (SANDOVAL, 2001), que se articula com os sentimentos de *eficácia política*, tendo em vista o interesse em melhorar políticas públicas (CAYRES, 2009; MILANI, 2008), o que demonstra uma percepção de que consideram estes mecanismos recursos adequados para alcançar sua pretensão, ou seja, exercer a cidadania e melhorar as políticas públicas. Isso, por meio da visibilidade da insatisfação da população.

A identificação com os aspectos locais e valorização dos mesmos (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012), indicado como motivo para participar dos mecanismos não institucionalizados, pelos estudantes que participam, refere-se ao sentimento de pertença à alguma categoria social que se relaciona à comunidade local, indicando, assim, uma *identidade coletiva*. Esta identificação com os aspectos locais e valorização dos mesmos, encontra-se presente na experiência de participação de Sabrina, do turno noturno, que estuda e trabalha. Isto, devido ao seu histórico de vivência no município em que reside. Neste sentido, na medida em que se percebem demandas locais (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012) e há um conflito em que é necessária a defesa de sua posição (MILANI, 2008; FONT, 2007), tais motivos os impulsionam à ação coletiva.

Como motivo para participar dos manifestos de junho de 2013 ocorridos na cidade onde se encontra a universidade em estudo e cidades vizinhas, os estudantes que participaram destes movimentos alegaram o *sentimento de injustiça* no trato com os gastos públicos, bem como a crença de que com esta mobilização se mostraria o poder do povo aos governantes.

Deste modo, na análise dos motivos dos estudantes por que participam dos mecanismos não institucionalizados, pode-se observar articulação entre as dimensões de *crenças, valores e expectativas sociais; eficácia política; sentimentos de justiça e injustiça; vontade de agir coletivamente*. Além destes, a dimensão de *metas e ações do movimento social*, pois percebe uma conexão entre seus interesses, os objetivos do processo, estratégias de atuação desenhadas por

eles, sentimento de injustiça e sentimentos de eficácia política, como exposto por Sandoval (2001).

Já os estudantes de administração que não participam nos mecanismos não institucionalizados, possuem uma percepção da realidade social de forma a pensar que a resolução dos problemas sociais se dá através de ações individuais, como demonstrados por Matias e Bene. Acredita-se que isso se deve à dificuldade de perceber a conjuntura da sociedade em sua totalidade, num contexto macro das relações sociais, o que prejudica o desenvolvimento de uma consciência política nos termos de Sandoval (2001).

Outras percepções vêm a demonstrar sentimentos de ineficácia de ação para transformação da sociedade, como demonstrado por Fernanda. Neste sentido, conforma-se com a realidade em que se encontram, evidenciando uma relação com sentimentos de baixa capacidade de ação.

Entre os estudantes que não participam nos mecanismos não institucionalizados, observam-se visões favoráveis e contrárias aos mesmos. Os favoráveis possuem uma percepção semelhante aos que participam, mas não participam, embora aleguem a falta de tempo como motivo para não participar, demonstram considerar ser mais racional não participar de mobilizações sociais (LUCHMANN; BORBA, 2008), indicando o comportamento do efeito carona, conforme citado na literatura. Os que não participam e possuem uma visão negativa dos mecanismos não institucionalizados, tem uma percepção dos mesmos como lugares de manipulação de seus líderes, não concordando com as estratégias adotadas por movimentos, como manifestos e protestos.

Embora haja uma percepção favorável às manifestações e protestos nas falas dos estudantes, principalmente do turno matutino, percebe-se um receio de enfrentar os riscos físicos oriundos do processo de participação, como os ocorridos dos movimentos de junho de 2013 nas cidades brasileiras, os afastando da participação.

Deste modo, entende-se que a falta de participação se relaciona ao resultado da análise por parte destes estudantes quanto aos custos e benefícios, ganhos e perdas percebidas e dos riscos físicos provenientes de sua participação, percebendo maiores custos e perdas que ganhos e benefícios. Alia-se a isto, a falta de percepção de conexão entre os interesses destes estudantes, que estão focados na

atuação profissional, em função de uma valorização da independência financeira. A falta de participação, assim, se dá por não perceberem como tendo seus interesses afetados, considerando válidos os mecanismos não institucionalizados, mas não se envolvendo com os mesmos.

Diante destas interpretações, entende-se que as dimensões da consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração em estudo, conforme modelo analítico adotado (SANDOVAL, 2001), se apresenta em configurações distintas, conforme a realidade vivenciada por cada indivíduo (SILVA, 2007): 1) Sabrina, Jairo, Vitório, João Pedro e Andrade percebem os lugares públicos institucionalizados eficazes como ferramentas de gestão; 2) Garcia, Ronaldo, Roberta, Fernanda, Helena, Aliandra e Matias desconfiam dos lugares públicos participativos, apresentando receio do uso dos lugares institucionalizados como ferramentas de gestão. Por outro lado, observa-se uma predominância entre os estudantes de uma *consciência política de senso comum*, como exposto por Reck (2005), em que é difícil fazer as pessoas participar, tendo em vista que o sistema social vigente produz interpretações segmentadas de visões do mundo que fragmentam a consciência individual. Isso, pois, tanto os que não participam nos lugares públicos participativos, como os que participam de modo a fazer parte, mais se voltam a suas vidas privadas, num processo de delegação das decisões públicas aos que possuem “perfil” para discutir assuntos públicos. Assim, adotam uma postura mais propensa à representação, apesar das críticas aos mecanismos políticos institucionalizados, indicando, assim, uma contradição em suas consciências políticas.

Entende-se que a consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração da instituição em análise se relaciona com a participação cidadã em lugares públicos participativos no estado e municípios, principalmente no que se refere a seus interesses e suas crenças, valores e expectativas sociais, que acabam provocando sentimentos de eficácia política. Isto por apresentarem os dois estudantes com participação mais ativa nos lugares públicos participativos concepções que marcam sua consciência política se percebendo agentes de transformação social. Consideram sua atuação como fator de mudança numa sociedade estratificada, evidenciando-se, assim, uma consciência política compatível à consciência de conflito, nos termos apresentados por Sandoval

(1994). Alia-se ainda à percepção dos mesmos de que os mecanismos de participação nos quais se envolvem são meios eficazes para alcançar suas pretensões, movidas pelos seus sentimentos de *injustiças*. No caso, Sabrina pelos problemas sociais enfrentados pela população marginalizada de seu município e Jairo pelo entendimento da possibilidade de se efetivar uma injustiça diante à solicitação de retirada de uma ciclo-faixa em sua cidade, num conflito de interesses entre comerciantes locais e ciclistas.

Interpreta-se que a *identidade coletiva* demonstrada por estes estudantes se evidencia como um diferencial, influenciando na sua *vontade de agir coletivamente*. Isto por terem constituído vínculos e sentimentos de pertença a um coletivo: Sabrina, com o funcionalismo público e enquanto munícipe de sua cidade e Jairo, com os ciclistas. Percebe-se então, conexão entre suas *crenças, valores e expectativas sociais* com as *metas e ações do movimento social*, mediante inclinação a assuntos públicos, como o caso de Sabrina ou os sentimentos de *antagonismo de interesse* verificados no caso de Jairo.

Evidencia-se nos estudantes de administração, principalmente nos que participam de forma a fazer parte, que a motivação de sua participação está entrelaçada com seus *interesses* e o baixo custo da participação, apontando indícios de uma participação articulada a um comodismo. Estes indícios se sobressaem nas justificativas para participar nos lugares públicos participativos que se utilizam de recursos telecomunicacionais, como *Abaixo-assinados on line*, por exemplo, em que os baixos custos de participação associados aos *interesses* dos estudantes contribuem no desenvolvimento da *vontade de participar coletivamente*. Isso devido ao uso de tecnologias da *internet*, em que seus recursos, na visão dos estudantes, em muito facilitam sua participação nos lugares públicos participativos por serem práticos e de fácil acesso. No entanto, os interesses que os motivam a participar se referem a interesses particulares. Observa-se, assim, que os *interesses* no âmbito privado prevalecem na motivação à participação nos lugares públicos participativos em detrimento aos interesses coletivos, o que demonstra uma despolitização por parte destes estudantes.

Na análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Administração (UFES, 2008, 2007), considera-se que as disciplinas *Política e Administração; Gestão Pública e Administração Pública* possuem potencial para despertar uma reflexão sobre a

relação entre Estado, Sociedade e Gestão de forma a influenciar no processo de formação cidadã dos estudantes. Sabe-se que os modelos teóricos utilizados para condução dos saberes repassado podem repercutir no desenvolvimento das *crenças, valores e expectativas sociais* dos estudantes. Isto de modo a reforçar ou não as desconfiças apresentadas pelos mesmos, como evidenciado neste trabalho, a respeito dos mecanismos participativos institucionalizados que por ora vem a se constituir em ferramentas de gestão do poder público brasileiro.

Neste sentido, ressalta-se a importância de uma resignificação da gestão (PAES DE PAULA, 2012), que venha a colaborar na construção de novas concepções dos estudantes, impactando seu olhar sobre a gestão e suas ferramentas como instrumento de mudança social. Mas, não em uma concepção próxima à estabelecida pelo Código de Ética do Administrador, que ainda se mantém num formato empresarial, portanto, com pouco potencial transformador. Considera-se que a resignificação da gestão, principalmente nas relações entre Estado e Sociedade, deve-se voltar à expectativa esboçada pela democracia participativa. Assim, levariam em consideração que a cidadania e a democracia são práticas sociais a serem incorporadas pelos cidadãos no exercício da participação em lugares públicos participativos (AVRITZER, 2008, 2007; SANTOS, 2002). Acredita-se que assim se possam abrir espaços para se repensar a participação cidadã entre os estudantes, podendo influenciar num repensar de suas desconfiças nos lugares participativos.

Cabe ressaltar, que esta pesquisa se delimita a estudantes dos cursos de graduação em Administração de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil, por considerar que a formação adm. tem o potencial de contribuir para aspectos além dos favoráveis à reprodução do capital (FARIA, 2012; PAES DE PAULA, 2012; PETINELLI-SOUZA, 2011). Além disso, limitou-se o estudo a uma instituição pública de ensino pelas possibilidades de atuação mais livre por parte dos profissionais de ensino à ela vinculados, podendo apresentar posturas críticas frente aos saberes repassados (PETINELLI-SOUZA; SOUZA, 2012).

Dentre os resultados apresentados neste trabalho, há de se considerar a preferência dos estudantes adm. por lugares públicos participativos com arranjos de participação direta, destacando-se os que se utilizam de recursos telecomunicacionais, como a *internet*. Em sendo, os custos de participação dos estudantes adm. não explorado pela literatura revisada como fator de participação, sugere-se pesquisas que

busquem compreender a relação entre os fatores de facilidade de participação nos lugares de participação com o potencial de desenvolvimento de uma politização dos estudantes. Isso porque a praticidade aliada aos interesses particulares tem motivado a participação destes estudantes nos lugares públicos de participação, demonstrando uma despolitização na medida em que focam apenas seus interesses pessoais, evidenciando um desinteresse pelas políticas públicas.

Recomenda-se ainda estudos que possam viabilizar a análise da criação de oportunidades psicopolíticas no processo de formação adm. para potencializar as possibilidades de desenvolvimento de uma consciência política, e de uma consciência política crítica. Isso considerando, minimamente, a pretensão de renovar paradigmas na tentativa de promover reflexões nos estudantes quanto aos pressupostos das noções culturais que atuam como mecanismos de controle social mencionados por Sandoval (2001) e que tanto se evidenciaram nos resultados deste trabalho.

Considera-se que esta pesquisa contribui socialmente por fornecer subsídios aos gestores públicos no desenvolvimento de ações estratégicas de conscientização e mobilização de estudantes universitários à participação nos mecanismos institucionalizados. Desta forma, a partir das percepções apresentadas neste trabalho, principalmente quanto às *crenças, valores e expectativas sociais, eficácia política e vontade de agir coletivamente*, os gestores públicos podem promover estratégias organizacionais visando a conscientização para valorização da participação da sociedade nos mecanismos participativos. Contribui ainda em ajustes nos processos de formação a fim de favorecer a prática profissional nestes ambientes, caso venham a serem gestores destes mecanismos na adm. pública.

Além disso, as percepções dos estudantes sobre os mecanismos de participação institucionalizados ou não, assim como sua relação com a consciência política, podem ainda servir de apoio ao(s) responsável (eis) pelas coordenações de cursos da graduação em Administração da universidade em análise e/ou mesmo aos próprios professores e alunos, para reflexões a respeito da formação cidadã ofertadas aos estudantes destes cursos. Deste modo, considerando uma formação de sujeitos *adm.* para além das relações convencionais de lucros financeiros (FARIA, 2012; PAES DE PAULA, 2012; PETINELLI-SOUZA, 2011), este trabalho

colabora com reflexões sobre a consciência política dos estudantes universitários da graduação em administração em sua relação com a participação cidadã.

6 – REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro. Edição Especial Comemorativa - 1967-2007, p. 67-86, 2007.

AGÊNCIA SENADO. **Álvaro Dias critica decreto que institui política nacional de participação popular**. Pronunciamentos. 02 jun. 2014. Atualizado em 03 jun 2014. Disponível: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/06/02/alvaro-dias-critica-decreto-que-institui-politica-nacional-de-participacao-popular>. Acesso em 03 jun. 2014.

AQUINO, Y. **Governo lança política para estimular participação social nas decisões públicas**. Agência Brasil. 23 mai. 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/governo-lanca-politica-para-estimular-participacao-social-nas-decisoes>. Acesso em 03 jun. 2014.

AKTOUF, O. Ensino de Administração: por uma pedagogia para a mudança. **Revista Organizações e Sociedades**. Salvador. v. 12. n. 35. 2005.

ANSARA, S. Memória política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 31 – 56, jan./jun. 2008.

ARNSTEIN, S. **A Ladder of Citizen Participation**. Journal of the American Planning Association. v. 35, n. 4, p. 216-24, 1969.

AVRITZER, L. Cultura Política, atores sociais e democratização. Uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Revista de Ciências Sociais**, n. 28, p. 109-122, 1995.

_____. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia participativa: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.561 – p.598, 2002.

_____. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, v.50, n.3, p. 443-464, 2007.

_____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, v.14, n.1, p. 43-64, 2008.

_____. The different designs of public participation in Brazil: deliberation, power sharing and public ratification. **Critical Policy Studies**, v.6, n.2, p.113-127, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/19460171.2012.689732>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

_____.; NAVARRO, Z. (Org.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 297-334.

AZEVEDO, D. A. Movimentos sociais, sociedade civil e transformação social no Brasil. **Revista Multidisciplinar da UNIESP**, n.9, p. 214-223, jun. 2010. Disponível em: <http://www.uniesp.edu.br/revista/revista9/pdf/artigos/18.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2013.

AZEVEDO, L. R. Um estudo sobre a consciência política de jovens universitários. **ECCOM**, v. 3, n. 6, jul./dez. 2012.

BAGATOLLI, C. **Reforma do Estado: críticas ao modelo gerencial**. 2014. Disponível em: <http://www.cgca.com.br/userfiles/file/Cr%C3%ADtica%20%C3%A0%20Reforma%20gerencial%20do%20Estado%2030out09%20Carolina.pdf>. Acesso em 11 nov. 2014.

BAQUERO, M.; BORBA, J. A (re)valorização dos partidos políticos no Brasil via capital social. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 2, n. 1, p. 1-17, Jan.-Jun., 2008.

BARBIERI, J. A.. **Desenvolvimento de competências dos alunos no ensino superior: um estudo no curso de administração da UFES**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo.

BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo**. 3ª. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARRAGÁN, V.; ROMERO, R.; SANZ, J. M. Fundamentos políticos y tipología de los Presupuestos Participativos. In: FALCK, A.; YÁÑES, P. P (Org.). **Democracia participativa y presupuestos participativos: acercamiento y profundización sobre el debate actual**. Málaga: CEDMA, 2011, p. 235-260.

BECKER, H. S.; GEER, B. Participant observation and interviewing: a comparison. **Human Organization**, v. 16, n. 3, p. 28-32, 1957.

BERGANTINÓS, N. Participación y (des)afecciones ciudadanas: algunas experiencias del País Vasco. In: X Congresso: **La Política en la Red**, 2011, Murcia. p. 1-27.

BICALHO, R. de A.. PAES DE PAULA, A. P. Empresa Júnior e a Reprodução da Ideologia da Administração. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro., v. 10, n. 4, p. 894-910, dez. 2012.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 11ª ed., 1998.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed., n. 95, 1994.

BRAICK, P.R.; MOTA, M. B.. **História das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2007, p. 653-707.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 8.243, de 23 de maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm. Acesso em 03 jun. 2014.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 02 jun. 2013.

BRESSER PEREIRA, L. C. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle.** Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

BRUGUÉ, J. GALLEGÓ, R. ¿Una administración pública democrática? In: FONT, Joan (Coord.). **Ciudadanos y decisiones públicas.** Barcelona: Ariel, 1ª ed. Fevereiro de 2001, 2ª impressão: jan. 2007; p. 43-58.

CALAD UFES. **Eleições CALAD UFES Gestão 2014.** Disponível em: <https://www.facebook.com/CALAD.UFES/posts/504443679664322>>. Acesso em: 15 set. 2014.

CALAD UFES. **Estatuto do Centro Acadêmico Livre de Administração Honestino Guimarães.** 2004. Disponível em: <<https://www.facebook.com/CALAD.UFES/posts/504443679664322>>. Acesso em: 28 set. 2014.

CASTELLS, Manuel. The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, 2008. p. 78-93. Disponível em <<http://ann.sagepub.com/content/616/1/78>>. Acesso em 03 mai.2013.

CAYRES, D. C. **Sociedade Civil e Estado: a autonomia revisitada.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2009.

CASTRO, L. R.. Participação Política e Juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.

CASTRO, C. M. de. Public hearings as a tool to improve participation in regulatory policies: case study of the National Agency of Electric Energy. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro. v. 47, n.5, p.1069-1087, set./out, 2013.

CICONELLO, A. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. In: GREEN, D. (ed) **From poverty to power: how active citizens and effective states can change the world.** Oxfam Internacional, 2008.

COELHO, R. C.. **Estado, Governo e Mercado.** Brasília: CAPES: UAB, 2009.

CÔRREA, G. de L. B.; CATETE, V. L. L. Movimentos Sociais no Contexto da Reforma Urbana. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital. São Luiz, ago, 2011.

COSTA, F. L. da. Contribuição a um projeto de reforma democrática do Estado. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro. v. 44, n.2, p.239-70, mar./abr, 2010.

COSTA, G. B.. **Consciência, participação e negociação**: uma leitura psicopolítica do processo de produção do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê – São Paulo. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, G. P. Um estudo sobre cidadania e políticas públicas em Porto Alegre. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n.4 (número especial), p. 75-103, nov. 2007.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade Civil e espaços Públicos no Brasil**, São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.

DAGNINO, R. P. **Planejamento estratégico governamental**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2009, p. 23-85.

DASSO JÚNIOR, A. É. **O princípio constitucional da participação cidadã**. In: VI SEPESQ – Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação da UNIRITTER, 2010. Disponível em: http://www.uniritter.edu.br/eventos/sepesq/vi_sepesq/index.php?secao=programacao >. Acesso em: 25 jun. 13.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **RAP – Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 1, p. 119-145, jan./fev., 2001.

FARIA, José Henrique de. Prefácio. In: PAES DE PAULA, Ana Paula. **Estilhaços do Real**. O Ensino da administração em uma Perspectiva Benjaminiana. Curitiba: Juruá, 2012.

FERNANDES, E. G.; OLIVARI, L.; YÁÑEZ; P. P. La democracia en acción: participación de la ciudadanía en la gestión pública. Metodologías Participativas y Presupuestos Participativos In: FALCK, A.; YÁÑEZ, P. P (Org.). **Democracia participativa y presupuestos participativos**: acercamiento y profundización sobre el debate actual. Málaga: CEDMA, jun. 2011, p. 149-178.

FIGUEIREDO, I. **Participação social e democracia nas políticas públicas federais**. Política, Carta Maior. 16 jun. 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Principios-Fundamentais/Participacao-social-e-democracia-nas-politicas-publicas-federais/40/31166> >. Acesso em: 21 jun. 2014.

FISCHER, T. M. D.. A Formação do Administrador Brasileiro Na Década de 90: Crises, Oportunidades, Inovações das Propostas de Ensino.. **Revista de Administração Pública**, v. 27, n.4, 1993.

_____; SILVA, M. R. ; WAIANDT, C.. Estudos organizacionais e estudos curriculares: uma agenda de convergências entre o passado e o futuro de campos paralelos. **O&S. Organizações & Sociedade**, v. 15, p. 47, 2008.

FONT, J. Introdução. In: _____. (Coordenador). **Ciudadanos y decisiones públicas**. Barcelona: Ariel, 1ª ed. Fevereiro de 2001, 2ª impressão: jan. 2007, p.13-30.

FUENTE, J. M. R. Contra la participación: discurso y realidad de las experiencias de participación ciudadana. **Política y Sociedad**, v. 47, n. 3, p. 93-108, 2010. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/22669>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

FUNG, A.; W., E. O. **Deepening democracy: institutional innovations in empowered participatory governance**. Londres: Real Utopias Project, 2003.

FREDRIKSON, J. W. Strategic Process Research: questions and recommendations. Columbia University. **Academy of Management Review**, v. 8, n. 4, p.565-575, 1983.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. Cap. 3, p. 64-89.

GELI, J. B. El funcionamiento operativo de los Presupuestos Participativos. In: FALCK, A.; YÁÑES, P. P (Org.). **Democracia participativa y presupuestos participativos: acercamiento y profundización sobre el debate actual**. Málaga: CEDMA, jun. 2011, p. 261-280.

GIARETA, J. B. Z; FERNANDES, V.; PHILIPPI JR, A. Desafios e condicionantes da participação social na gestão ambiental municipal no brasil. **Organização & Sociedade**. Salvador, v.19, n.62, p. 527-548, Jul./Set., 2012.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOHN, Mária da Glória. Empoderamento e Participação das Comunidades em Políticas Sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, 2, p.20-31, mai./ago. 2004.

GOMÀ, R.; FONT, J. La democracia local: un mapa de experiencias participativas. In: FONT, J. (Coord.). **Ciudadanos y decisiones públicas**. Barcelona: Ariel, 1ª ed. Fevereiro de 2001, 2ª impressão: jan. 2007, p. 61-76.

GOMES, S. O Impacto das Regras de Organização do Processo Legislativo no Comportamento dos Parlamentares: Um Estudo de Caso da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.. 49, n. 1, 2006, p.193-224.

GRAJALES, C. V. E.; GARCÍA, P. A. R.; TRUJILLO, A. A. C.; OSPINA, P. X. M.; ALZATE, Á. M. La responsabilidad moral y política: una mirada juvenil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 7, n.2, p.1439-1457, jul. 2009.

HEWSTONE, M. **Causal Attribution: from Cognitive Process to Collective Beliefs**. Londres: Basil Blackwell, 1989.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

KLANDERMANS, B. Mobilization and Participation: Social Psychological Expansion of the Resource Mobilization Theory. **American Sociological Review**, v. 49, p. 583-600, 1992.

KLEIN JR, V. H.; SALM, J. F.; H., F. G; MENEGASSO, M. Participação e coprodução em política habitacional: estudo de um programa de construção de moradias em SC. **Revista Administração Pública**. 2012, vol.46, n.1, pp. 25-48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n1/v46n1a03.pdf>>, Acesso em: 25 set. 2013.

LOURENÇO, I. **Líder do DEM quer sustar decreto que cria política de participação social**. Agência Brasil. 30 mai 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-05/lider-democrata-quer-sustar-decreto-presidencial-que-cria-pnps-e-snps>. Acesso em 03 jun 2014.

LOZANO, M. C; ALVARADA, S. V. Juicios, discursos y accion politica en grupos de jovenes estudiantes universitários de Bogota. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Ninez y Juventud**, v. 9, n.1, p.101-113, jan./jun. 2011.

LUCHMANN, L. H. H. Participação, oportunidades e interesses. In: MIGLIEVICH, A.; SILVA, M. Z (Org.). Cidadania, regulação e participação. **Civitas Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 6; n. 1; p. 95-117. jan-jun. 2006.

_____. Estruturas de oportunidades políticas e participacao: uma analise a partir das instituicoes emergentes. Trabalho apresentado no 31. Encontro Anual da **ANPOCS**. Caxambu, out. 2007.

_____.; BORBA, J. Inclusão política, desigualdades e novas institucionalidades: uma análise a partir de instituições participativas em Santa Catarina. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, v. 44, n. 158, jan./abr, p. 58-68, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANZANO, G. **Decreto que institui conselhos populares abre debate sobre risco de poder paralelo**. Política, Estadão. 07 jun 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,decreto-que-institui-conselhos-populares-abre-debate-sobre-risco-de-poder-paralelo,1507536>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

MARANHÃO, C. S. ; PAES DE PAULA, A. P. . Pedagogia Crítica e Ensino em Administração: em busca de novas abordagens. **Gestão.Org. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 9, p. 438-460, 2011.

MIGLIEVICH, A.; SILVA, M. Z. Apresentação. In: MIGLIEVICH, A.; SILVA, M. Z (Org.). Cidadania, regulação e participação. **Civitas Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 6; n. 1; p. 5-12. jan. /jun. 2006.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro. v. 42, n. 3, p. 551-79, mai./jun, 2008.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 05-06, dez. 1997. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 out. 2013.

MOORE, B. **Social origins of dictatorship and democracy; lord and peasant in the making of the modern world**. Boston: Beacon Press.

MORTADA, S. P. De jovem a estudante: apontamentos críticos. **Psicologia & Sociedade**, v.21, n.3, p.373-382, 2009.

NASSIF, L. **A verdade sobre o decreto de Dilma**. Decreto de Dilma que tanto chocou e incomodou a mídia conservadora representa o avanço da democracia social. Pragmatismo Político. 06 jun 2014. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/06/verdade-sobre-o-decreto-de-dilma.html>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

NAVARRO, C. J. Y.; CUESTA, A. M.; FONT, F. J.? Municipios participativos? Participación política y ciudadana en ciudades medias españolas. **Opiniones y Actitudes**. Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS). Moltalbán: Madrid, 1. ed, n. 62, oct. 2009.

NOGUEIRA, M. A. Prefácio. In: SILVA, M. Z.; BRITO JUNIOR, B. T. (Org.). **Participação Social na Gestão Pública: Olhares Sobre as Experiências de Vitória-ES**. São Paulo: ANNABLUME, 2009, p. 5-9.

NUNES, J. A. Participación pública y acción coletiva. In: FALCK, A.; YÁÑES, P. P (Org.). **Democracia participativa y presupuestos participativos: acercamiento y profundización sobre el debate actual**. Málaga: CEDMA, jun. 2011, p. 53-64.

OLIVEIRA, M. S. de C.. **Novos caminhos para a participação social na administração pública brasileira: a experiência da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**. In: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA. CODE 2011. p. 1 – 18.

OLIVEIRA, F. B. de; SANT'ANNA, A. DE. S.; DINIZ, D. M. Contribuição dos Cursos de Graduação em Administração: Desenvolvimento de Lideranças Socialmente Responsáveis? **Revista de Economia & Gestão**. V. 14, n. 34, jan./mar., 2014.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PALASSI, M. P. **Ações Coletivas e Consciência Política no Mundo do Trabalho: dilemas subjetivos da participação nos processos de privatização**. Curitiba: Juruá, 2011, p.109-143.

PAES DE PAULA, A.P.. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**. v. 45. n. 1, p. 36-49, jan/mar, 2005.

PAES DE PAULA, A. P. **Teoria Crítica nas Organizações**. 1. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

_____. A.P. **Estilhaços do Real**. O Ensino da administração em uma Perspectiva Benjaminiana. Curitiba: Juruá, 2012.

PETINELLI-SOUZA, S. Constituição e Formação do Sujeito Administrador. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 14, n. 3, p. 455-485, 2013.

_____.; MENDES, E. S. Administradores: por uma formação para além da grande empresa. In: **XVIII Colóquio sobre Gestão Universitária das Américas**, 2013, Buenos Aires. XVIII Colóquio sobre Gestão Universitária das Américas, 2013.

_____.; SOUZA, E. M. de. O trabalho docente no curso de administração: algumas (re) significações. **Educação em Revista** (UFMG. Impresso), v. 28, p.83-102, 2012.

_____. **Poder, saber e subjetividades**: constituição e formação de sujeitos ADM. Tese (Doutorado em Educação), UFES, Vitória, 2011.

_____.; BARROS, M. E. B. de. Produção de subjetividade nos cursos de administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 11, n. 3, p. 373-394, 2010.

PINTO, R. de A. P. PAES DE PAULA, A. P. Do Assédio Moral à Violência Interpessoal: Relatos sobre uma Empresa Júnior. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 340-355, Set./Nov. 2013

PIRES, R.; VAZ, A. C. N. **Participação social como método de governo?** Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais. Brasília: IPEA, 2012.

PORTAL BRASIL. **Prorrogado prazo para contribuição em consultas sobre participação social**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/08/13/prorrogado-prazo-de-contribuicao-para-consultas-sobre-participacao-social>>. Acesso em: 01 set. 2013.

PORTAL PARTICIPAÇÃO SOCIAL. **Consulta Pública – Participação Social como Método de Governo**. Disponível em: < <http://psocial.sg.gov.br/portal/sobre>>. Acesso em: 27 out. 2013.

PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. *et al.* **Democracy, accountability and representation**. Cambridge: Cambridge University Press. 1985.

RECK, J. **A Consciência Política dos Cooperados do MST**: o caso do COOPAC – Campo Verde/MS. Tese (doutorado) - Programa Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2005, p. 95-117.

RENNÓ, Lúcio R. Instituições, Cultura Política e Lógica da Desconfiança numa Cidade Brasileira. In: BAQUERO, Marcello (org.). **Desafios da Democratização na América Latina**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p. 103-134.

RIBEIRO, L. C. Q.; CORREA, F. S.. Cultura política, cidadania e representação na *urbs* sem *civitas*: a metrópole do Rio de Janeiro. **Sociologias**, Porto Alegre, V.14, n. 30, p. 156-193, mai./ago. 2012.

SABUCEDO, J. M. Participación política. **Psicologia Política**. Madri: Síntesis, 1996, p. 165-190.

SÁ e SILVA, F. de. **Juristas e acadêmicos lançam manifesto em favor da Política Nacional de Participação**. Política, Carta Maior. 12 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Juristas-e-academicos-lancam-manifesto-em-favor-da-Politica-Nacional-de-Participacao%0A/4/31138>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

SALLES, H. da M.. **Gestão Democrática e Participativa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2012.

SANDOVAL, S. A. M. Considerações Sobre Aspectos Micro-sociais na Análise dos Movimentos Sociais. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, 34, p. 122-129, set. 1989.

_____. Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil. In: SPINK, M. J. (Org.). **A Cidadania em construção, uma Reflexão Transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. The Crises of the Brazilian of Labor Movement and the Emergence of Alternatives of Working-class Contention in the 1990s. **Psicologia Política**, São Paulo, v.1, 01, p. 173-195, jan./jul. 2001.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia participativa: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.29–82.

SANTOS, Boaventura Souza (Org.). **Democratizar a democracia participativa: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.1-28.

SIFUENTES, A.; BENAVIDES, S.; REINOZO, M. A. El proceso de extension universitária: un análisis desde la perspectiva teorica. **Actualidad Contable Faces**, v.14, n.23, p.118-133, jun./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=25720652008>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

SILVA, A. S. Consciência e participação política: uma abordagem psicopolítica. **Interações**. São Paulo: Universidade São Marcos, v.6, n.12, p. 69-90, jul./dez. 2001.

_____. O lugar das crenças e valores sociais na formação da consciência política entre trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra. **Interações**. São Paulo: Universidade São Marcos, Ano/vol. VII. n. 14, p. 105-130, jul./dez. 2002.

_____. A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in) eficácia política na formação da consciência política no MST Paulista. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro: UERJ, v. 7, n. 1, p. 105-126, abr. 2007.

SILVA, M. B. Mecanismos de participação e atuação de grupos de interesse no processo regulatório brasileiro: o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). **Revista Administração Pública**, v.46, n. 4, p. 969-992, 2012.

SILVA, M. Z.; BRITO JUNIOR, B. T. Introdução. In: SILVA, M. Z.; BRITO JUNIOR, B. T. (Org.). **Participação Social na Gestão Pública: Olhares Sobre as Experiências de Vitória-ES**. São Paulo: ANNABLUME, 2009, p.17- 21.

SILVA, M. Z., et al. Perfil dos Conselhos gestores da prefeitura municipal de Vitória – (1984-2003). In: SILVA, M. Z.; BRITO JUNIOR, B. T. (Org.). **Participação Social na Gestão Pública: Olhares Sobre as Experiências de Vitória-ES**. São Paulo: ANNABLUME, 2009, p.22- 118.

SILVA, P. R. G.; D'ARC, H. R. Participação social: instrumento de gestão pública? Elementos para um debate sobre a gestão de cidades brasileiras. Quais perspectivas nos anos 90? In: **Revista de Administração Pública**. v. 30, n. 2, Mar. /Abr.1996, p. 44-70.

SOUZA, L. V. S. **Consciência política e participação no orçamento participativo de Cachoeiro de Itapemirim no período de 2009-2012**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012, p 10-75.

STRECK, D. R.; ADAMS, T. Lugares da participação e formação da cidadania. In: MIGLIEVICH, A.; SILVA, M. Z (Org.). Cidadania, regulação e participação. **Civitas Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 6; n. 1; p. 95-117, jan./jun. 2006.

STRELOW, T. B. Ensaio sobre Educação, Política e Cidadania. **Protestantismo em Revista**. São Leopoldo-RS, v. 18, jan-abr, 2009, p. 75-82. Disponível em: <http://www3.est.edu.br/nepp/revista/018/ano08n1_07.pdf>. Acesso 02 jul. 2013.

SUBIRATS, J. Nuevos mecanismos participativos y democracia: promesas y amenazas. In: FONT, Joan (Coord.). **Ciudadanos y decisiones públicas**. Barcelona: Ariel, 1ª ed. Fevereiro de 2001, 2ª impressão: jan. 2007; p. 33-42.

TATAGIBA, L. Os desafios da articulação entre sociedade civil e sociedade política, sob o marco da democracia gerencial: o caso do projeto Rede Criança, em Vitória-ES. In: SILVA, M. Z.; BRITO JUNIOR, B. T. (Org.). **Participação Social na Gestão Pública: Olhares Sobre as Experiências de Vitória-ES**. São Paulo: ANNABLUME, 2009, p. 148-193.

TATAGIBA, L. A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas na cidade de São Paulo, in: AVRITZER (ed). **A participação em São Paulo**, São Paulo: Unesp, 2004.

TEIXEIRA, E. C.. As dimensões da participação cidadã. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p.179-209, jan./dez, 1997.

TOURAINÉ, A. **La conscience ouvrière**. Paris: PUF, 1966.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Manual do Aluno de Administração Noturno**. Colegiado do Curso de Administração. Ufes. Vitória, Maio, 2011. Disponível em: <<http://www.ccje.ufes.br/administracao/graduacao>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Noturno de Administração.** Ufes – Projeto REUNI, Vitória, 2008. Acesso em: 02 jul 2014.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração.** Ufes, Vitória, 2007. Acesso em: 02 jul 2014.

_____. **Regimeno Geral da Ufes.** Ufes. Disponível em: <<http://www.daocs.ufes.br/regimento-geral-da-ufes-0>>. Acesso em: 03 set. 2014.

VAZ, A. C. N. Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em instituições participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 10, jan./abr. 2013, p. 63-106.

VERDADE GOSPEL. **Contra a democracia: Dilma aprova decreto que transforma o Brasil em Cuba; entenda.** 05 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.verdadegospel.com/contra-a-democracia-dilma-aprova-decreto-que-transforma-o-brasil-em-cuba/?area=1>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

VIEIRA, C. M.; BARROS, M. N. F. Cidadania: entre o compromisso e a indiferença: desvendando as representações sociais de universitários. **Psicologia em Estudo**. v.13, n.3, p. 513-522, jul./set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n3/v13n3a12.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2013.

VOLVERDA, H. W. Crise em estratégia: fragmentação, integração ou síntese. **Revista de Administração de Empresas**. v. 44; n. 34, Out/Dez, 2004.

WEISSHEIMER, M. A.. **A guerra medieval do Estadão contra a democracia participativa.** Política, Carta Maior. 09 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-guerra-medieval-do-Estadao-contra-a-democracia-participativa/4/31112>>. Acesso em 20 jun. 2014.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Caro estudante universitário,

Este trabalho tem como objetivo compreender a consciência política de estudantes dos cursos de graduação em Administração da presente universidade e sua relação com a participação cidadã em lugares públicos participativos no estado e municípios. Resultará na dissertação de mestrado da aluna Geruza Ferreira Martins, no Programa de Pós Graduação em Administração - PPGADM da UFES, sob orientação da Profª Márcia Prezotti Palassi. Convidamos para responder as perguntas abaixo, e ressaltamos que sua colaboração é fundamental para que este trabalho possa ser feito.

Destacamos que não existe uma resposta certa ou errada. Por favor, não deixe questões sem responder e solicite esclarecimentos a Geruza, que se encontra presente quando da aplicação deste questionário, sempre que for necessário.

I – DADOS DE CARACTERIZAÇÃO

Favor preencher os campos a seguir.

1. Turno	<input type="checkbox"/> Matutino <input type="checkbox"/> Noturno
2. Período do curso	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9
3. Sexo	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
4. Ocupação	<input type="checkbox"/> Somente estudo <input type="checkbox"/> Estudo e Trabalho
5. Nome completo	

6 – Abaixo estão relacionados alguns lugares públicos de participação. Marque com um “x” nas opções que melhor atender a sua situação.

Lugares públicos de participação no estado e municípios	Participo	Participei, mas atualmente não participo	Não participo, mas pretendo participar	Não participo e não pretendo participar	Não conheço
Associação que se organiza com alguma causa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Abaixo-assinado On line	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Movimentos Sociais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fórum ou grupo de discussão na <i>Internet</i> sobre assuntos públicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Protesto / Manifestação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conselhos Gestores de Políticas Públicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conferências, Fóruns Temáticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Audiências Públicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orçamento Participativo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assembleias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Referendo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Partidos Políticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Planejamento Plurianual on line (governo Estadual)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Planejamento Plurianual on line (governos municipais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Centro Acadêmico de Administração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Colegiado de Curso de Administração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7 – Caso tenha marcado algum item da pergunta anterior que “Não conhece”, a que atribui este desconhecimento? Você tem interesse em conhecê-los?

8 – Caso tenha marcado algum item da pergunta anterior que “Não participa e não pretendo participar”, favor marcar os itens abaixo que possam estar relacionados aos motivos para este posicionamento.

<input type="checkbox"/>	Tenho pouco tempo livre (FONT, 2007; FUENTE, 2010)
<input type="checkbox"/>	A oferta de mecanismos participativos não é regular (ex.:Orçamento Participativo, Conferência, Audiência Pública) (FONT, 2007, FUENTE, 2010)
<input type="checkbox"/>	Não compreendo os processos institucionalizados de participação do governo do estado do ES (FONT, 2007, FUENTE, 2010)
<input type="checkbox"/>	Não compreendo os processos institucionalizados de participação do município onde resido (FONT, 2007, FUENTE, 2010)
<input type="checkbox"/>	Sinto-me intimidado(a) em ambientes coletivizados (CAYRES, 2009; VAZ, 2013)
<input type="checkbox"/>	Não me interessa participar de mobilizações sociais, é mais racional não participar (LUCHMANN; BORBA, 2008).
<input type="checkbox"/>	Não me sinto afetado pelas decisões tomadas em mecanismos participativos institucionalizados pelo governo do estado do ES (LUCHMANN; BORBA, 2008; BARRAGÁN; ROMERO; SANZ, 2011; FERNANDES, OLIVARI, YÁÑEZ, 2011).
<input type="checkbox"/>	Não me sinto afetado pelas decisões tomadas em mecanismos participativos institucionalizados no município onde resido (LUCHMANN; BORBA, 2008; BARRAGÁN; ROMERO; SANZ, 2011; FERNANDES, OLIVARI, YÁÑEZ, 2011).
<input type="checkbox"/>	Não acredito na eficácia dos mecanismos participativos institucionalizados, como: Orçamento Participativo, Conferência, Audiência Pública (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012; (RIBEIRO; CORREA, 2012).
<input type="checkbox"/>	Não acredito na eficácia dos mecanismos participativos não institucionalizados, como: manifestações, protestos.
<input type="checkbox"/>	Acredito que nestes lugares de participação as ideias dos sujeitos são manipuladas e receio esta manipulação (TEIXEIRA, 1997)
<input type="checkbox"/>	Nem sempre fico ciente das oportunidades de participação, como: Orçamento Participativo, Conferência, Audiência Pública (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012; NAVARRO, et al 2009).
<input type="checkbox"/>	Outros motivos. Quais? _____

9 – Caso tenha marcado algum item da pergunta de número “6” que “Participa”, favor marcar os itens abaixo que possam estar relacionados aos motivos deste posicionamento.

<input type="checkbox"/>	Mecanismos participativos institucionalizados em nível municipal e estadual aproxima o cidadão dos processos decisórios da administração pública (ex: Orçamento Participativo, Conferência, Audiência Pública) (NAVARRO, et al 2009; FONT, 2007; NOGUEIRA, 2009; GOHN, 2004);
<input type="checkbox"/>	Tenho interesse em exercer a cidadania (CAYRES, 2009; MILANI, 2008)
<input type="checkbox"/>	Tenho interesse em melhorar políticas públicas (CAYRES, 2009; MILANI, 2008)
<input type="checkbox"/>	Gosto de estar implicado em assuntos públicos (MILANI, 2008; FONT, 2007)
<input type="checkbox"/>	Tenho interesse em conhecer pessoas (CAYRES, 2009)
<input type="checkbox"/>	Procuro defender minha posição em situações que possuam caráter de conflito; (MILANI, 2008; FONT, 2007)
<input type="checkbox"/>	Identifico-me com os aspectos locais e os valorizo (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012)
<input type="checkbox"/>	Percebo demandas locais (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012)
<input type="checkbox"/>	Tenho acesso às informações de quando ocorrem as oportunidades de participação (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012; NAVARRO, et al 2009)
<input type="checkbox"/>	Outros motivos. Quais: ? _____

10 – Caso tenha marcado algum item da pergunta de número “6” que “Pretende Participar”, favor marcar os itens abaixo que possam estar relacionados aos motivos deste posicionamento:

<input type="checkbox"/>	Mecanismos participativos institucionalizados em nível municipal e estadual aproxima o cidadão dos processos decisórios da administração pública (ex: Orçamento Participativo, Conferência, Audiência Pública) (NAVARRO, et al 2009; FONT, 2007; NOGUEIRA, 2009; GOHN, 2004);
<input type="checkbox"/>	Tenho interesse em exercer a cidadania (CAYRES, 2009; MILANI, 2008)
<input type="checkbox"/>	Tenho interesse em melhorar políticas públicas (CAYRES, 2009; MILANI, 2008)
<input type="checkbox"/>	Gosto de estar implicado em assuntos públicos (MILANI, 2008; FONT, 2007)
<input type="checkbox"/>	Tenho interesse em conhecer pessoas (CAYRES, 2009)
<input type="checkbox"/>	Procuro defender minha posição em situações que possuam caráter de conflito; (MILANI, 2008; FONT, 2007)
<input type="checkbox"/>	Identifico-me com os aspectos locais e os valorizo (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012)
<input type="checkbox"/>	Percebo as demandas locais (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012)
<input type="checkbox"/>	Tenho acesso às informações de quando ocorrem as oportunidades de participação (GIARETA; FERNANDES; PHILIPPI JR, 2012; NAVARRO, et al 2009)
<input type="checkbox"/>	Outros motivos. Quais: ? _____

11 - Marque abaixo quem em sua opinião melhor defende os interesses dos cidadãos.		
<input type="checkbox"/> Os Cidadãos	<input type="checkbox"/> Representantes Eleitos	<input type="checkbox"/> ONGs
<input type="checkbox"/> Associações	<input type="checkbox"/> Órgãos consultivos	<input type="checkbox"/> Município
<input type="checkbox"/> Partidos Políticos	<input type="checkbox"/> Sindicatos	<input type="checkbox"/> Não sei
<input type="checkbox"/> Igreja	<input type="checkbox"/> Governo do estado	<input type="checkbox"/> Outros: Quais? _____ _____ _____

12 - Você considera que sua formação universitária contribui para transformação da sociedade?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente
Por quê? _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____

13 - Você considera importante sua participação nas decisões da Administração Pública?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente
Porquê: _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____

14 – Você poderá participar da 2ª fase da pesquisa, concedendo uma entrevista, a combinar dia, local e horário?
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim.
15 – Se sim, favor informar os dados abaixo para contato.
Telefone fixo/ celular: _____ E-mail: _____

Obrigada por ter participado!

APÊNDICE B – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Consciência Política e Participação Cidadã de Estudantes da Graduação de Administração: Um Estudo de Caso numa Universidade Pública Federal no Sudeste do Brasil”. Este trabalho tem como objetivo compreender a consciência política dos estudantes dos cursos de graduação em Administração em sua relação com a participação cidadã em lugares públicos participativos no estado e municípios. Resultará na dissertação de mestrado da aluna Geruza Ferreira Martins, no Programa de Pós Graduação em Administração - PPGADM da UFES, sob orientação da Prof. Dr. Márcia Prezottio Palassi.

Sua participação nesta pesquisa não é obrigatória e consistirá em preencher um questionário e conceder uma entrevista sobre a sua percepção e vivência sobre o tema.

Ressalta-se que o nome dos entrevistados será mantido em sigilo a fim de preservar a identidade dos mesmos. Caso deseje, você poderá indicar um nome fictício.

ORIENTADORA: Prof. Dr^a. Márcia Prezotti Palassi – mprezotti@hotmail.com

MESTRANDA: Geruza Ferreira Martins – geruzafm@ig.com.br

Vitória/ES , _____ de _____ de 2014.

(Nome: _____)

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Data: ____/____/____ Hora início:____ Término:____ Local:____

Nome: _____

Turno:____ Período:____ Sexo:____ Ocupação:____

I – DADOS PESSOAIS:

1- Idade:

2- Naturalidade

3- Município onde reside:

4- Estado civil:

5- Número de filhos:

6- Renda familiar:

II – QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

- Faça um breve resumo da sua vida.

- Por que você escolheu o curso de graduação em Administração?

- Como é ser aluno do curso de graduação em Administração da UFES?

- Aos que participam: Sua experiência com participação foi antes ou depois de entrar no curso?

III – QUESTÕES PARA ANÁLISE DAS DIMENSÕES DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Crenças, Valores e Expectativas Societais

- Como você via a sua (não) participação em mecanismos não institucionalizados e/ou institucionalizados antes de ingressar no curso de Administração? E como vê agora, após ingresso no curso?

- Qual é sua percepção sobre os mecanismos participativos institucionalizados¹?

- Qual é sua percepção sobre os mecanismos participativos não institucionalizados²?

- Qual é sua percepção sobre os mecanismos participativos que utilizam recursos tecnológicos-comunicacionais?

- Você conhece ou já ouviu falar do decreto presidencial que institui a política e sistema de participação social no Brasil? Você é a favor ou contra? Por quê?

- Há problemas sociais em sua comunidade? E no seu trabalho? E na universidade? E no seu curso?

- Em sua visão, qual a melhor forma de se resolver estes problemas?

Eficácia Política

- Para você, mecanismos participativos institucionalizados alcançam resultados eficazes? Por quê?

- Para você, mecanismos participativos não institucionalizados alcançam resultados eficazes? Por quê?

Identidade Coletiva

- O que você espera para sua vida em termos profissionais e sociais?

- Você se sente pertencente a algum grupo na sociedade? Qual(is)?

- Você se identifica com sua comunidade?

Vontade de Agir Coletivamente

- Por que você participa ou não participa de mecanismos participativos institucionalizados*?

- Por que você participa ou não participa de mecanismos participativos não institucionalizados*?

- Aos que desconhecem mecanismo institucionalizado ou não institucionalizado: Você tem vontade de participar nos mecanismos indicados como desconhecidos? Por quê?

- Aos que participam ou participaram: A sua experiência de participação promoveu interesse em participar de outras oportunidades? Por quê?

Metas e Ações do Movimento Social

- Você participa de algum movimento estudantil ou movimento social? Por quê?

- Se sim, você concorda com as metas e ações do movimento?

- Você participou das manifestações de 2013 no Brasil? Por quê?

- Se sim, você concorda com as metas e ações dessas manifestações? Por quê?

Interesses Antagônicos e Adversários

- Na sua percepção há interesses antagônicos ou adversários nos mecanismos de participação institucionalizados? Por quê? E nos não institucionalizados?

Sentimentos de Justiça e Injustiça

- Você se sente injustiçado socialmente?

- Se sim, na sua percepção, qual é a forma mais adequada para resolver estas injustiças?

- Considerando os mecanismos de participação listados no questionário³, você acredita que os mesmos podem promover ou eliminar injustiças?

* Estas perguntas devem explorar dados da primeira etapa de coleta de dados, na aplicação dos questionários.

¹ Ao se referir a mecanismos participativos institucionalizados, considerar: a) os diferentes desenhos institucionais dos mesmos, conforme exposto por Avritzer (2008) e GOMÁ; FONT (2007), apontado na revisão de literatura deste trabalho; b) os mecanismos relacionados no questionário da primeira etapa de pesquisa.

² Ao se referir a mecanismos participativos não institucionalizados, procurar considerar aqueles relacionados no questionário da primeira etapa.

³ Mecanismos de participação listados no questionário: Associação que se organiza com alguma causa; Abaixo-assinado On line; Movimentos Sociais; Fórum ou grupo de discussão na Internet sobre assuntos públicos; Protesto / Manifestação; Conselhos Gestores de Políticas Públicas; Conferências, Fóruns Temáticos; Audiências Públicas; Orçamento Participativo; Assembleias; Referendo; Partidos Políticos; Planejamento Plurianual on line (governo Estadual do ES; Planejamento Plurianual on line (governos municipais do ES); Centro Acadêmico de Administração – Ufes; Colegiado de Curso de Administração – Ufes.

APÊNDICE D – FICHA DE TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS DADOS PESSOAIS*

DATA: ____/____/____ Hora início: _____ Término: _____ Local: _____
Nome: _____

I – DADOS PESSOAIS

- | | |
|------------------|---------------------------|
| 1- Turno: | 6- Município onde reside: |
| 2- Período: | 7- Estado civil: |
| 3- Sexo: | 8- Número de filhos: |
| 4- Idade: | 9- Renda familiar: |
| 5- Naturalidade: | 10- Ocupação: |

CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADO

COMPORTAMENTO DURANTE A ENTREVISTA

CATEGORIAS DO MODELO DE SANDOVAL (2001) IDENTIFICADAS

PALAVRAS-CHAVE DA ENTREVISTA

* Para elaboração deste Apêndice adotou-se a Ficha de Transcrição das Entrevistas Dados Pessoais de Souza (2012, p.172).

APÊNDICE E – CRONOGRAMA DE PESQUISA

Nº.	PROCEDIMENTOS	2012	2013							2014								
		FEV-DEZ	JAN-JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
01	Cumprimento dos créditos exigidos pelo PPGAdm-Ufes em disciplinas	X																
02	Elaboração de projeto de qualificação		X															
03	Apresentação do projeto de qualificação à banca			X														
04	Adequações ao projeto de qualificação, pesquisa e leitura do material bibliográfico indicado				X	X	X	X										
05	Reapresentação do projeto de pesquisa à banca								X									
06	Alteração do projeto conforme recomendações da banca									X	X							
07	Seleção dos sujeitos de pesquisa e aplicação dos instrumentos											X			X			
08	Organização e Análise dos dados											X	X		X	X		
09	Redação dos capítulos de resultados e considerações finais												X	X		X	X	
10	Revisão da dissertação e artigo																X	
11	Depósito da Dissertação																	X

APÊNDICE F – LISTA DE FREQUÊNCIA DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA:___/___/___ LOCAL:_____

HORÁRIO DE INÍCIO: _____ HORÁRIO DO TÉRMINO: _____

[illegible]

APÊNDICE G – ESTRUTURA DO CENTRO ACADÊMICO LIVRE DE ADMINISTRAÇÃO HONESTINO GUIMARÃES (CALAD)*

I – COMPOSIÇÃO DA GESTÃO 2014

Presidente
Vice presidente
Secretário geral
Assessoria de comunicação
Diretor administrativo-financeiro
Diretor acadêmico
Diretor de esportes
Diretor de evento e cultura

Coordenadores/apoiadores:
Diretoria de esportes
Diretoria de eventos e Cultura

II – MANDATO

Dois períodos letivos: 2014/1 e 2014/2.

Fonte: (CALAD UFES, 2014).